



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VENÂNCIO SOUSA DE OLIVEIRA

PARA ALÉM DOS BARRACÕES:
EXPERIÊNCIAS DE CAMPONESES DO BAIXO E MÉDIO JAGUARIBE
ALISTADOS EM OBRAS DE EMERGÊNCIA (CEARÁ - 1958)

FORTALEZA

2021

VENÂNCIO SOUSA DE OLIVEIRA

PARA ALÉM DOS BARRACÕES:
EXPERIÊNCIAS DE CAMPONESES DO BAIXO E MÉDIO JAGUARIBE ALISTADOS
EM OBRAS DE EMERGÊNCIA (CEARÁ - 1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Humanidades II da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O52p Oliveira, Venâncio Sousa de.
Para além dos barracões : Experiências de camponeses do Baixo e Médio Jaguaribe alistados em obras de emergência (Ceará - 1958). / Venâncio Sousa de Oliveira. – 2021.
163 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior. .

1. Trabalhadores Alistados. 2. Obras de emergência. 3. Experiências. I. Título.

CDD 900

VENÂNCIO SOUSA DE OLIVEIRA

PARA ALÉM DOS BARRACÕES:
EXPERIÊNCIAS DE CAMPONESES DO BAIXO E MÉDIO JAGUARIBE ALISTADOS
EM OBRAS DE EMERGÊNCIA (CEARÁ - 1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Humanidades II da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 30/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Martins Viana Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Lara Vanessa de Castro Ferreira
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

A meu pai, Antônio Benjamim, pela inspiração e cuidado (*in memoriam*).

A meu irmão/pai, Marcos Vinicius, por ter sido meu maior incentivador, meu alicerce (*in memoriam*).

A todos os camponeses que me contaram um pouco de suas vidas. Os maiores exemplos de resistência e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é um exercício árduo. Um texto historiográfico especificamente pode se tornar desgastante entre os vários conflitos, que o historiador encontra em meio ao caminho. Refletir sobre fontes, se apropriar de teorias, lidar com a burocracia acadêmica se tornam hábitos constantes na vida de um mestrando em história. É uma lida cansativa. No entanto, esses momentos podem se tornarem mais confortáveis ao passo que encontramos pessoas e instituições, que lhe ajudam, lhe acolhem, dão dicas e que confiam em você. Nesse sentido, esse espaço é dedicado a todos, que fizeram esta dissertação ser possível.

Agradeço primeiramente uma pessoa que não está mais aqui, mas que esteve presente durante toda minha vida. Meu irmão Marcos Vinicius Sousa Oliveira foi meu maior motivador, a pessoa que mais acreditou, onde eu poderia chegar. Meu irmão foi meu amparo no início da graduação e assim cursar história tornou-se realidade. Além de agradecê-lo pelo apoio, agradeço o carinho, amor e força, que me foi dado para atravessar uma série de percalços nestes anos. Esta dissertação é para ele.

Também agradeço meu orientador, o Prof. Dr. Mário Martins Viana Junior. Este texto diz muito sobre a pessoa que me tornei ao tê-lo conhecido na graduação. Sou grato pelas palavras dentro e fora do mundo universitário, pela paciência e por me instigar a refletir sobre o campesinato e a questão agrária cearense.

Nesse sentido, agradeço a todos os companheiros do Núcleo de Estudos Sobre Memória e Conflitos Territoriais – COMTER. Em especial a Elaine Cristine Sousa de Oliveira pelas conversas e os cafés da tarde; a Marcelo de Sousa Lima, Julyalisom Rodrigues Mendonça da Silva, Carlos Victor de Oliveira Nascimento, Gonçalo Soares Mourão Neto, Hortência Alves Nogueira e Felipe Firmiano Ferreira, e tantos outros que garantiram a realização desta dissertação, pelas entrevistas, discussões no grupo de estudos e debates na sala do COMTER.

Ademais, agradeço aos vários amigos da graduação que ainda de forma singela me ajudaram pelos conselhos, nos apontamentos de rumos da vida acadêmica, nas disciplinas e trabalhos realizados: Felipe Martins da Silva, Tayná Moreira da Silva, Taciane Cardoso da Silva, Taynara Mirelle Araújo do Nascimento, Lucas Rodrigues Pinheiro e Volgan Timbó Mendes Neto.

Também ressalto, que a rotina do mestrado é difícil, foram várias disciplinas, resumos e artigos. Nessa direção, quero agradecer as pessoas que correram junto comigo nestes três anos: Diego Cavalcanti Araújo e Marcelo Aleff de Oliveira Vieira, o companheirismo de ambos foi crucial. Quero dedicar um agradecimento especial a Caroline Rodrigues Moreira, esta dividiu os anseios em todos os momentos do curso de graduação, grupo de pesquisa e pós-graduação. Sua presença dentro e fora dos muros da universidade foi fundamental.

Agradeço também aos professores que lecionaram disciplinas no curso de mestrado. É imensurável o aprendizado das discussões realizadas dentro da sala de aula, nas indicações bibliográficas e reflexões durante os três anos de curso. Agradeço ao Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard, a Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante Melo e a Prof. Dra. Kênia Sousa Rios.

Também agradeço aos professores Dr. Clifford Andrew Welch e a Prof. Dr. Frederico de Castro Neves por terem lido e feito críticas indispensáveis ao meu texto submetido no exame de qualificação. Um agradecimento particular ao último que além das orientações na disciplina de “História Social: abordagens e perspectivas”, me influenciou positivamente nas várias problemáticas refletidas durante a escrita.

Além disso, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo fomento desta pesquisa.

Um agradecimento especial a todos os meus entrevistados que tornaram a minha construção enquanto acadêmico possível: Antônio Lima, Francisco Mendes Nogueira, Francisco Pereira de Almeida, José Luis do Norte, José Silvestre Batista, José Lídio de Sousa, José Vidal Chaves Pitombeira, Manuel Batista dos Santos, Maria Gomes da Silva, Ramiro Patrício de Moura, Rosa Saraiva de Sousa e Tereza Ferreira da Silva.

A viagem que fiz ao distrito Bonhu (Russas–CE) em 2018 foi fundamental para o desenvolvimento deste texto. Dessa forma, agradeço aos meus guias e moradores da comunidade pelo acolhimento e pela apresentação do distrito: Aline Lima, o senhor Lídio Lima e a Dona Yolanda Lima.

Nessa acepção, agradeço a todos os profissionais que trabalham nos arquivos do DNOCS localizados em Fortaleza – CE: na biblioteca central na sede principal do DNOCS; o arquivo situado no bairro Pici; e o arquivo da Casa Amarela. Cabe lembrar da ajuda de Meg Sousa Ribeiro, profissional terceirizada do arquivo Casa Amarela, trabalhando na microfilmagem dos vários documentos que compõem aquele acervo.

Além do convívio diário, quero agradecer a minha companheira de vida Maria Isabele Farias Moreira. Cada palavra de conforto, cada dica de escrita e reflexão foram trampolins que me impulsionaram. Agradeço pela paciência nesses últimos meses, pelo carinho e amor, que recebo todos os dias.

Por fim, agradeço ao meu pai e minha mãe, respectivamente, Antônio Benjamim de Oliveira e Maria Celma de Oliveira. Meu pai que não está mais presente, mas foi meu maior exemplo de honra e coragem e minha mãe por ter me ensinado a ser apazível, a ter amor pelo outro. Minha mãe é com certeza a mulher mais forte que conheço, à ela meu amor e meus mais sinceros agradecimentos. Esta dissertação também é sobre eles.

Zuca Machado debruçou-se sobre o passadiço da cerca e ficou contemplando o roçado. O olhar turvou-se-lhe de tristeza. Aquilo que fora fruto de um trabalho penoso e persistente estava em desolação. [...] Tudo perdido. A seca declarada. As primeiras levas de retirantes, já perambulando pelas estradas poeirentas em busca de trabalho. (Luciano Barreira, “Os Cassacos.”).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as experiências de camponeses em obras de emergência no Baixo e Médio Jaguaribe – CE na seca de 1958. No período estudado as obras de emergências eram medidas tomadas pelos governos federais e estaduais em períodos de estiagem, promovidas a nível federal pelo Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP) e colocadas em práticas por alguns de seus principais departamentos (DNOCS e DNER), e a nível estadual pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). As obras tinham como objetivo o emprego em massa de uma população pobre do interior cearense para a construção de açudes, estradas de rodagem, campos de aviação e canais de irrigação. Em meio a um ambiente disciplinador e hierarquizado, coordenado por engenheiros, chefes de serviço e fiscais, os trabalhadores alistados nestes serviços desenvolviam formas de lidar com aquela condição de vida precária, construindo formas de solidariedades, resistências e práticas possíveis. Em 1958 a população do Baixo e Médio Jaguaribe cearense buscou alistamentos em pelo menos oito grandes obras espalhadas pelos oito municípios, que compunham as duas microrregiões supracitadas. Dessa forma, as experiências começam a ser analisadas já no contexto da migração para os chamados barracões, o conjunto de barracas improvisadas, que serviam de abrigo para os alistados. As dimensões do trabalho nas obras e a alimentação recebida pelos trabalhadores como forma de pagamento são outros temas analisados nesta pesquisa. Em nossa investigação buscamos dar centralidade à memória desses sujeitos. Nesse sentido, utilizamos entrevistas realizadas com trabalhadores alistados ou pessoas, que conviveram naqueles canteiros de obras. Outros documentos analisados foram aqueles produzidos por órgãos encarregados pelas obras, à exemplo dos relatórios e boletins do DNOCS, além de fontes diversas, tais como periódicos e obras literárias, que versavam sobre o assunto.

Palavras-chave: trabalhadores alistados; obras de emergência; experiências.

ABSTRACT

The present research aims to study the experiences of peasants in emergency work in Lower and Middle Jaguaribe river – CE during the drought of 1958. In the studied period emergency works were measures taken by the federal and state governments in periods of drought, promoted by the Ministry of Roads and Public Works (MVOP) and put into practice by some of its main departments (DNOCS and DNER), and at state level by the Autonomous Department of Highways (DAER). The purpose of the works was to employ a poor population from the countryside of Ceará to build dams, highways, airfields and irrigation channels. In the midst of a disciplinary and hierarchical environment, coordinated by engineers, foremen and inspectors, the workers enlisted in these services developed ways of coping with this precarious living condition, building forms of solidarity, resistance and possible practices. In 1958 the population of Lower and Middle Jaguaribe river in Ceará sought enlistments in at least eight large construction sites spread over the eight municipalities that made up the two aforementioned microregions. In this way, the experiences begin to be analyzed already in the context of the migration to the so-called (shacks), the set of improvised shacks that served as shelter for the enlisted. The dimensions of work on the construction sites and the food received by the workers as a form of payment are other themes analysed in this research. In our investigation we seek to give centrality to the memory of these subjects. In this sense, we used interviews with enlisted workers or people who lived at those construction sites. Other documents analysed were those produced by the bodies in charge of the works, such as the DNOCS reports and bulletins, as well as various sources, such as periodicals and literary works on the subject.

Keywords: enlisted workers; emergency works; experiences.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACC	Associação Comercial do Ceará
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
COAP	Comissão de Abastecimentos e Preços
COMTER	Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais
COMAP	Comissão Municipais de Abastecimento e Preços
COFAP	Comissão Federal de Abastecimentos e Preços
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DNER	Departamento Nacional de Estrada de Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
MINTER	Ministério do Interior.
MVOP	Ministério de Viação e Obras Públicas.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PSD	Partido Social Democrático.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PRT	Partido Republicano Trabalhista.
PSP	Partido Social Progressista.
PRP	Partido da Representação Popular.
PR	Partido da República.
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PITR	Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ENTRE SÍTIOS E BARAÇÕES.....	25
2.1	Maria Gomes: trajetórias migratórias e projetos familiares.....	28
2.2	“Empreguemo todos os dias no tempo de seca ganhando”: articulações políticas e alistamentos.....	43
2.2.1	<i>Os filhos de viúvas: a prova de miséria para obter emprego.....</i>	52
3	“NÓS GANHÁVAMOS OS CARRASCOS”.....	59
3.1	Camponeses e alistados: dimensões do trabalho e formas de resistência.....	64
3.2	“Peculatório em potencial”: as tramas entre os chefes de serviço.....	75
3.3	“Alevanta a camisa pra ver se já sarou o imbigo”: crianças alistadas e arranjos familiares.....	85
3.3.1	<i>Infância campesina nos limites do trabalho.....</i>	92
4	NA PONTA DA CADERNETA.....	98
4.1	Entre a política e o alimento: a crise de abastecimento de 1958.....	100
4.1.1	<i>O fornecedor: comerciantes, políticos e funcionários públicos.....</i>	108
4.2	Salário de Fome: a obra de emergência como um barracão da fazenda	114
4.2.1	<i>“Porque a fome né”: o saque é justo para o alistado.....</i>	121
4.3	“O jeito que tem fazer é macaco”: as trocas de alimentos e apropriações dos trabalhadores.....	131
4.3.1	<i>Bares, bodegas e a venda de bebidas alcoólicas nas obras.....</i>	140
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICE A – FONTES.....	157
	ANEXO A – CANAIS DE IRRIGAÇÃO DO POSTO AGRÍCOLA SANTO ANTÔNIO DE RUSSAS.....	161
	ANEXO B – ÁREAS DE PLANTIO DO POSTO AGRICOLA SANTO ANTÔNIO DE RUSSAS.....	162
	ANEXO C – AÇUDE DO MUNICÍPIO DE IRACEMA – CE.....	163

1 INTRODUÇÃO

A topique tentava desviar dos buracos na piçarra vermelha, a garrava d'água jazia quente e saltando no assento com os trancos, que o veículo dava a cada freada. Olhando pela janela, víamos uma vegetação acinzentada formada por árvores de médio porte repleta de galhos, que mais pareciam garras fechando a passagem para um ambiente seco. Estávamos no interior cearense, mais especificamente em alguma estrada de terra no município de Russas, Baixo Jaguaribe, onde em 2015 o núcleo ao qual eu faço parte começou um trabalho de campo com os moradores de comunidades rurais daquela região.

Aqueles três anos foram bem corridos. Todo mês fazíamos no mínimo duas viagens. Passávamos o final de semana realizando entrevistas com os moradores mais idosos de cinco comunidades, que pertencem ao Tabuleiro de Russas, também denominado de Chapadão de Russas nos documentos oficiais do DNOCS¹.

No contato com aquelas senhoras e senhores, que gentilmente se dispuseram a conversar conosco, em meio a entrevistas que falavam de suas infâncias, dos namoros, casamentos, festas em comunidades e da velhice, a memória sobre as experiências da seca era algo presente na maioria das narrativas.

Além disso, ressaltamos, que em 2015, o Ceará passava por um período de estiagem que já se estendia desde 2013. Mesmo o tema sendo previsto em nossos roteiros de pesquisa, as falas sobre as estiagens apareceram frequentemente, fazendo relações com as experiências passadas. A migração, a falta e o acesso a diversos alimentos, bem como a perda de roças eram narrativas comuns para aquelas senhoras e senhores, que concederam as entrevistas.

No decorrer de alguns meses foram feitas em torno de 50 entrevistas. As obras de emergência do Governo Federal começaram a serem percebidas na maioria daqueles relatos². Os homens que passavam alguns meses fora trabalhando em açudes, estradas de rodagem, convivendo com vários outros debaixo das barracas improvisadas que eram feitas de morada nos canteiros de obras, conhecidas como barracões, e as mulheres, quando não iam para aquele espaço, ficavam em casa cuidando dos filhos pequenos e do sítio, se tornavam narrativas comuns.

¹ As comunidades eram: Peixe, Lagoa dos Cavalos, Cipó, Junco e Fazenda Maia.

² Nesses três anos de pesquisa foi formado o Acervo de Fontes Orais – COMTER/UFC, que contém em torno de 53 entrevistas transcritas acompanhadas de seus respectivos arquivos de áudio.

Ademais, pontuamos, que as secas da década de 1950 (1951-53, 1958) foram as mais rememoradas, quando se tratava das obras. A última daquela década marcava o período em que muitos foram ou tiveram contato com a estiagem pela primeira vez.

Na década de 1950 as obras de emergência foram ações da União, Estados e municípios, promovidas a nível federal pelo Ministério de Viação e Obras Públicas - MVOP e colocadas em prática, principalmente por alguns de seus departamentos, o DNOCS e o DNER³.

Já em nível estadual, algumas obras foram executadas pelo DAER.⁴ Esses serviços empregavam em massa vários sertanejos em frentes de trabalho nos períodos de estiagem para a antecipação, complementação ou intensificação de obras em execução⁵, na área denominada de Polígono das secas⁶. Os principais trabalhos realizados pelos braços de sertanejos foram estradas de rodagem, postos de aviação, canais de irrigação e açudes.

De acordo com o relatório do DNOCS de 1959, uma das finalidades das obras eram a absorção da “mão de obra desempregada com a seca”⁷, na tentativa de “diminuir o máximo possível o êxodo rural”⁸. O Estado procurava assim conter a população pobre sertaneja próxima a seus locais de morada, e, além disso, sanar possíveis problemas ocasionados pela multidão de pessoas, que se deslocava para centros urbanos a procura de assistências nas estiagens⁹. Dessa forma, as obras de emergência além de um empreendimento de engenharia, mobilizando técnicos, engenheiros, material, planejamento, também era uma forma de controle social.

Como um grande canteiro de obras, aqueles lugares eram hierarquizados e regidos por uma forte disciplina, caracterizada por uma lógica de trabalho, que muitas vezes se diferenciava da que os sujeitos, que procuravam alistamentos estavam habituados. Ademais, havia a marcação de horários para a ida as obras, com a separação dos trabalhadores em turmas de 20 a 40 pessoas para a realização de atividades. Recebiam ordens de chefes de serviço, feitores, e passavam por uma fiscalização de seus trabalhos.

³ DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Seca; DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

⁴ DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

⁵ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p.30.

⁶ GUERRA, Paulo de Brito. *Civilização da Seca*. Fortaleza, DNOCS, 1981. Segundo o autor, esta era uma área que abrangia, segundo a designação de 1951, quase todo o estado do Piauí, todo o Ceará e o Rio grande do Norte, parte do Pernambuco e Paraíba, boa parte de Alagoas, Sergipe e Bahia, e um pouco do Norte de Minas.

⁷ DNOCS, *Relatório*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 1, setembro de 1960, p. 19.

⁸ Idem.

⁹ NEVES, Frederico C. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*: Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

O dia a dia nas obras de emergência era constituído pela lógica do serviço, dos barracões, do fornecimento, e por vezes das voltas em casa para deixar a comida que era recebida como forma pagamento. Além de tudo, a rotina precária, com a falta de água e vivendo em moradias improvisadas tornavam as condições de vida mais difíceis. Tudo isso eclodia nas memórias dos que passaram por esse convívio nos barracões.

Nesse sentido, observamos, que às temporalidades distintas se cruzavam e se chocavam. No ato do lembrar sobre aquele processo, os entrevistados narraram formas de driblar a ordem vigente nos barracões e tensionar hierarquias, que iam desde o momento do alistamento nos postos de trabalho, como mentir sobre a idade e condição social para conseguirem emprego, até na hora da realização de atividades, quando mesmo em condições precárias, eles arranjavam maneiras de enganar a fiscalização da obra.

Dessa maneira, notamos que essas experiências se formavam pelo contato entre esses trabalhadores. Eram forjadas no momento da migração, nos percursos de saídas de seus sítios, comunidades, locais de morada, que por vezes eram municípios distantes daquela região. Até no próprio dia a dia do trabalho, no trato com pessoas que estavam em situações parecidas, mesmo que possuindo trajetórias de vida distintas. Na tensão entre indivíduos que ocupavam espaços hierárquicos diferentes, e na convivência dos barracões, sejam pelas relações alimentares e familiares.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é entender as experiências dos trabalhadores alistados em obras de emergência em 1958 no Baixo e Médio Jaguaribe – CE. A experiência aqui é compreendida com base em Edward Palmer Thompson (1981) como uma autoconsciência de homens e mulheres sobre uma realidade social e os aspectos de suas vidas materiais. É a partir disso que os sujeitos agem e tencionam estruturas, por meio de suas leituras sobre uma realidade, feitas com base nessas experiências vividas ou reconhecidas.

Como já sinalizada, a pesquisa surge a partir da atividade extensionista do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais - COMTER, pertencente ao departamento de História da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Na época o nosso objetivo era entender a espacialização das políticas de irrigação no Estado do Ceará, intervenções, que ocorriam no sertão desde a década de 1970 e que tinham como justificativa o desenvolvimento econômico do Nordeste. A região foi escolhida por conta da implementação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas – PITR, que teve sua primeira etapa em 1992 e desapropriou vários dos antigos moradores da região, além de desarticular espacialmente 22 comunidades.

O objetivo primordial do projeto era partir do trabalho com a memória dos moradores para pensar a história das comunidades, tentando se contrapor ao discurso oficial do Estado e DNOCS sobre a região, que a caracterizava como atrasada economicamente e socialmente¹⁰.

Destacamos, que devido a nossa metodologia de buscar pessoas que passaram pelo processo de desapropriação ou que já moravam ali durante a implementação do Perímetro, optamos por entrevistar os moradores mais idosos das comunidades. A média de idade dos nossos entrevistados girou em torno de 65 anos.

Parte das fontes orais utilizadas nesta dissertação são entrevistas realizadas nesse período com pessoas de idade avançada. A outra parte são entrevistas realizadas já no percurso de escrita da dissertação. No entanto, não houve mudança na escolha do perfil de nossos narradores. A idade dos entrevistados que compõem narrativamente essa dissertação varia entre 68 a 88 anos no período das entrevistas.¹¹

Iremos notar no decorrer do texto que alguns entrevistados já eram maiores de idade, moças e jovens casados chefas (es) de suas famílias em 1958. Outra parte dos idosos/as é formada principalmente por pessoas que eram crianças naquele ano, quando seus pais foram para os canteiros de obras ou quando eles mesmos compuseram as frentes de trabalho.

Dessa forma, o trabalho que realizamos com a memória esteve atento a leituras que se preocuparam em pensar as lembranças de pessoas idosas. O texto de Ecléa Bosi, “Memória e Sociedade: lembrança de velhos (1994)” foi base teórica necessária para entender e desenvolver a pesquisa. Para a autora a memória não é formada apenas de lembranças forjadas na reconstituição de um acontecido. Quando ela é evocada, por meio de um diálogo, uma pergunta, a narrativa desenvolvida é feita em relação com a condição que o sujeito pertence naquele momento. Bosi parte disso para falar sobre a função social de pessoas velhas na sociedade industrial.

Nessa acepção, a velhice é entendida como uma categoria social, tendo cada sociedade uma forma de lidar com ela. Na sociedade industrial que extrai sua energia da divisão de classes, da função produtiva do indivíduo, as pessoas velhas são deixadas a parte pela própria perda de sua força de trabalho. A sociedade industrial é maléfica à velhice. Por

¹⁰ ALMEIDA, Diego G. VIANA JUNIOR, Mário M. Conflitos pela memória no semiárido cearense: Relações entre as comunidades rurais do Tabuleiro de Russas e o DNOCS. In História e Perspectivas, Uberlândia. Ed. jan. /jun. 2016.

¹¹ Cabe lembrar que as entrevistas utilizadas nesta dissertação foram realizadas entre 2015 e 2018. De 2015 a 2016 foram entrevistas realizadas no período das atividades extensionista do COMTER. Em 2018 visitei o distrito Bonhu e fiz uma série de entrevistas com antigos alistados ou parentes de alistados nas obras de emergência em 1958.

conta dessas relações de atividade e inatividade para esse tipo de meio social, a construção narrativa da memória dos próprios sujeitos é diferente, “se existe uma memória voltada para ação, feita de hábitos, e uma outra que simplesmente ver revive o passado, parece ser esta a dos velhos, já libertos de suas atividades profissionais e familiares”¹².

Nesse sentido, a evocação feita pelas pessoas idosas ao falarem de um acontecido toma um duplo sentido. Já afastados de suas atividades profissionais, os sujeitos mais velhos se debruçam sobre esse passado na tentativa de encontrar nele a sua própria função social no presente, na legitimidade de passar pela oralidade sua história, conselhos e experiências. Assim, eles confirmam com os seus pares, com os seus escritos, com fotos entre outros documentos em que possam ancorar suas memórias. Ao mesmo tempo, essa evocação aparece como uma maneira de reviver o momento, que é lembrado.

Temos que ressaltar que esse processo não é feito de forma “pura”, de um passado onírico, mas é fruto de um trabalho de refacção¹³. Ou seja, a narrativa é construída sobre um passado elaborado, refeito pelas atitudes e realizações no presente, assim como pela criação de um próprio espaço narrativo aberto pelo momento da entrevista. Isso nos ajuda a pensar, que a memória que tratamos não é apenas uma lembrança da infância ou da juventude, mas de pessoas idosas lembrando sobre sua infância, juventude, trabalho, meio ambiente e família de forma singular.

Para simplesmente não deslocarmos o trabalho de Ecléa Bosi e suas noções para o nosso, temos que caracterizar melhor os sujeitos, que analisamos. A maior parte deles é formada por pessoas idosas que moram com seus companheiros, esposas e maridos, sendo em alguns casos viúvas (os), que residem com seus filhos. Mesmo que em menor grau, boa parcela dos homens e mulheres ainda desempenham atividades, que já desenvolviam na maior parte de suas vidas, a lida com a agricultura, o roçado, extrativismo e pecuária.

Além dessa memória que está no ato de reviver o passado, de uma evocação baseada no convívio com o presente, refeita, que busca ali base para suas atitudes, e legitimidade como sujeito na sua comunidade. Nossos entrevistados estão a todo momento montando suas narrativas pensando nas suas atividades futuras. A preocupação com o porvir, de como será a próxima colheita, se vai chover no próximo mês para plantar seu feijão e milho e se o inverno vai ser bom.

¹² BOSI, 1994, p.81

¹³ MICHAELIS, Dicionário online, Acesso em 08/06/2018: processo de reescrita de texto que, através do desenvolvimento de uma atitude crítica, possibilita ao aluno que o produziu modificá-lo várias vezes, tornando-o mais claro e objetivo à leitura. Link: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=e3w1X>

O espaço narrativo também não pode ser ignorado, quando pensamos o trabalho sobre memória. Segundo Alessandro Portelli (2010), ele é criado a partir do momento que o entrevistador se propõe a escutar o que o narrador quer nos falar, ou é incitado a falar. Podemos pensar que uma fonte oral não é feita apenas por um sujeito, não é uma narração simples daquele que fala, mas o sujeito que escuta, que questiona e posteriormente transcreve e reproduz é atuante na construção dessa fonte. Por isso a ênfase nesse trabalho sobre os contextos de realização das entrevistas, como o leitor poderá observar.

Nesse sentido, existe a necessidade de transcrever a fala do entrevistador no corpo do texto. É a partir desse contato que podemos adentrar mais nas formas em como os entrevistados subjetivam as suas experiências nas obras de emergência. Palavras, gestos, posturas tomadas pelo narrador são observadas nessa relação dialógica com o entrevistador.

É dessa forma, que Kênia Souza Rios em seu texto “Engenhos da Memória: Narrativas da seca no Ceará (2014)” analisa a construção de uma memória sobre a seca. Para a historiadora, uma estiagem pode significar inúmeros acontecimentos para além da falta de água. Essa vai se constituir pela sua diversidade, visto o entrecruzamento de temporalidades, da trajetória individual e sua base na experiência coletiva. Falas que parecem não estarem de acordo com a pergunta feita pelo entrevistador, mas que ganham significados distintos ao passo em que são analisadas.

Ao serem questionados sobre a seca, alguns dos nossos entrevistados começaram a falar sobre sua infância, sobre relacionamentos amorosos, familiares, para então chegar no assunto perguntado, isso quando este foi respondido. Como veremos, o contrário também aconteceu, em que as perguntas não buscavam falar sobre o tema, mas a respostas vieram em direção das obras de emergência e a seca de 1958. Caminhos sinuosos do trabalho com oralidades.

A lembrança sobre essas obras foi relatada de forma diferente para cada um. Alguns tinham uma memória mais “sofrida” sobre o período, da fraca plantação, da saída de suas casas para procurar alistamentos, das dificuldades de regar o alimento, das longas jornadas de trabalho. Já outros falavam de maneira saudosista sobre o convívio naqueles espaços, da grande movimentação de pessoas e de laços afetivos, que mantiveram com os outros trabalhadores e pessoas que iam para as frentes de trabalho. Importante perceber que não é sempre que essas narrativas aparecem de forma contraposta.

É por meio disso, da forma que se fala e como essa memória é evocada, que começamos a notar algumas práticas efetuadas pelos entrevistados, que demonstram conflitos

com a ordem imposta nas obras de emergência. Algumas situações em que para eles, em seu conteúdo, não parecem existir nenhum tipo de problema de se falar, como o roubo e a enganação, tratados na fala de forma normalizada, esses aspectos expõem tensões e relações sociais forjadas naquele ambiente.

Nessa direção, ressaltamos que nossa pesquisa continua com a preocupação de analisar o Baixo e Médio Jaguaribe cearense. Salientamos também, que em 1958, o número de distritos, comunidades e municípios se diferenciavam do contexto atual e do momento em que as entrevistas foram realizadas (2015-2018).

Em 1958, o Baixo Jaguaribe já possuía essa nomenclatura. A microrregião carrega esse nome por ser a parte mais baixa, em relação a sua elevação geográfica, do rio Jaguaribe, ou seja, onde ele fica mais próximo de desaguar no mar. No período estudado era composto pelos municípios de Aracati, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Jaguaruana e Itaiçaba.¹⁴

Já a região que hoje chamamos de Médio Jaguaribe, em 1958 era conhecida como Sertão de Pereiro, composta apenas por dois pequenos municípios: Pereiro e Iracema. As entrevistas que são utilizadas em nossa pesquisa, realizadas em 2016, foram feitas com pessoas, que moram na região da Caatinga Grande, um conjunto de pequenas comunidades rurais pertencentes ao município de Potiretama e que em 1958 era distrito de Iracema.

Os municípios na região estudada em 1958 apresentavam um grau de ruralidade muito alto, pois pequenos núcleos urbanos, que tinham ao seu redor uma série de comunidades rurais¹⁵. Essas eram repletas de casas de taipa, mais comuns para as pessoas empobrecidas na região, enquanto alguns poucos tinham casarões de alvenaria com um longo alpendre rodeando a estrutura, que servia como espaço para o descanso e às vezes como ambiente de socialização da comunidade. Algumas delas já tinham capelinhas e uma acentuada atividade religiosa: era comum fazerem festas, forrós, tertúlias e quermesses em vários períodos do ano, principalmente em datas comemorativas de santos padroeiros das comunidades.

Pensando essa configuração social, de início buscamos aproximação com a ideia de sítio, de maneira mais ampla como é desenvolvida por Klaas Woortmann (1990): um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, que se ligam e descendem de algum ancestral fundador. Essa configuração social era presente em algumas das comunidades estudadas, principalmente as que tiveram um processo de ocupação mais

¹⁴ IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, maio de 1959.

¹⁵ Idem

antigo, na virada para o século XX. As famílias são bem demarcadas e conhecidas, e a narrativa de um fundador que chegou naquele espaço no “início de tudo”, ou “desde que o mundo é mundo”¹⁶ é reforçado em algumas falas.

Mas ao passo que fomos descortinando as memórias e tendo contato com outras fontes, vimos à necessidade de abranger um pouco mais essa noção de sítio apresentada por Woortmann (1990). Ao mesmo tempo que a configuração das comunidades apresenta esse caráter parental, da apropriação de determinada área de terra tida como patrimônio familiar, da construção de casas ao passo que essas relações vão se capilarizando, temos também a presença de outros pequenos grupos familiares na mesma comunidade, que agem da mesma forma. Inclusive, essas diversas famílias podem em determinado momento se unir por laços matrimoniais.

É importante perceber que a noção de família que apresentamos aqui diz respeito a um caráter mais aberto, que envolve não apenas pessoas que mantêm laços sanguíneos, mas também relações de compadrio e como já falado de amizades. Dessa forma, a família é entendida não apenas como uma unidade de produção, mas como um modelo de moralidade e ordem, fundamentada em obrigações, formas de reciprocidade direito e deveres mútuos. Mesmo que essa “ordem moral” carregue consigo uma carga, que diz respeito ao patriarcalismo e relações autoritárias¹⁷.

Essas noções apresentadas sobre família e laços de amizade nos ajudam a compreender algumas ações realizadas nos espaços das obras de emergência e até antes da chegada aos canteiros de obras. Desde o momento da migração e alistamentos, esses moradores do Baixo e Médio Jaguaribe utilizaram desses laços e de suas experiências para conseguirem seus objetivos.

Além disso, no decorrer dessa dissertação, vamos notar que o próprio espaço dos canteiros é perpassado por relações familiares, condutas morais envolvendo ações que possuíam determinado caráter por estarem no meio de pessoas conhecidas.

Nesse ponto da apresentação é relevante ressaltarmos que existe uma dificuldade de mapear conceitualmente quem são os trabalhadores de obras de emergência. Em 1958 as

¹⁶ Essa expressão surge em algumas entrevistas, como algo que ocorreu a muito tempo. Ver entrevista com Antônio Lima (2015) e José Luiz do Norte (2015)

¹⁷ Ver MENEZES, Marilda A.; THIBES, Mariana Z.; SANTOS JR. Jaime. (org.) *Famílias, trabalho e migrações* – [1.ed] – São Paulo: Annablume, 2017: Os autores observam que a noção de família apresentada por Woortmann (1994) e outros pesquisadores como Sarti (1994), avançou muito em uma saída da perspectiva economicista sobre o problema. Mas sofreu algumas críticas ao que tange a uma normalização de determinadas estruturas familiares, principalmente quando pensa a questão moral e o papel feminino no núcleo familiar, como a exclusão a privação de espaços e papéis.

obras eram espaços que tinham desde o morador do campo até uma população pobre, que reside nos pequenos centros urbanos.

Em uma obra no Baixo Jaguaribe, por exemplo, não eram alistadas apenas pessoas que moravam naquela região. Moradores distantes e desconhecidos daquelas comunidades também habitavam o espaço. Por esse motivo é importante começarmos a estabelecer parâmetros pra entendermos como será tratado os nossos sujeitos de pesquisa.

Tayrone Apollo Pontes Cândido em “Proletários das secas: Arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho [1877-1919] (2014)” ao estudar as obras de socorros públicos na virada do século XIX para o XX trata esses trabalhadores como uma multidão heterogênea formada por sertanejos, antigos escravos, pessoas empobrecidas das vilas e pequenas cidades.

Para Cândido, esses sujeitos estavam a todo momento atravessando fronteiras, tanto espaciais pelo ato da migração, como fronteiras sociais, históricas, do contato com indivíduos diferentes do seu convívio. Essas relações limiars aconteciam tanto com outros trabalhadores alistados como com o pessoal encarregado do serviço, engenheiros e chefes de obras.

Partindo do debate com E. P. Thompson na “Formação da classe Operária Inglesa (1987)”, Cândido entende que os indivíduos se constroem enquanto sujeitos sociais no próprio processo histórico em que estão imersos, ou melhor, no seu fazer-se, tornando-se proletários das secas: sujeitos que vêm de origens diferentes e têm experiências distintas, mas que no contexto da seca desempenham trabalhos em obras de socorros públicos, construindo de açudes, vias de férreas, estradas carroçais, praças, redes de energia e etc.

Ainda que em um período diferente daquele que analisamos, essa leitura é interessante para nossa pesquisa, pois tenta fugir de modelos engessados, que por vezes tendem a dificultar o trabalho do historiador por demonstrar pouco movimento no próprio processo do fazer. Além do que colabora para entender outras experiências nos espaços das obras para além daquelas rememoradas por nossos entrevistados.

Buscando aproximação com uma autora que debate o mesmo período, Lara Vanessa de Castro Ferreira em sua tese “Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de seca (2016)” escreve sobre os trabalhadores alistados em obras de emergência na década de 1950 no Ceará. Seguindo linha parecida com a de Cândido, Ferreira trata esses alistados em obras de emergências como “trabalhadores-cassacos”. São sujeitos, que desempenham atividades diversas, mas que por já terem

experiências com estiagens anteriores, nesses períodos buscam alistamento em obras do governo.

O termo “cassaco” era uma expressão utilizada para designar os trabalhadores alistados em obras de emergência. Segundo Ferreira, era feita a comparação com um animal que é muito comum no semiárido, o cassaco, uma espécie de marsupial que libera um fedor ao se sentir ameaçado, pertencente à mesma família do gambá. A analogia era feita devido a uma bolsa na barriga que essa espécie de animal possui para carregar seus filhotes. Nessa comparação os trabalhadores alistados eram sujeitos, que carregavam a sua prole para os espaços das obras em períodos de estiagem.

Os trabalhadores são diversos, mas a situação das obras o fariam ser cassacos. Como nossa preocupação é analisar os alistados do Baixo e Médio Jaguaribe, trazer apenas a noção de trabalhador talvez não permita adentrar mais nas experiências, que eram desenvolvidas localmente. O termo “cassaco” também deve ser analisado pelo seu aspecto conflituoso, visto que alguns não se reconheciam dessa forma, mesmo trabalhando nos canteiros e chamando outros alistados de cassacos.¹⁸

Como já foi abordado, nossos entrevistados são moradores da zona rural, desempenham atividades que têm na sua base o cultivo da terra, a criação de animais, pesca, atividades extrativistas¹⁹ e etc. São acostumados com ocupações que possuem certo grau de autonomia em sua prática e fazer, quando não, essa busca por independência nos serviços marcam o seu dia a dia. São agricultores, pescadores, catadores, extrativistas, mulheres e homens que fazem parte de uma ordem moral que tem na sua base a família, o trabalho e a terra, no seu sentido mais amplo. Nessa pesquisa esses trabalhadores plurais serão tratados enquanto camponeses, dada à maleabilidade do conceito, conforme apontado por Martha Inez de Medeiros:

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido,

¹⁸ Este problema foi percebido ao passo que as entrevistas eram feitas. Enquanto alguns entrevistados não mencionavam a alcunha de cassacos (é o caso de Francisco Mendes, Antônio Lima e Luís do Norte), outros, ainda que se tratando de antigos alistados nas obras de 1958, imbuíam o termo cassaco a demais trabalhadores e não a si mesmos (José Silvestre, José Vidal e José Lídio). Esta problemática pode revelar como as relações identitárias permeiam a memória dos nos entrevistados. São elementos que as constituem como aborda Michael Pollack (1997).

¹⁹ LIMA, Adriana R. *Trabalhadores da carnaúba: paisagem cultural e modo de vida dos camponeses em Russas-CE na primeira metade do século XX.*, Fortaleza, 2007: Segundo a autora, na primeira metade do sec. XX o Baixo Jaguaribe ficou conhecido pelo cultivo e extração da cera de carnaúba.

nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações.²⁰

Entender a especificidade do modo de vida campesino não significa negar a sua diversidade ou admitir uma postura de engessamento desses indivíduos, pelo contrário: camponês pode ser um vaqueiro dependente de um fazendeiro, dono de rebanhos de gado, ou um posseiro que entrega parte do que produziu ao dono da terra em que reside. Até um pequeno proprietário pode ser entendido enquanto camponês. Ao mesmo tempo, o trabalho com a terra e a sua busca por autonomia compõem a sua forma de reprodução social. A autora ainda lembra que:

A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresenta como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.²¹

Refletindo melhor sobre o conceito que está posto, o campesinato deve ser entendido para além do seu aspecto econômico: das suas ocupações, da terra entendida apenas pelo caráter produtivo, da família meramente como um grupo de trabalho. Devemos observá-lo pelas suas diversas dimensões, que constroem sujeitos históricos.

Nesse sentido as noções culturais e identitárias são essenciais para nossa pesquisa. Do entendimento da família, comunidade e terra, como sentidos que respeitam a uma ordem de valores²², forjada a partir de práticas solidárias, festivas, religiosas e conflituosas.

O trabalhador alistado em uma obra de emergência foi, como pensa Cândido (2014), um proletário da seca, no sentido de se tornar esse sujeito, das experiências que os forjam no ambiente e no processo histórico, que estão inseridos. Mesmo que seu recorte temporal seja distante do nosso (final do século XIX e início do XX), essa heterogeneidade de sujeitos é observada também nos canteiros de obra em 1958.

²⁰ MARQUES, 2012, p. 59.

²¹ Idem, p. 65.

²² WOOTMANN. Klaas. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Tempo Brasileiro [online], p. 11-73, 1990. O camponês para o autor não pode ser visto apenas como um pequeno produtor, mas devemos analisar pelo seu processo de subjetivação. Nesse aspecto, o valor de uso deve ser visto: “Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas”. (WOOTMANN, 1990, p. 12).

Contudo, ao mesmo tempo, vamos perceber que as experiências vividas em comunidade, enquanto camponeses, não são deixadas de lado em nosso trabalho. A partir da oralidade podemos evidenciar melhor essas minuciosidades e as próprias relações conflituosas e contraditórias, que a categoria de campesinato pode nos assinalar.

Para além dos barracões é entender as experiências desses indivíduos, não os reduzindo ao período, que passaram alistados nas obras de emergência. É, sobretudo, perceber que suas trajetórias de vida marcaram também as escolhas, desejos, expectativas, apreensões e formas de agir durante aquela estiagem. Sendo as experiências campesinas, nos seus sítios e comunidades diluídas no cotidiano nos barracões do Baixo e Médio Jaguaribe em 1958.

É importante deixarmos claro que essa leitura não exclui as outras experiências desenvolvidas nos espaços das obras, inclusive que serão analisadas em nosso texto. Trabalhar com a categoria de campesinato ajuda a compreender os nossos entrevistados, e não apenas pela relação de local ou atividade desempenhada, mas principalmente pelas formas com que esses sujeitos se relacionavam com a natureza, com os outros sujeitos em suas comunidades e debaixo dos barracões.

Dito isso, buscamos apresentar algumas problemáticas relacionadas aos processos migratórios para os barracões e a saída dos sítios à procura de alistamentos. Estes pontos serão abordados em nosso primeiro capítulo *Entre sítios e barracões*.

No tópico inicial analisamos as trajetórias migratórias e como os indivíduos criavam e experienciavam os seus projetos e percursos, familiares e individuais. No segundo tópico, trabalharemos a dinâmica dos alistamentos, as nuances políticas, que as obras de emergência em 1958 estavam inseridas e as formas de burlar a fiscalização para a obtenção de emprego.

Mais adiante iremos adentrar um pouco mais nas dimensões do trabalho nas obras. Este será o foco do segundo capítulo *“Nós ganhávamos os carrascos”*. O primeiro tópico perscruta a experiência campesina imersa nas lógicas de trabalho das obras de emergência. As experiências foram observadas a partir de situações conflituosas e brechas na dinâmica do serviço forjadas pelos trabalhadores.

No segundo tópico pensaremos em como as funções de trabalho na hierarquia das obras também eram constituídas em redes de amizade, compadrio e parentesco. Da mesma forma, notaremos uma apropriação das obras e da mão de obra dos alistados para benefício de grupos locais, que possuíam influência política e econômica na região.

O terceiro e último tópico irá focar na experiência das crianças alistadas nas obras de emergência. Buscaremos analisar o que significava para aqueles indivíduos estarem ali, seja pela perspectiva do trabalho ou pela sua não aceitação ao meio.

Como os alistados construía o cotidiano naqueles espaços em relação aos usos da alimentação; o que era recebido como forma de pagamento; e o que eles tinham acesso a partir de outros comércios, bodegas e barracas. Esses serão temas abordados no terceiro e último capítulo “*Na ponta da caderneta*”.

Em vista disto, configura a temática trabalhada na primeira parte entender como funcionava o sistema de abastecimento em escala macro, pensando na lida do fornecedor em meio aos empregados do DNOCS e os trabalhadores alistados.

No segundo tópico analisaremos o sistema de pagamento como forma de exploração dos alistados e o debate político em torno de tal lógica. A prática da troca de alimentos para obtenção de dinheiro e o consumo de álcool nas obras será objeto de análise no terceiro tópico do capítulo.

2 ENTRE SÍTIOS E BARRACÕES

No ano de 1958, quando as primeiras chuvas do mês de março não caíram no sertão cearense, Antônio Lima criou a expectativa de mais um período de estiagem. É verdade que no início daquele ano algumas batidas de água foram registradas²³ na zona rural de Russas, no Baixo Jaguaribe, onde ele morava com sua família, mas essas só serviram para deixar a vegetação um pouco verde e alimentar alguns animais, não sendo o bastante para o crescimento da lavoura e das roças de sua família.

Muito jovem, com apenas 17 anos, Antônio Lima já sabia dos esforços realizados por familiares e moradores de sua comunidade, o Córrego Salgado, quando se percebia um período seco. Foi desse jeito que, naquele ano, decidiu sair de seu sítio junto a um grupo de homens e mulheres da região, incluindo seu pai e tio, para procurar alistamentos na frente de trabalho mais próxima.

Entre o chão de terra ressequida e os sujeitos com os quais se deparou no meio do caminho, esse agricultor achou alistamento em trabalhos feitos no Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas, que ficava a uma distância de aproximadamente 15km de sua casa.

A experiência da migração e das obras de emergência em 1958 ficou marcada na memória²⁴ daquele jovem agricultor e foi ponto chave para o desenrolar da narrativa sobre sua trajetória de vida.

Na entrevista cedida em 2015, em pesquisa de campo realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), o então morador do distrito do Peixe em Russas-CE, Antônio Lima, começou seu relato falando do trabalho, que era responsável, quando criança, da seca e dos famosos alistamentos nas obras:

Julyalisom Mendonça²⁵ – Seu Antônio, a sua infância o senhor passou onde?
 Antônio Lima – É aí pra frente, bem perto, a comunidade da gente, a gente chamava de Córrego Salgado.

²³ DNOCS, *Relatório do Serviço Agroindustrial*. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959, p.43.

²⁴ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro., vol. 5. Nº 10, p. 200-212. 1992. Na página 201 o autor trabalha marcos na memória como composição narrativa e forma de lembrar sobre algo. Segundo ele, ainda que a memória seja um elemento variante, multável e flutuante, ou seja, que não possui uma construção completamente engessada, existem marcos na memória dos indivíduos que são relativamente invariáveis. Mesmo que estes não respeitem determinada cronologia de eventos, em entrevistas de histórias de vida alguns acontecimentos são balizas para que os sujeitos montem suas narrativas. No caso de Antônio Lima, a seca de 1958 surgiu no início de sua entrevista onde utilizávamos a metodologia de história de vida. Foi fundamental para aquele indivíduo falar sobre a sua ida aos barracões, o seu trabalho, a responsabilidade que tinha para com a família.

²⁵ Julyalisom Rodrigues Mendonça da Silva é um pesquisador e historiador que pertenceu ao COMTER durante a atividade extensionista no Baixo e Médio Jaguaribe. (2015-2016).

Julyalisom Mendonça – Qual o dia do seu nascimento

Antônio Lima – Eu sou de março de 41 (1941), dia 7 de março.

Julyalisom Mendonça – Aí desde criança...

Antônio Lima – Desde criança talvez de idade de 7 pra 8 anos eu já fazia essa luta. Tinha muitos dias de manhãzinha cedo, ele (pai de Antônio Lima) pegava, de cinco horas da manhã, chamavam eu, talvez dois quilômetros de a pé atrás de uma vaca que era solta pra tirar um pouco de leite pro “mais pequeno”, todo dia tinha que fazer.

Julyalisom Mendonça – Com quem que o senhor ia?

Antônio Lima – Sozinho e Deus! Ai quando eu chegava talvez uns dois quilômetros eu escutava o cair da vaca no meio do mato, aí eu ia arroteava e trazia, pra ele tirar o leite pros “mais pequeno”, e assim vem vindo. Em 58, eu já rapazinho, com 17 anos, aí teve seca né em 58? A gente foi para um barracão. Foi eu, ele e um irmão dele. Aí deixa que nessa viagem só empregou ele e o irmão, e a família era de 12 filhos. Aí era pouco ganho. Daí ele arranjou um conhecido que tinha para trazer nós pra cá e deixar aqui no Peixe, eu e outro rapazinho que foi. Eu fui de noite e disse assim, “rapaz, vou voltar, vou me empregar!”. Eu, lá, tinha visto uma conversa que... sempre as coisas têm que ter uma mentirazinha (risos)... “Rapaz, vamos voltar bem cedim, você viu aquele negócio de dizer que sendo filho da viúva se empregava? Pois vamos bem cedinho, e vamos dizer que sou filho de viúva (risos)”

Julyalisom Mendonça – Isso lá no Barracão?

Antônio Lima – Sim! Ai voltemos (sic) de a pés, barracão é duas léguas e meia, quase três. Tivemos que ir a pés bem cedim (sic) e deu certo. Chegamos lá e inventamos isso, se empreguemo (sic) todos os dias no tempo de seca ganhando.²⁶

A infância de Antônio Lima era marcada pelo trabalho na roça, na pega do gado e na busca da água, uma trajetória comum para crianças moradoras da zona rural naquela região. Nessas ilações que nosso narrador fez sobre suas tarefas, concatenando o momento atual com sua infância, ele lembra do seu dever dentro de casa, da responsabilidade de buscar a vaca para tirar o leite dos “mais novos”, pois era o filho mais velho. O relato sobre a seca aparece nesse trecho relacionado com seu trabalho e responsabilidades.

No decorrer da entrevista, o trabalho, que é companheiro do nosso narrador, vai ganhando forma e se modificando da sua infância para adolescência, assim como suas responsabilidades com a casa. A necessidade de se alistar para ajudar sua família naquele período seco é preponderante nesse pequeno trecho, e tinha suas dificuldades de acesso.

Como ele narra: não consegue se alistar no primeiro momento, valendo-se de “conhecidos” para lhe darem carona de volta a uma comunidade mais próxima, o Peixe²⁷, e só

²⁶ LIMA. Antônio. Antônio Lima: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Julyalisom Mendonça e Fernando Farias. Russas: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 1-2. Ver mais no nosso livro: <http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Historia%20memoria%20e%20conflitos%20territoriais%20no%20Ceara%20EDUECE.pdf>.

de lá seguir o caminho a pé para o Córrego Salgado. Mas esse camponês não desistiu tão fácil, tinha que conseguir alistamento, pois “era pouco ganho”, e só seu pai e tio conseguiram o serviço. Dessa forma, lembrou-se de uma “conversa” de que “filhos de viúva” eram empregados com maior facilidade nos postos de trabalho. Muito esperto, junto com outro jovem da região, resolveram contar uma “mentirazinha”, conseguindo se empregar “todos os dias no tempo de seca ganhando.”

Esse vai e vem à procura de alistamentos em períodos de seca no Baixo e Médio Jaguaribe não foi feito apenas pelo nosso narrador, seus familiares e amigos. Eram muitos homens, mulheres e crianças, que partiram de suas casas, roças para passarem alguns meses debaixo dos barracões de lona armados nas obras de emergência.²⁸

Os anos de seca formavam essa grande agitação na região, pois nem sempre o emprego era obtido no primeiro local que eles fossem, muitas vezes levando esses sertanejos a lugares cada vez mais distantes de suas moradas. O próprio Antônio Lima na seca de 1970, já casado e com filhos, não consegue emprego no mesmo local de 1958. Teve que arranjar trabalho em uma obra na cidade de Itaitinga-CE, a 30 km da capital Fortaleza e a 146 km de Russas-CE, onde morava no período.

A migração feita por esses sujeitos não responde a uma lógica de saída e atração, como se os caminhos para as obras fossem demarcados e lineares do sítio aos barracões. Desde a decisão de migrar, as formas utilizadas por esses indivíduos de irem, e o que se definiu nas suas trajetórias, passava por relações sociais construídas e acionadas naquele momento. Fosse pela definição de uma rede social para a efetivação da migração formadas por parentes, amigos e vizinhos (FONTES, 2008); ou pela pressão feita por estes às autoridades locais, e os interesses destas em relação à permanência ou não dos sertanejos em suas casas.

Partindo da análise de Marilda Aparecida de Menezes (2012), é possível compreender como as trajetórias migratórias estão relacionadas à atuação do migrante constituída nas tensões de várias categorias e espaços sociais. Deve-se compreender como os indivíduos tratam subjetivamente as possibilidades objetivas de ficar ou sair, do trabalho e vida. Fugindo assim de visões “monocausais” sobre a migração, da análise pela via reta de saída e chegada.

²⁷ A nomenclatura da comunidade de Peixe é de data mais recente. No período estudado e no momento em que Antônio Lima foi para a obra o local era conhecido como Lagoa do Peixe.

²⁸ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958: no seu pico de frequência registrado (26/06 – 04/07), estavam alistados em frentes de trabalho no Nordeste em torno de 305,419 mil pessoas. DNOCS, 1958, p. 35.

Nas idas e vindas para os barracões, nos encontros entre esses sujeitos, aconteciam trocas de experiências e formas de solidariedades, cunhadas entre indivíduos que passavam por trajetórias migratórias parecidas, possibilitando que estes alcançassem seus objetivos e, por vezes, transformassem seus percursos pretendidos inicialmente. Deslocavam-se a procura de outros lugares para o emprego, como no caso das “conversas” sobre “filho da viúva” de Antônio Lima.

Nesse sentido, buscamos seguir alguns dos caminhos narrados pelas memórias de camponeses do Baixo e Médio Jaguaribe, que migraram para obras de emergência em 1958: analisar as trajetórias migratórias, pensar nas decisões tomadas para o ato de sair e compreender as relações, que foram configuradas entre esses sujeitos.

Isto para podermos caracterizar melhor essas movimentações de camponeses, que formaram toda a região do Baixo e Médio Jaguaribe em 1958. Um primeiro aspecto a ser pensado é a questão da família e migração.

2.1 Maria Gomes: trajetórias migratórias e projetos familiares

O Baixo e Médio Jaguaribe são microrregiões localizadas no centro-leste cearense fazendo divisa com o Estado do Rio Grande do Norte. No início da década de 1950 nem todos os municípios existentes hoje nas regiões eram independentes. A maioria deles eram distritos ou vilas pertencentes a outras cidades, como é o caso de Potiretama, Jaguaruana e Quixeré. Os municípios com maior destaque econômico naquele período eram Morada Nova, Aracati, Limoeiro do Norte e Russas²⁹, cada um destes já tinham um comércio crescente, sendo os dois últimos conhecidos pela extração e exportação da cera de carnaúba, atividades de destaque na primeira metade do século XX³⁰.

Figura 1 – Mapa do Ceará em 1957 (Baixo Jaguaribe e Sertão de Pereiro destacados)

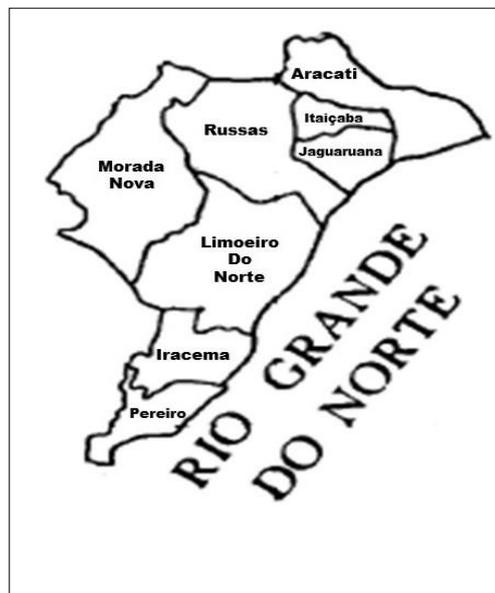
²⁹ IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, maio de 1959.

³⁰ LIMA, Adriana R. *Trabalhadores da carnaúba: paisagem cultural e modo de vida dos camponeses em Russas-CE na primeira metade do século XX.*, Fortaleza, 2007.



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE, 1959, Vol. XVI³¹

Figura 2 – Mapa do Baixo Jaguaribe e Sertão de Pereiro (1957)



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE, 1959, Vol. XVI.³²

³¹ A Figura I é uma edição feita pelo próprio pesquisador baseado no mapa do Ceará de 1957 presente na Enciclopédia dos Municípios Brasileiro do IBGE de 1959. Na Figura I não existe o destaque dado as microrregiões do Baixo Jaguaribe e Sertão de Pereiro. O destaque em preto já continha no mapa original, sendo uma referência a capital do estado Fortaleza.

³² A Figura II foi um recorte feito pelo pesquisador baseado no mapa do Ceará de 1957 presente na Enciclopédia dos Municípios Brasileiro do IBGE de 1959.

Maior parte da população desses municípios, assim como de outros no Baixo e Médio Jaguaribe moravam na zona rural, nos distritos e sítios. Limoeiro do Norte chegava a ter mais de 80% de seus habitantes vivendo nessa situação, segundo o levantamento feito pelo IBGE em 1957.

No entanto, essa porcentagem se acentua, quando olhamos para municípios menores como Iracema, chegando a possuir 90% da sua população na zona rural. Esse quadro demográfico refletia na economia desses municípios, que girava em torno da agricultura, pecuária e silvicultura.

Mesmo em Aracati, que tinha o maior quadro urbano das duas regiões e o quinto do Estado, 47% de sua população desenvolviam atividades no meio rural, sendo a produção de coco-da-baía, feijão, mandioca-brava, algodão e milho, as mais relevantes para a economia da cidade.³³

Nesse sentido, as sedes dos municípios no Baixo e Médio Jaguaribe e suas pequenas aglomerações urbanas tinham uma relação muito próxima às atividades rurais, sendo pontos principais para a venda e comércio dessas mercadorias.

Na cidade semanalmente existiam feiras para a comercialização de frutas e legumes produzidos no campo. E cada uma dessas possuía mercados públicos, açougues e armazéns. Devido a esses aspectos, a separação entre campo e cidade não era feita por linhas bem demarcadas, existindo uma dinâmica, que movimentava pessoas e produtos por esses dois espaços.

Os municípios tinham nas suas redondezas várias comunidades rurais que se diferenciavam, quanto ao tamanho e à quantidade de moradores, mas que possuíam modos de vida similares. A configuração social dessas localidades era marcada pelo trato com a terra, seja nas próprias propriedades ou como rendeiro e trabalhadores daqueles, que possuíam mais terras e renda. Ademais eram agricultores, vaqueiros, caçadores e pescadores, uma gama de sujeitos que tinham em comum uma vida comunitária, caracterizada por celebrações, práticas mutualísticas, de solidariedade, e uma economia baseada na lida do campo.³⁴

³³ IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, maio de 1959.

³⁴ LIMA, Adriana R. *trabalhadores da carnaúba: paisagem cultural e modo de vida dos camponeses em Russas-CE na primeira metade do século XX*, 2007: Ao estudar algumas dessas comunidades no município de Russas, a historiadora as caracteriza como bairros rurais, conceito elaborado por Antônio Candido em *Parceiros do Rio Bonito*. Ela percebe ali práticas comunitárias que vão se desenvolver a partir de laços familiares e comunitários, do fortalecimento de relações mutualísticas e econômicas que eram ligadas principalmente com as cidades próximas.

Os períodos de seca transformavam o cotidiano de vários desses indivíduos. Com a crise, expressa na diminuição da produção de alimentos e no emagrecimento dos animais, começava a ficar difícil se manter a partir dos meios regulares.

Alguns conseguiam passar um pouco mais de tempo nas suas casas e roças devido o excedente de produção que tinham guardado ou mesmo em virtude do sacrifício de animais reservados para momentos como aquele. Os que mantinham relações com fazendeiros ainda procuravam trabalho em suas terras. Entretanto, existiam aqueles/as que decidiam sair de suas casas e procurar emprego nas já conhecidas obras de emergência.

Em 1958 foram abertos alistamentos para oito grandes obras nas regiões do Médio e Baixo Jaguaribe. No primeiro, a estrada, que liga o Itaú-RN à Iracema-CE; outra rodagem que vai de Iracema-CE a Pau dos Ferros-RN; estrada de Pereiro-CE a Jaguaribe-CE; e as construções de canais de irrigação no açude Ema em Iracema-CE³⁵.

No Baixo Jaguaribe houve a grande construção da estrada que liga Aracati-CE a Mossoró-RN; outra de ligação entre Limoeiro do Norte-CE e Morada Nova-CE; uma menor de Morada Nova-CE ao distrito de Cristais-CE; e serviços realizados no Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas, que fica na então comunidade de Bonhu, município de Russas-CE.³⁶ Parte dessas obras começaram sob o comando de órgãos estaduais como o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER. Foi o caso do melhoramento da estrada de ligação entre Morada Nova e Limoeiro do Norte no Ceará.

Outros canteiros de obras seguiam sob responsabilidade do Governo Federal. Naquele ano, o início dos serviços de emergência no Ceará não ocorrera de forma concomitante. Enquanto no início de abril as obras estaduais estavam começando, existiu uma demora para a implementação das obras federais.

Os serviços que os alistados realizavam nestas obras não eram os mesmos. Além das diferenças de tarefas executadas na construção de estradas de rodagem em comparação com os trabalhos para a edificação de um açude, ainda era possível em uma única obra existirem uma diversidade de serviços e atividades. No Baixo e Médio Jaguaribe, o Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas era uma obra de emergência, que apresentava tais características.

Esse Posto era uma área federal, pertencente ao Serviço Agroindustrial do DNOCS e vinculado ao Ministério de Viação e Obras Públicas – MVOP. Os serviços realizados ali foram à manutenção e construção de canais de irrigação, a construção de uma

³⁵ O POVO. Fortaleza: ano XXXI, n. 9353, 18 de março. 1958, p. 1.

³⁶ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 32, 33.

estrada, que liga o Posto a BR-116, a construção de uma barragem, e casas na pequena Vila do Bonhu. Na época, o Posto Agrícola ainda estava em atividade e muitas pessoas que moravam naquela comunidade trabalhavam ali como irrigantes, trabalhadores agrícolas, vazanteiros, criadores, pescadores e servidores públicos.³⁷

Ademais, o Posto Agrícola era uma grande área cultivada e irrigada por reservatório de água próximo. Era estruturalmente composto por vários canais de irrigação, hortas, alguns hectares com culturas de maior porte, além de uma infraestrutura básica para as pessoas trabalharem ali com suas famílias. Contava com posto de saúde, escola e casas de morada.

Em relação aos moradores do Posto, pontuamos, que eles trabalhavam em regime de cooperação, alugavam máquinas do Serviço Agroindustrial e pagavam uma taxa pelo uso da água do sistema de irrigação. As mudas utilizadas na plantação, normalmente hortaliças, frutíferas e florestais, vinham da própria administração, visto que esse espaço também servia como local de estudo para técnicos e agrônomos do DNOCS³⁸.

Destacamos também, que nos períodos de estiagem muitas pessoas se dirigiam para os Postos Agrícolas a procura de emprego, lotes de terras e água dos açudes, como foi em 1942, 1951/53 e 1958.³⁹ Devido a esse fluxo de pessoas, no Relatório do Serviço Agroindustrial⁴⁰ do DNOCS de 1958 foi realizada uma distinção entre os moradores e as pessoas que procuraram alistamento no posto. Logo no início dos documentos de 1958 os sujeitos foram separados em dois grupos: “As pessoas fixas” que eram moradores da comunidade e que trabalhavam no posto, e o “Pessoal Extra”, aqueles que migraram por conta da seca a procura de trabalho.

Consta neste documento que em torno de 101.204 mil pessoas se alojaram nos 17 Postos que existiam no Nordeste⁴¹. Além desses serviços habituais coordenados pela própria administração, existia a possibilidade de alistamento em obras, que aconteciam nesses espaços, como é o caso do Posto no açude de Santo Antônio de Russas. Desde a sua instalação no ano de 1942, em todos os períodos de estiagens foram registradas obras no Posto.

³⁷ DNOCS, *Relatório do Serviço Agroindustrial de 1958*. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959.

³⁸ GUERRA, Paulo de B. *Civilização da Seca*. Fortaleza, DNOCS, 1981, p. 82.

³⁹ DNOCS, *Relatório do Serviço Agroindustrial de 1958*. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959.

⁴⁰ Este documento mostrava em suas várias páginas as atividades e execuções realizadas nos postos agrícolas durante todo o ano. Além disso era feito um levantamento da produção agrícola dos Postos e dos gastos realizados ali.

⁴¹ DNOCS, *Relatório do Serviço Agroindustrial de 1958*. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959.

A pequena Vila de Bonhu em Russas-CE, que em 1957 contava com aproximadamente 653 moradores⁴², muitos dos quais eram trabalhadores do Posto Agrícola, chegou a ter cerca de 6 mil pessoas em 1958⁴³ residindo na comunidade. Maria Gomes, conhecida como Dona Santa, moradora da comunidade Lagoa do Peixe, que ficava a aproximadamente 15km do Bonhu, fez parte desse processo de grande movimentação para aquela comunidade.

Em entrevista cedida ao COMTER no ano de 2015, ela narra um pouco como foi a sua chegada naquele espaço:

Julyalisom Mendonça – O que é o Barracão?

Maria Gomes – É um distrito. Lá tinha uma área que era do governo, aí o serviço foi lá. Todo mundo fez sua barraquinha e ficava lá.

Julyalisom Mendonça – E como era lá, no barracão?

Maria Gomes – O Raimundo⁴⁴ trabalhava de tudo. Carpinteiro... Tinha muitas profissões lá. Você acredita que eu passei muito tempo lá, mas nunca fui ver o que esse povo fazia. O meu sogro, meu cunhado, tudo trabalhava lá. O pessoal era alistado, aí naquele dia todo mundo ia receber aquela mercadoria, aquele dinheiro. Nós passamos sete meses lá, mas antes ele já trabalhava lá e aos sábados vinha para casa. Aí depois foi que ele resolveu me levar pra lá. Aí o serviço acabou, deu uma chuva bem grande e mandaram todo mundo embora. Não sei o porquê, acho que vinha uma ordem lá do alto “nera” (sic): choveu manda todo mundo para suas terras plantar. Quem quisesse ir pra São Paulo, bota pra lá. Quem quiser ir pro Rio de Janeiro, bota pra lá. Espalhou-se o povo rapidinho. Eu tive vontade de ir pro Rio de Janeiro. Tinha passagem de graça.⁴⁵

A partir da fala de Maria Gomes é possível começarmos a perceber alguns aspectos da migração, que iremos abordar. O primeiro é o entendimento de que a migração é uma estratégia familiar de reprodução social (MENEZES; SILVA, 2010), ao passo que todos participam de alguma forma desse processo, saindo ou não de suas casas.

Isso pode ser percebido tanto para uma migração sazonal, em que um ou mais membros da família passam um período distantes de suas casas, voltando, quando o serviço se

⁴² DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958: Ver tabela “População existente nos açudes” na página 12. Se contarmos com as adjacências do açude esse número sobe para 1065 habitantes.

⁴³ Não temos como saber ao certo o número de pessoas que migraram para o Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas nesse ano. A soma descrita no texto diz respeito ao que foi narrado pela maioria dos moradores entrevistados no distrito Bonhu em 2017. Com relação ao número de pessoas em todos os Postos Agrícolas no NE, já está enunciado acima e pode ser visto no DNOCS, *Relatório do Serviço Agroindustrial de 1958*. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959.

⁴⁴ O Raimundo que é lembrado por Maria Gomes neste trecho tratasse do seu marido.

⁴⁵ SILVA. Maria G. Maria Gomes da Silva: entrevista [abril de 2015]. Entrevistadores: Julyalisom Mendonça. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 8

encerra, ou quando a família migra com todos os integrantes de sua casa de forma permanente.

Aliás, isso fica ainda mais nítido, quando entendemos a trajetória de nossa entrevistada. Maria Gomes é uma moradora antiga do distrito Peixe. Mudou-se para lá em 1957 com o seu esposo Raimundo e três filhos pequenos para morar no pedaço de terra que tinham acabado de comprar. Ela nos contou com entusiasmo sobre esse momento de sua vida. Era uma fase importante para ela, já que depois de anos morando em terras pertencentes a outros conseguia adquirir a sua pequena propriedade.

A terra era vista como uma conquista pessoal e familiar e o trato com ela foi aparecendo em outros momentos de sua entrevista, inclusive em relação à sua identidade. Mesmo tendo trabalhado boa parte da sua vida como professora particular, Maria Gomes não se cansava de falar, que na verdade era uma agricultora, e que sempre tinha sido assim. Como bem lembra Michael Pollak (1992) a identidade é um dos elementos constitutivos da memória dos indivíduos. Na forma de recordar sobre algo, estes buscam demarcar seu local de pertencimento, seja pela aproximação a determinado grupo ou de afastamento de outro, do que não é.

Nessa acepção, o local de agricultora é lembrado constantemente por Maria Gomes. Para ela era importante falar da sua experiência na roça e na lida com animais. Isso mostra que o seu reconhecimento enquanto agricultora não é reduzida apenas à atividade laboriosa, mas a todo um conjunto de práticas e formas de sociabilidade.

Na seca de 1958, logo no ano seguinte de sua mudança, seu esposo Raimundo foi procurar trabalho no Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas. No primeiro momento ele foi para a obra enquanto Maria Gomes cuidava dos filhos em casa, voltando apenas nos finais de semana para deixar as mercadorias que eram recebidas nos fornecimentos. Na maioria dos casos das pessoas entrevistadas⁴⁶, essas idas e retornos para casa aconteciam todas as semanas, eram feitas sazonalmente. E isso não era uma característica apenas das regiões aqui estudadas.

Paulo de Brito Guerra, antigo engenheiro agrônomo do DNOCS, em seu livro *Flashes da Seca* (1977) lembra que os alistados nos finais de semana levavam o pouco do que conseguiam como saldo para sua família:

O cassaco pega no serviço mal clareia o dia, aproveita a claridade das noites de luar, e vai somando horas, de tal modo que na quinta ou sexta feira ele cumpriu a tarefa

⁴⁶ Das seis entrevistas utilizadas nesse capítulo, cinco são de pessoas que no primeiro momento iam e votavam das obras nos finais de semana. Isso difere das outras seis entrevistas que utilizaremos nos próximos capítulos, já que são de pessoas que já moravam no Bonhu antes mesmo de 1958.

semanal. Vai levar então para família o pouco que conseguiu adquirir com o saldo do “barracão” para voltar na segunda-feira e tudo recomeçar, até que Deus se compadeça e mande de novo a chuva.⁴⁷

O texto publicado em 1977 contém relatos de alguns casos ocorridos nos vários canteiros de obras no decorrer dos anos de estiagens, possuindo como protagonista os trabalhadores alistados, chamados de “cassacos”. Nesse trecho o autor aborda aspectos do serviço e das idas e voltas dos trabalhadores, chamando atenção para força que estes têm no trabalho e nos percursos entre os sítios e barracões. A família aparece como uma preocupação para esse trabalhador que deve levar o pouco, que conseguiu para manter o núcleo familiar abastecido.

É importante nesse ponto pensarmos a migração como uma estratégia de reprodução social dos sujeitos que saem de suas casas para manter um determinado convívio, ou conseguir meios para suprir suas famílias em momentos de crise. O ato de migrar é analisado como uma decisão familiar⁴⁸. Isso nos ajuda a entender que a função de ficar em seus sítios, a de não migrar, que por vezes cabe às mulheres e crianças, não se trata de uma passividade dentro do processo de migração.

Na trajetória de Maria Gomes, mesmo que apenas Raimundo passasse a semana fora, ela ficava em casa controlando a alimentação dos três filhos, enquanto não vinha mais comida, mantendo uma segurança do espaço e cuidando do sítio. Além disso, o ato de ficar em casa poderia representar para esses sujeitos formas de manter laços sociais com a terra e a comunidade em que viviam. Enquanto parte dos moradores da Lagoa do Peixe foram para as obras de emergência, os que ficavam em seus sítios tinham responsabilidades ali, fossem familiares ou entre os seus vizinhos.

A literatura sobre os serviços em obras de emergência tratou um pouco sobre esse aspecto da migração. Na obra *Os Cassacos*, de 1979, o autor Luciano Barreira narra a trajetória de sertanejos na construção do Açude do Banabuiú-CE⁴⁹, durante o ano de 1958. Essa relação das pessoas que não migram é apresentada pelo autor a partir da personagem Zuca Machado, alistado na obra, e sua família:

⁴⁷ GUERRA, 1977, p.17.

⁴⁸ MENEZES, Marilda A; SILVA, Marcelo S. *Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB*. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

⁴⁹ A construção do Açude Banabuiú foi uma das grandes propagandas do DNOCS em 1958. Pela sua dimensão, o açude deveria abastecer as cidades da microrregião do Sertão Central cearense. A açude do Banabuiú era integrante do Sistema Rio Jaguaribe do DNOCS.

Zuca chegou em casa na hora em que Zefinha estava dando a janta de pirão escaldado aos meninos. Farinha de mandioca, água e uma pitada de sal. Na ausência do marido, havia faltado café. Zefinha, acostumada ao uso da bebida, sofrera mais do que mesmo com o alimento fraco e escasso que tinham para comer.

- É tu Zuca, Graças a Deus.

Os meninos correram para junto do pai.

- Minha véia, eu vem que té parece que tô muído de pau. O trabáio da sumana e inda mais o viajão hoje!

- Magino meu véio.

- Pai, num vai levá noís não? É tão ruim sem o sinho - disse Teresinha, que muito sentia a falta do pai.

- Minha fia, lá não é bom pra famia não. Noís mora nu'a barraca eu num é nem tapada dos lados.⁵⁰

Luciano Barreira era jornalista e foi um dos principais correspondentes do jornal cearense ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) “O Democrata”⁵¹. Nascido em Fortaleza, foi eleito vereador pelo PTS em 1962, mas teve seu mandato cassado por “falta de decoro” e foi preso logo no início da ditadura civil militar, sendo levado por agentes do DOPS para o 23^a Batalhão de Caçadores, o 23BC⁵².

Durante a sua trajetória de vida e militância, Luciano Barreira foi empenhado em fazer da escrita jornalística uma arma de luta pela igualdade social. A visão empregada no período de sua participação no jornal O Democrata era de ser uma imprensa contra hegemônica, e independente dos grandes jornais, que estavam a serviço de uma elite política e financeira.⁵³

Como aborda Antônio Candido (2006) os fatores *externos* na produção da obra – que dizem respeito à condição social do escritor, a produção material do texto – vistos dentro de uma análise sociológica se tornam *internos* ao que foi escrito. Nesse sentido, perceber o local social do autor nos ajuda a descortinar algumas questões, que estão sendo empregadas em seu texto. Mesmo que o aspecto sociológico seja apenas um a ser pensado em uma abordagem crítica sobre um texto literário⁵⁴, ela é fundamental para que tal esforço seja feito.

⁵⁰ BARREIRA, 1979, p. 138.

⁵¹ LIMA NETO, Idelfonso R. *Escrita Subversiva: O Democrata (1946-1947)*, 2006, p. 118. De acordo com o historiador o jornalista Luciano Barreira integrou o jornal O Democrata na sua primeira fase em 1945 e depois da venda do periódico aos comunistas, passou a ser correspondente na cidade do sertão central cearense Quixadá.

⁵² FARIAS, Airton. *As esquerdas e o golpe militar de 1964 no Ceará: análises de um estudo de caso*. Contraponto [online]. Teresina, vol. 9, n. 1, p.789-809, jan./jun. 2020.

⁵³ LIMA NETO, Idelfonso R. *Escrita Subversiva: O Democrata (1946-1947)*, 2006, p. 118. O historiador entrevistou Luciano Barreira para a escrita de sua dissertação. Neste diálogo, o entrevistado lembrou do caráter combativo que o jornal tinha frente aos outros veículos de comunicação.

⁵⁴ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Ouro Sobre o Azul, ed.9. – Rio de Janeiro, 2006: Antônio Candido em sua obra *Literatura e Sociedade*, aponta que a crítica literária além de ser baseada apenas em critérios sociológicos, mas também que critérios estéticos, psicológicos, religiosos, linguísticos, entre outros. Nesse ponto, o crítico pode desenvolver mais um dos os outros, mas tornar um destes elementos como únicos

Dessa forma, a visão de mundo de Luciano Barreira, enquanto um militante de esquerda, ligado ao PCB, jornalista, que morou anos no interior cearense é um dos elementos que compõe a obra “Os cassacos”. Durante todo o texto, Luciano Barreira tentou apontar o forte poder político e coercitivo dos coronéis, donos de terras do interior cearense, as negociatas dos políticos e a apropriação destes sobre as medidas contra as secas, as injustiças sociais e precarização dos trabalhadores alistados, tanto em suas vidas nas fazendas como debaixo dos barracões das obras de emergência, e uma atmosfera de sentidos e sentimentos, que fez parte do cotidiano desses sujeitos.

Ao tocar nessas temáticas, a escrita de Luciano Barreira é notada pelo seu sentido social simbólico, como aborda Candido (2006). O texto além de ser uma representação de determinada realidade, a partir de personagens e situações fictícias, é uma tentativa de expor determinados problemas naquela sociedade⁵⁵. Em várias páginas de “Os Cassacos” é possível notar o tom de denúncia sobre problemas ocorridos nas obras de emergência em 1958.

A partir dessas inquietações do autor, podemos ter indícios de algumas problemáticas presentes na lida com a seca em 1958, uma delas, a própria migração dos alistados. A preocupação da personagem Zefinha no trecho transcrito acima, pela falta de comida, controle dos gastos e racionamento da quantidade de alimento para fazer a sopa dos filhos, reflete a aflição de boa parte das mulheres que ficavam em casa no Baixo e Médio Jaguaribe enquanto os maridos passavam a semana no trabalho, situação semelhante com a vivida por Maria Gomes.

O outro ponto a ser ressaltado é a possibilidade da migração de todos os membros da família, que aparece nesse trecho pela figura de Teresinha. A inquietação da personagem era a saudade que vinha sentindo do Pai. Mas as motivações para uma possível migração da família poderiam ser outras. Desde a maior garantia do seio familiar, a avaliação por parte dos membros, que na obra estariam mais seguros, ou até na tentativa de evitar o desgaste das idas e voltas do alistado durante os finais de semana, que é uma das reclamações de Zuca Machado.

Da mesma forma Zuca explica para a filha que não pode levar a família por conta das condições precárias de moradia no espaço da obra, as barracas não teriam nenhuma estrutura mínima, que fechasse as laterais. Nesse sentido, as decisões tomadas vêm de uma

ou condicionantes do texto, faz com que o valor da análise diminua e possa cair em erros e outras armadilhas da crítica literária.

⁵⁵ Idem: Antônio Candido aborda o caráter simbólico social ao analisar brevemente o romance “Senhora” de José de Alencar. Em seu estudo, Candido fala que a temática trabalhada sobre a venda de esposas, além de ser uma representação da prática é um desmascaramento dos costumes vigentes na época.

reflexão feita entre os sujeitos, que migram e os que ficam, se existe a necessidade da saída destes últimos ou não.

No caso de Maria Gomes, essa avaliação foi feita no meio do processo de idas e voltas de seu marido para a obra. Mesmo com barracas precárias, em determinado momento ela vai para o barracão com os filhos e ali passa sete meses de 1958. Não podemos apresentar ao certo o que levou a ação da família de Maria Gomes, mas essas decisões são tomadas pensando a partir das relações materiais desses sujeitos com o meio, da propriedade, do que pode ser mais necessário e confortável para a família naquele momento. Como também devemos levar em consideração fatores imateriais, que fazem parte de uma atmosfera de sentimentos: a saudade, a tristeza, os descontentamentos e as expectativas.

Como já sinalizamos, as trajetórias migratórias dos sujeitos para as obras de emergência não podem ser lidas como um processo linear dos sítios aos barracões, mas como um campo de possibilidades, para utilizarmos o conceito de Gilberto Velho em seu texto *Projeto e Metamorfose* (1994). Nas palavras do antropólogo social, o campo de possibilidades “trata-se do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com um potencial interpretativo do mundo do simbólico e da cultura”⁵⁶. Essas noções nos ajudam a entender que as ações dos sujeitos não são feitas por ditames definidos e enrijecidos, suas escolhas, atitudes são construídas dentro de um espaço aberto de possibilidades.

É no campo de possibilidades, que os sujeitos dialogam com a realidade concreta, e é nesse espaço, onde as modificações dos projetos iniciais são realizadas. A migração, que em um primeiro momento para a família de Maria Gomes ia ser realizada apenas pelo seu marido, passa em determinado ponto para um deslocamento da família inteira. Devido à conjuntura das obras em 1958, esse campo de possibilidades poderia se tornar cada vez mais abrangente, como narra a própria entrevistada:

Julyalisom Mendonça – Quem oferecia a passagem?

Maria Gomes – Eu acho que era o povo do governo. Eu não sei se era conversa do povo. Eu queria ir embora pro Rio de Janeiro, mas eu tava perto de ter essa menina aqui (Maria do Carmo). Eu conheço gente que foi pro Maranhão, o Manuel, marido da Nevinha, naquele tempo ele foi em 58 (1958). Nesse tempo eles davam passagem se a pessoa quisesse ir pra algum lugar. Não sei dizer quem davam essas passagens. Acredito que era o governo.⁵⁷

⁵⁶ VELHO, 1994, p. 28

⁵⁷ SILVA. Maria G. Maria Gomes da Silva: entrevista [abril de 2015]. Entrevistadores: Julyalisom Mendonça. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p.8.

A busca por trabalho nas obras de emergência em 1958 poderia levar aqueles que partiam nessa empreitada para além das fronteiras estabelecidas inicialmente. O projeto de migrar de forma sazonal durante o serviço poderia se tornar uma migração definitiva ou possuir uma sazonalidade mais duradoura do que era pretendido, passando mais tempo distante de seus sítios e locais de origem. A ida para outros estados e regiões do país era uma prática comum nesses períodos de seca, sendo por vezes tutelada por órgãos estatais e entidades privadas.

Dentre os planos do Governo Federal na década de 1950, estavam o incentivo de migrações internas para regiões tidas como “vazios demográficos” e áreas com características melhores de plantio.⁵⁸ O enfoque era dado, principalmente em estados entorno da região mais afetada pela seca e na região Norte do país.

No boletim do DNOCS de 1958 foi feita uma demarcação que abrangia cinco estados do Nordeste tidos como possuidores da situação mais calamitosa em períodos de estiagem, pois compunham o semiárido nordestino. Esses também eram detentores de uma alta densidade demográfica. Nesse sentido, uma das soluções apontadas era realização de um plano de colonização de outras regiões.⁵⁹

No boletim foi citado o estado do Maranhão, o oeste do Piau e a Zona do São Francisco como áreas possíveis para essa migração. As duas primeiras regiões dispunham de “glebas vastas, férteis e suficientemente chuvosas”, boas para o plantio de frutas, leguminosas, agricultura de sequeiro e outras culturas, que necessitavam de aguagem constante.

Para a Zona do São Francisco, seria indispensável além do plano de colonização, a construção de canais de irrigação para os vales úmidos em torno do rio São Francisco, possibilitando a fixação a partir da produção e trabalho para os novos moradores vindos do semiárido. Além do “desafogo” do semiárido, a ideia também consistia em tornar o Nordeste em uma grande região produtora de gêneros alimentícios, que seriam suficientes para suprir a população nos períodos de estiagem.⁶⁰

Esta estratégia de migração empreendida pelo governo não era exclusiva de 1958. A colonização de áreas úmidas e “vazios demográficos” já fazia parte do plano de integração nacional, que advinha do período varguista. Fernanda Lucchesi (2017) lembra da construção de assentamentos para flagelados na década de 1930 em áreas distantes da região impactada

⁵⁸ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 21.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Idem*.

pelas estiagens. A iniciativa era promovida pela então Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, os Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP) e do Trabalho (MT), além dos governos dos respectivos estados, que iriam receber e enviar retirantes.⁶¹

Naquela década foram construídos assentamentos permanentes em vários estados, entre eles: Pará, Maranhão e Piauí. No geral, as chamadas colônias agrícolas eram faixas de terras separadas em lotes distribuídos para os então colonos e suas famílias. Na chegada eram construídas algumas casas de taipa e muitos abarracamentos provisórios, feitos de palha e lona para hospedar os novos moradores, onde eles eram obrigados a cultivar diversas culturas.

O tamanho da área produzida e as condições dos migrantes em suas novas moradas variavam de assentamento para assentamento. Contudo, em geral as condições sanitárias e de trabalho eram precárias, semelhantes às das obras de emergência.

Para Lucchesi, o estado sanitário em Lima Campos⁶², no Maranhão, foi classificado enquanto sofrível, e na maior parte destas colônias, os assentados recebiam seus pagamentos a partir da distribuição de vales resgatáveis em pequenas bodegas. Assim como nos canteiros das obras de emergência não se pagava em espécie.

Na estiagem de 1958 ficou a cargo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC a tarefa de coordenar a migração de retirantes para outras regiões do país. Naquele momento a entidade agiu principalmente identificando e transportando sujeitos para as conhecidas hospedarias do governo, que se localizavam nas capitais dos estados.

Esses prédios públicos abrigavam migrantes durante um certo período de tempo, enquanto se esperava os meios para a realização do pretendido deslocamento. É provável que a referência a passagens concedidas para migração a outros estados da qual recorda Maria Gomes tivesse relação com essas políticas públicas.

Em Fortaleza, a hospedaria Getúlio Vargas foi um ponto de encontro de vários sujeitos advindos do interior do estado, que buscavam novas chances de morada. Ela foi construída em 1942 e tinha a previsão de abrigar em torno de 2.000 pessoas.⁶³ Segundo Renata Felipe Monteiro (2019), as condições de vida na hospedaria Getúlio Vargas eram altamente precárias. Além da superlotação, que era observada, a hospedaria não tinha o

⁶¹ LUCCHESI, Fernanda. O feião de Zé Américo: Terra, trabalho e deslocamento nas políticas contra as secas, o caso Curemas. 2017. 397P. Tese (doutorado em antropologia social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – FFLCH, USP, São Paulo, 2017 p. 53 – 54.

⁶² Idem: no estado do Maranhão, foi levantado o assentamento Lima Campos, localizado entre os municípios de Croata e Pedreiras, a 62 km da estrada de ferro São Luís-Teresina. Os recém-chegados produziam feijão, arroz, milho e mandioca em uma área de 25 há divididas em 140 lotes.

⁶³ Idem: o intuito naquele período era coordenar a migração de pessoas para a região Amazônica, onde estes serviriam de mão de obra na produção da borracha nos seringais amazonenses, os conhecidos soldados da borracha.

mínimo de condições sanitárias exigidas, tornando-se um local insalubre e foco de propagação de doenças. Outro problema era a demora que se tinha para o deslocamento dos hospedados. A comida era insuficiente para todos, ocasionando na década de 1950 uma série de querelas entre os retirantes e as autoridades públicas.⁶⁴

Salientamos também, que o INIC era responsável por providenciar passagens e organizar a migração que era realizada, principalmente por vias marítimas e ferroviárias. O instituto focava em espaços, onde existia a concentração de retirantes, como as obras de emergência. Os alistados eram por vezes encaminhados para as hospedarias, onde ficavam esperando a distribuição de passagens.

Na memória de Maria Gomes, era o “povo do governo”, que conseguia as passagens para qualquer lugar. Ela recordou do marido de uma “conhecida”, que migrou para o estado do Maranhão depois que as obras de emergência no Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas foram encerradas. O Manuel, esposo de Nevinha, foi um dos camponeses cearenses, que fizeram parte desse processo de migração coordenada por instituições estatais.

Maria Gomes não chegou a comentar se esse sujeito voltou para sua esposa ou seu local de origem, se continuou em terras maranhenses por algum tempo ou se a própria Nevinha chegou a ir ao encontro de seu marido. Contudo, entendemos que migração para as obras de emergência não seguia um processo circular: de ida, trabalho, final do serviço e retorno para a morada. Os caminhos entre os sítios e barracões das obras de emergência se estendiam para cidades, outros sítios e barracões fora do estado do Ceará e para outras regiões do país.

Diferente do que nos falou Maria Gomes, os sujeitos não possuíam tanta autonomia para a escolha de seus destinos. A historiadora Lara Vanessa de Castro Ferreira (2016) aponta que a política governamental na década de 1950 durante as secas era antimigratória. O Estado se encarregava da vigilância das fronteiras para a região Sudeste. Para estes locais não existia o incentivo à migração por vias oficiais. No entanto, a migração para a região amazônica era reforçada e apoiada pelas autoridades estatais:

Através de manejo de autoridades públicas, com apoio de setores privados, os governos estaduais do Nordeste e Norte cooperavam no financiamento de passagens e oferta de vagas nas hospedarias. Ademais, deve-se considerar que a migração para

⁶⁴ MONTEIRO, Renata F. Deslocados da seca: o cotidiano dos flagelados na hospedaria getúlio vargas e a migração para diversas paragens (1943-1959), in. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil / organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

a Amazônia não feria os propósitos mais amplos das políticas nacionais de integração.⁶⁵

De acordo com Ferreira (2016) não foi verificado nenhum incentivo de migração para região sudeste do País. Esta ocorreu por meio de arranjos particulares entre os sujeitos que migravam e os que estavam nos seus locais de destinos. Existia a necessidade de mão de obra para as indústrias nos estados do sul do país, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Essa demanda de trabalho associadas com a ideia de ascensão social funcionavam como chamariz para uma imensa migração de nordestinos para essas regiões.

De todo modo, o conhecimento das passagens para o Rio de Janeiro, os boatos sobre essa possibilidade fomentavam o interesse de nossa entrevistada de tentar construir a sua vida em outro estado. Em retrospecto, o motivo da não tentativa de partida foi o nascimento de sua filha, Maria do Carmo, que veio a nascer no ano seguinte 1959. A escolha realizada naquele momento foi a da segurança da família nos cuidados da nova integrante dos Gomes da Lagoa do Peixe, na propriedade recém adquirida.

Nesse ponto, o projeto familiar, de migrar para manter um convívio próximo impôs configurações sociais para de afastamento de um desejo individual de nossa entrevistada. Como aponta Gilberto Velho, “os projetos individuais sempre interagem com outros no campo de possibilidades”.⁶⁶ Os indivíduos são complexos e por vezes estão imersos em projetos contraditórios. O projeto familiar e individual de Maria Gomes é em certo ponto conflitivo, e as escolhas foram realizadas nessa negociação com a realidade, que estava posta.

Dessa forma, a migração enquanto processo responde tanto a questões matérias de sobrevivência (como alimento, roupa, medicamento) como a necessidades de manter um projeto de vida ativo, de tentativa de melhoria da situação social. (MENEZES; SILVA, 2010).

A trajetória migratória de Maria Gomes nos ajuda a entender aspectos familiares da migração para as obras de emergência no Médio e Baixo Jaguaribe. Assim como a família dela, muitas foram às outras que deixaram seus sítios a procura de assistência nos canteiros de obras. Somente para os Postos Agrícolas no Nordeste em 1958 foram em torno de 27 mil famílias que tomaram essa sina, sem contar com as outras obras de emergência espalhadas pela região Nordeste no geral e no Ceará, em específico⁶⁷.

As trajetórias migratórias também eram marcadas por fatores externos ao ambiente familiar. As idas e voltas entre os sítios e barracões, as escolhas feitas para onde

⁶⁵ FERREIRA, 2016, p. 45.

⁶⁶ VELHO, 1994, p. 46.

⁶⁷ DNOCS, *Relatório do Serviço Agroindustrial de 1958*. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959.

migrar e o porquê da saída era atravessada por arranjos políticos das autoridades responsáveis pelo serviço. Nessa direção, a eleição de 1958 e a dinâmica dos alistamentos representaram para os trabalhadores pontos importantes na tomada de suas decisões. Falaremos um pouco mais sobre isso no tópico seguinte.

2.2 “Empreguemo todos os dias no tempo de seca ganhando”: articulações políticas e alistamentos

No dia 8 de abril de 1958 a cidade de Russas-CE amanheceu em um clima atípico. Centenas de pessoas tomavam as ruas do pequeno município ocupando praças e calçadas a procura de emprego e de obterem assistência das autoridades públicas em meio à seca que atingia a região naquele ano.

Segundo a matéria do jornal cearense *O Povo*, a multidão chegava a somar cerca de 2000 pessoas. Uma cifra alta quando pensamos que a população, que morava no centro urbano de Russas girava em torno de 5300 habitantes.⁶⁸

Nessa pequena matéria, que também abordou outras cidades cearenses em situações semelhantes, foi relatado que a população da sede municipal estava assombrada com a possibilidade de saques a comércios, armazéns e até as casas de moradores. A experiência de ações da multidão de retirantes em outras secas, expressa na ameaça de saques e no aumento da mendicância, era recente na memória daqueles cidadãos. O clima de insegurança e medo estava instaurado no pequeno município do Baixo Jaguaribe.

No dia seguinte o prefeito de Russas, Elizeu Ferreira Lima (pertencente a UDN), se dirigiu até a redação do jornal *O Povo* para falar sobre a situação de seu município:

O povo russano está correndo as levas a sede municipal, solicitando comida, o estado de todos é dos mais desesperadores. E a cidade, cheia de flagelados, está temerosa de que os mesmos, no auge do desespero, pratiquem assaltos ao comércio e as próprias residências familiares.

Adiantou o Dr. Elizeu Ferreira Lima que, juntamente com o deputado Jeová Costa Lima, representante russano na assembleia legislativa, veio a Fortaleza para ver se consegue serviço para os flagelados de Russas, bem assim, gêneros alimentícios para minorar a situação de fome.⁶⁹

Além da movimentação de camponeses e trabalhadores empobrecidos da cidade em direção a pequenos e grandes centros urbanos, os períodos de seca no Ceará também

⁶⁸ O POVO. Fortaleza: ano XXXI, n. 9367, 8 de abril. 1958, p. 1.

⁶⁹ O POVO. Fortaleza: ano XXXI, n. 9368, 9 de abril. 1958, p. 3.

mobilizavam uma série de autoridades públicas locais: prefeitos, vereadores e deputados estaduais.

Alguns prefeitos mandavam telegramas e cartas para a capital Fortaleza ou para seus correligionários em Brasília. O intuito era conseguir recursos para a realização de obras de emergência em suas cidades. No caso do prefeito de Russas, a comunicação com a capital foi feita pessoalmente em contato com o deputado estadual Jeová Costa Lima, também pertencente a UDN.

Essas articulações políticas para abertura de obras de emergência ganharam um caráter especial em 1958. Tratava-se de um ano eleitoral. Estavam no pleito as vagas de prefeito, vereador, governador, senador, deputado estadual e federal. No Ceará a disputa girava em torno, principalmente de duas coligações: a coligação “oposições coligadas” (PSD, PTB e PRT) e a coligação democrática (UDN, PSP, PRP, PR e PTN)⁷⁰, a qual pertencia o então prefeito de Russas-CE, Elizeu Ferreira Lima.

As medidas contra as secas eram centro do debate político naquele momento. Conseguir a execução de obras em suas cidades era importante não apenas como tentativa de minorar conflitos locais entre os retirantes e comerciantes, mas para garantir que a população não se dispersasse para outros municípios e estados. A ideia das obras de emergência como uma medida antimigratória, de fixação dos indivíduos próximos a seus locais de morada, também possuía seu aspecto político-eleitoral.

Os periódicos eram espaços de disputa e do fomento de narrativas políticas sobre as obras. A partir de um levantamento feito com diversos jornais do estado naquele ano, é possível notar acusações de fraudes, desvios de recursos para medidas de emergência, denúncias sobre “alistados fantasmas” e obras sem necessidade ou superfaturadas.⁷¹ Além de um meio para realização de acusações e ataques entre os vários concorrentes ao pleito e seus correligionários, os jornais também funcionavam como formas de publicidade para sujeitos específicos.

Ganhar espaço nos jornais afirmando medidas contra as secas e de ajuda à população era importante para prefeitos, vereadores e deputados. A matéria do jornal *O Povo* pode ser vista em meio a esse processo. Na tentativa de angariar recursos emergenciais, Elizeu Ferreira Lima arranjou espaço na sua agenda para uma entrevista repercutindo suas

⁷⁰ TRE-CE. *Eleições 1958: Resultado*. Fortaleza: Tribunal Regional Eleitoral-CE, 2001, p. 113.

⁷¹ A pesquisa focou em dois jornais de grande circulação no Ceará: *O Povo* e *Correio do Ceará*. Foi feito também um levantamento por semanários do interior como *O Jaguaribe* e *O Ipu*. E dois jornais do Rio Grande do Norte: *O Poti* e *Diário de Natal*. Aos folhear as páginas desses periódicos de 1958, notamos uma série de matérias de acusações e ataques de grupos políticos que tinham como foco as obras de emergência.

ações e pondo outros sujeitos políticos nesse processo, o deputado estadual, tido como representante de Russas, Jeová Costa Lima.

Nesse sentido, as ações das autoridades governamentais contra as secas passavam por jogos de escalas: desde acordos e discussões na esfera da política institucional, tanto entre os vereadores, prefeitos e autoridades locais, como em âmbito macro, envolvendo deputados, senadores e ministros. Muitas dessas atividades serviram como uma tentativa de manter um número de eleitores e sujeitos dependentes à determinada oligarquia local. Dessa forma, conseguir verbas para intervenções contra a seca na região de influência se tornava algo importante para a manutenção de interesses políticos.

É dessa forma que em abril de 1958, o Deputado Estadual Ernesto Gurgel Valente (PSD), manda um telegrama para o semanário O Jaguaribe noticiando sobre a abertura de uma frente de serviço para a ampliação da estrada, que liga as cidades de Aracati-CE a Mossoró-RN:

Rio, 17

Prazer comunicar [que o] Presidente da República autorizou serviços estrada Aracati a Mossoró inclusive ramais Icapuí e Marjolândia. Todo material serviço d'água foi embarcado no vapor Araribá que partiu hoje diretamente escalas Recife Aracati. Estive em São Paulo todo material rádio pronto e embalado devendo embarcar em caminhão direto Aracati ainda essa semana. Estou ultimando outros assuntos inclusive abertura concorrência entreposto pesca Aracati. Regressarei mais brevemente possível. Confio amigos ativem alistamento indispensável nossa vitória próximo pleito. Abraços.⁷²

Devido às eleições de 1958 é de se notar alguns termos eleitoreiros na escrita do telegrama publicado no dia 17 de abril: “nossa vitória no próximo pleito”. Este veículo de comunicação pertencia à família Freire, de Aracati-CE.

O apoio político que esta família dava ao deputado do Ernesto Gurgel Valente (PSD) fica nítido em outras edições do semanário, sendo publicado vários telegramas, artigos de apoio às propostas e homenagens ao Deputado. Além de tudo, quando começou o período de campanha em 1958, o semanário passou a publicar apoio a Parsival Barroso para o cargo de Governador do Estado, candidato pela coligação das “oposições coligadas”, a mesma de Ernesto Gurgel Valente.

Um outro ponto a ser ressaltado é que a obra de ligação entre as cidades de Aracati a Mossoró era na verdade uma obra antiga, que se arrastava durante anos. Em 1956, dois anos antes da seca, o deputado Ernesto Gurgel Valente visitou o palácio Amaro

⁷²O JAGUARIBE. Aracati: ano XXVIII, n. 1441, 20 de abril de 1958, p.1.

Cavalcanti, a casa do legislativo no Rio Grande do Norte, para realização de trâmites políticos relacionados à construção dessa estrada.⁷³ Na situação foi lembrado da importância de continuação daquela obra, que já durava em torno de 6 anos e que até então não tinha sido concluída.

A estrada Aracati-CE - Mossoró-RN não era vista pelo Deputado Ernesto Gurgel Valente como uma obra que conectaria apenas duas grandes cidades, mas era um trecho importante da BR-111, rodovia responsável pelo ligamento entre as capitais do Nordeste: Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife. No evento em 1956, o deputado lembrou que essa obra fazia parte do plano de desenvolvimento econômico tão pretendido na região.⁷⁴ Portanto, a continuação da construção daquela estrada em 1958 representava para Ernesto Gurgel Valente, um enorme ganho político. A oportunidade da abertura de obras de emergência catalisou o processo de liberação de recursos para continuidade dessa estrada.

A configuração da abertura de frentes de emergência nesse período era coberta por decisões de interesses políticos e econômicos, principalmente no que se refere, onde essas eram abertas e como as medidas eram usadas. E esses arranjos políticos influíam nas trajetórias migratórias dos camponeses e empobrecidos, como também nos seus alistamentos.

O vislumbre dessas migrações pode ser desenhado a partir da memória dos alistados. Em relato importante de José Luís do Norte, um dos trabalhadores nos canteiros de obras da construção da estrada Aracati-CE – Mossoró-RN é possível notar algumas questões concernentes a essas obras e movimentações correlatas:

Venâncio de Oliveira – Sim o senhor estava falando que se casou em 51 (1951), e aí como foi? O senhor se casou, se mudaram?

Luis do Norte – Não, casei, nós morava em Quixeré, e fiquei morando em Quixeré. Aí foi, foi, as coisas era cada vez mais... negócio de trabalho, trabalhava longe, quando aparecia um trabalho era em Aracati, ia de Quixeré pra Russas de pé, pra pegar um “bicho”. Joaquim Barbosa de Jaguaruana, ia pegar em Russas pra levar pra Aracati. Era dois quilos de açúcar, nera (sic) dinheiro não... ninguém ganhava dinheiro não, ganhava mercadoria, mas dinheiro...

Venâncio de Oliveira – Isso depois de cinquenta e um?

Luis do Norte – Depois de cinquenta e um...

Venâncio de Oliveira – E trabalhava em que, lá em Aracati?

⁷³ O POTI. Natal-RN, 15 de setembro de 1996, p. 3.

⁷⁴ Idem.

Luis do Norte – Trabalhando na estrada de Aracati pra Mossoró.⁷⁵

José Luís do Norte era um morador do município de Quixeré, situado na microrregião cearense do Baixo Jaguaribe. Era ainda muito moço, quando em 1943 se mudou com sua família para aquele pequeno distrito, que na época pertencia ao município de Russas-CE⁷⁶. Mesmo residindo maior parte de sua vida em solo cearense, José Luis do Norte é natural do estado vizinho, Rio Grande do Norte, onde passou sua infância e maior parte de sua adolescência no município de Augusto Severo-RN.

De família bem numerosa, seu pai e sua mãe já tinham tido 3 dos 9 filhos, quando migraram para o Ceará: “foi uma mudança com tudo”⁷⁷. Deixaram as terras em que eram posseiros e compraram um pequeno terreno na zona rural de Russas-CE. Como as terras no estado potiguar não eram deles, obter a propriedade mesmo que em outro Estado se tornava uma saída para melhoria de vida daquele núcleo familiar. Na lembrança de José Luiz do Norte, a falta de trabalho e os longos anos secos foram os principais motivos, que os fizeram migrar.

Mesmo no Ceará, os anos de estiagens continuavam marcando a vida de José Luís do Norte. Na década de 1950, já casado e ainda morando em Quixeré, ele, sua esposa e filhos enfrentaram dois períodos de seca: 1951-1953 e 1958. Nesses dois momentos, ele trabalhava como vaqueiro em uma fazenda da região.

Era tanto gado pra tomar de conta, que quando chegava o final de semana levava seus filhos para “fazer campo”, como ele chamou, a atividade de procurar o gado no mato pra ver se estava com saúde ou apenas tanger para manter o gado nas terras que era responsável. Caso fosse preciso, ele os filhos tinham que se “embrenhar” na caatinga trazendo os animais de volta para a fazenda. Era desse trabalho na fazenda que ele conseguia tirar seu pouco ganho. Mas nos períodos da seca o trabalho como vaqueiro não rendia para suprir sua família. Além disso, a pequena roça, que ele cultivava começava a não dar o feijão suficiente para alimentar aquelas bocas.

⁷⁵ NORTE. José L. José Luis do Norte: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Elaine Cristine de Oliveira e Venâncio de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 8.

⁷⁶ IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, maio de 1959, p. 472. Quixeré é elevado a município só em 1957, com a lei 3573 de 11 de abril de 1957, ficando ainda subordinado administrativamente a prefeitura de Russas.

⁷⁷ NORTE. José L. José Luis do Norte: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Elaine Cristine de Oliveira e Venâncio de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 3.

Ao perceber essas dificuldades diante da seca de 1958, Luís do Norte, como é comumente chamado pelos seus amigos e familiares, foi procurar alistamento nas obras de emergência que o governo promovia, conseguindo se empregar a aproximadamente 100km dali, na construção da estrada, que liga a cidade de Aracati-CE à Mossoró-RN. A mesma que era objeto de debate e práticas eleitoreiras pelos políticos assinalados acima.

A ida e volta aos barracões era feita de várias formas: a pé, de jumento, bicicleta e, nesse caso, de carro, também chamado por Luís do Norte como “o bicho”. Essas maneiras de deslocamentos, que aparecem como pano de fundo na narrativa de Luís do Norte são indícios de algumas redes e relações, que os camponeses estavam imersos, ao mesmo tempo em que também as teciam para a efetivação da migração. É possível começar a desenrolar essas linhas pensando o deslocamento de Luís do Norte.

Semelhante ao marido de Maria Gomes, que fazia seu percurso a pé para o Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas, Luís do Norte se deslocava caminhando para Russas por cerca de 30km para, só em seguida, tomar um transporte para Aracati. Assim o espaço percorrido pelos dois era bem diferente. Enquanto o marido de Maria Gomes se deslocava 15 quilômetros de sua casa ao Posto Agrícola, o segundo chegava a percorrer aproximadamente cem quilômetros entre sua casa e a obra.

Um dos objetivos das obras de emergência, como apresentado por Lúcio Meira, o então ministro de viação e obras públicas, era a tentativa de fixação dos camponeses próximos a seus locais de morada.⁷⁸ Quando analisamos a trajetória de Luiz do Norte isso não se aplica. O vaqueiro de Quixeré foi para longe de sua casa, cerca de 100km, e ele mesmo narra em sua entrevista a dificuldade de achar emprego próximo: “trabalhava longe, quando aparecia um trabalho era em Aracati”. A obra mais próxima de Quixeré era no Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas, cerca de 30km, mas ele não chegou a ser alistado ali. Não aparece nenhuma referência sobre isso em sua entrevista. Podemos pensar que a possibilidade de alistamento em uma obra não acontecia necessariamente pelo critério de proximidade geográfica, abrindo margem para analisarmos algumas vicissitudes desses processos.

Conforme Lara Vanessa de Castro Ferreira (2016), a procura por alistamentos poderia ser algo degradante para os camponeses. Esses por vezes não conseguiam o emprego na primeira obra que procuravam. Saíam assim para outra e depois outra até serem admitidos em algum posto de alistamento.

⁷⁸ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 30.

Esse problema acontecia por diversos motivos, mas o principal era a superlotação das obras. Nessa dinâmica das migrações alguns camponeses chegavam a andar quilômetros e quilômetros até enfim fazerem suas barracas e começarem a trabalhar em algum canteiro de obra.

Luís do Norte era um desses alistados que ficou muito distante de sua casa. Não foi mencionado na entrevista se ele chegou a procurar alguma obra antes de conseguir o alistamento, como nos processos migratórios analisados por Lara Vanessa de Castro, mas um elemento referido na narrativa de Luís do Norte nos leva a pensar outra questão sobre o longo percurso feito por esse camponês de Quixeré: o carro. Nesse caso, o conhecimento sobre a existência e a trajetória dos transportes influenciou nas suas ações migratórias.

A presença de carros, jipes e até tratores conduzindo alistados para obras de emergência foi bastante recorrente naquele ano, e Luís do Norte foi um dos vários camponeses, que tiveram contato com esse meio de transporte para chegar nas obras. Outro sujeito que entrevistamos, Ramiro Moura que hoje mora na Baixa do Jatobá, comunidade rural pertencente a Potiretama-CE no Médio Jaguaribe, nos contou como foi seu deslocamento para uma obra no Rio Grande do Norte: a construção do açude de Santa Cruz.

No mesmo ano em que Luiz do Norte fazia seu percurso para o Aracati, Ramiro Moura morava no Serrote do Mato com sua família, zona rural de Iracema-CE, já que Potiretama-CE no fim da década de 1950 não era independente. Ele foi para a obra, quando tinha apenas 15 anos. Parecendo envergonhado, esse senhor respondeu todas as perguntas de maneira curta e direta:

Venâncio de Oliveira – Vocês vinham de quê pra voltar pra cá?

Ramiro Moura – De pé!

Venâncio de Oliveira – De pés?

Ramiro Moura – (risos) Nesse tempo, na eleição, quando tava (sic) nas vésperas da eleição botava um carro pra buscar nós.

Venâncio de Oliveira – O senhor se lembra qual foi o candidato que mandou botar o carro?

Ramiro Moura – Rapaz, tô lembrando não, nesse tempo ainda não tinha prefeito não. Nesse tempo, prefeito sabe onde era? No Iracema.⁷⁹

⁷⁹ MOURA, Ramiro P. Ramiro Patrício de Moura: entrevista [abril de 2016]. Entrevistadores: Davi Almeida e Venâncio de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 28-29.

Seu Ramiro Moura nos dá indícios de como funcionava o deslocamento para alguns sertanejos. Como ele bem lembra, 1958 foi um ano de eleições gerais⁸⁰, e como já abordado as obras se tornavam espaços de disputas políticas entre os vários concorrentes ao pleito⁸¹. Nesse sentido, a migração dos trabalhadores foi sendo arranjada por essas autoridades locais.

A dinâmica entre o deslocamento dos alistados e as eleições gerou debates no meio político em 1958. Em matéria publicada no jornal carioca *Correio da Manhã* do dia 3 de outubro de 1958, foi informado que o Ministro de Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, negou o pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigava irregularidades nas eleições daquele ano, para a realização de uma pausa de 3 dias nas frentes de trabalho durante os dias de votação. A ideia era de que os alistados voltassem para seus locais, onde possuíam registros eleitorais para votarem. Segundo a proposta, essa pausa não causaria nenhum prejuízo ao pagamento dos alistados.

De acordo com a matéria, a CPI solicitava que esse deslocamento tivesse amparo do ministério, com transportes para os trabalhadores. Os três dias seriam necessários para garantir tal deslocamento. O ministro Lúcio Meira por sua vez negou o pedido justificando que a maioria dos alistados trabalhavam em locais próximos a suas moradas, e conseqüentemente, onde tinham inscrição eleitoral. Segundo o ministro, todo alistado teria seu direito de voto garantido, pois haveria mesas eleitorais nas próprias obras de emergência.

É interessante notar tais argumentos e justificativas, quando pensamos que parte dos alistados faziam um deslocamento enorme para enfim conseguirem se alistar. O ministro reafirmava o discurso oficial de que as obras garantiam a fixação dos indivíduos próximos a seus locais de morada. Ao mesmo tempo se instituí locais de votação dentro das próprias frentes de trabalho.

Nesse ponto, podemos pensar que o deslocamento, a movimentação dos alistados ganha um caráter político eleitoreiro para sujeitos, que concorriam ao pleito e autoridades locais. Garantir o alistamento de indivíduos em determinadas obras, funcionaria para a contenção de votos.

⁸⁰ Nesse pleito concorreram candidatos aos cargos de Prefeito, Vice-prefeito, Vereador, Governador, Vice-governador, Senador, Suplente de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. TRE-CE, Eleições 1958: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2001.

⁸¹ FERREIRA, Lara Vanessa de C Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempo de seca (Ceará, 1950). 2016. 240p. Tese (doutorado em história) Programa de Pós-Graduação em História – UFBA, Salvador, 2016): a historiadora lembra que as disputadas eleitorais em 1958 tinham as obras como centro de discussões. Os dois lados que concorriam ao pleito soltavam notícias difamatórias em jornais sobre fraudes nas obras controladas pelo lado adversário, assim como utilizavam destas para ganhar votos e como controle político.

Nesse sentido, a movimentação de carros, paus-de-arara, caminhões, tratores conduzindo pessoas de um lado para o outro nos períodos de seca foi agenciada por políticos e autoridades locais. Em 1958 essa estratégia se torna indispensável devido às eleições de outubro daquele ano, como narrou Ramiro Moura: “(risos) nesse tempo, na eleição, quando tava (sic) nas vésperas da eleição botava um carro pra buscar nós.”

Ao mesmo tempo, os camponeses cientes de tais arranjos políticos, utilizavam das idas e vindas de veículos para se locomoverem. Na seca de 1970, também ano eleitoral, Antônio Lima – o morador da Lagoa do Peixe, que comentamos no início do capítulo – não conseguiu alistamento por Russas-CE, e o então Prefeito⁸² da cidade arranhou trabalho para o povo em Itaiçaba-CE, a aproximadamente 50 km de distância.

Nessa obra, como aponta Antônio Lima, as condições de trabalho e convívio eram bem difíceis. Mesmo sendo uma obra que chegou a ter quase seis mil pessoas alistadas⁸³ não havia água potável. Então naquele mesmo ano ele conseguiu sair dali e ser alistado em outra obra, no município de Itaitinga, já próximo à Fortaleza-CE. Segundo Antônio Lima esse segundo canteiro era melhor em virtude da convivência nas barracas e do percurso de Russas à Itaitinga, já que era feito em uma caçamba e não mais de bicicleta como na primeira obra.

A procura por melhorias, onde eles achavam que seria mais confortável e seguro o trajeto até o emprego, pode ser vista como um aspecto a ser pensado para e por esses camponeses, não se tratando apenas de indivíduos que eram jogados de um canto para outro. Podemos pensar que mesmo sendo mais distante, o transporte se constituía para Luiz do Norte como uma possibilidade de voltar nos finais de semana para casa, e não apenas na única forma de conseguir alistamento.

As trajetórias migratórias são compreendidas como campos de possibilidades que se abrem a partir do contato com diversos sujeitos e em situações de uma realidade concreta, do que é possível para aquele momento e como pode ser avaliado a partir de experiências anteriores, individuais e coletivas.

⁸² Portal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), aba *Eleitor eleições/Resultados*. Disponível em <http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados>: 1970 também foi ano eleitoral. O prefeito de Russas citado por Antônio Lima era José Martins de Santiago (ARENA).

⁸³ DNOCS, *Frentes de Serviço: estudo socioeconômico da população atingida pela seca de 1970*. Fortaleza: DNOCS/MINTER. 1971.

2.2.1 Os filhos de viúvas: a prova de miséria para obter emprego

Tanto Antônio Lima, Seu Ramiro, como Luís do Norte não estavam sozinhos nas suas trajetórias migratórias. Essas idas e vindas eram feitas por vários outros moradores da mesma comunidade, amigos, parentes, pessoas desconhecidas, que encontravam no meio do caminho, dividindo a mesma caçamba, caminhão e estrada. O próprio Luís do Norte em outro trecho da entrevista narra sobre voltar nas sextas-feiras acompanhado de outras pessoas, que vinham do mesmo serviço:

Luis do Norte – aí vinha e deixava nós de novo em Russas, e nós ia de pé pra Quixeré. Sabe que horas, se chegava nove horas em Russas na sexta feira aí cada um, vinham trazendo dezoito vinte quilos de mercadoria.⁸⁴

Os percursos coletivos realizados no período de seca não estão presentes apenas nas falas desses sujeitos. Frederico de Castro Neves em sua obra *Multidão e a história* (2000) identifica várias ações coletivas de trabalhadores ocupando cidades, de pessoas a margem das estradas e alistados indo e voltando. Isso não foi diferente no Baixo e Médio Jaguaribe, inclusive com depoimentos sinalizado a presença de familiares e pessoas da mesma localidade.

Dessa maneira, a migração pode ser vista como um espaço para a troca de experiências entre esses sujeitos, que naquele momento se encontravam em situações parecidas. Foi por meio dessas circunstâncias, que Antônio Lima conseguiu o alistamento. Por conta de boatos, o jovem agricultor teve o conhecimento de uma dinâmica nos postos de trabalho para alistar os sertanejos, daí a necessidade de desenvolver formas de agir a partir dessas experiências.

Lara Vanessa de Castro (2016) avalia vários outros tipos de práticas desenvolvidas pelos camponeses para conseguirem alistamentos ou terem melhores condições nos canteiros de obras, tais como: a compra de cadernetas, alistarem-se com nomes diferentes na mesma frente, entre outras. Para isso, ela tece algumas linhas sobre como funcionava a dinâmica dos alistamentos, da posição dos engenheiros, chefes de serviços e apontadores nos postos de trabalho:

⁸⁴ NORTE. José L. José Luis do Norte: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Elaine Cristine de Oliveira e Venâncio de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 10.

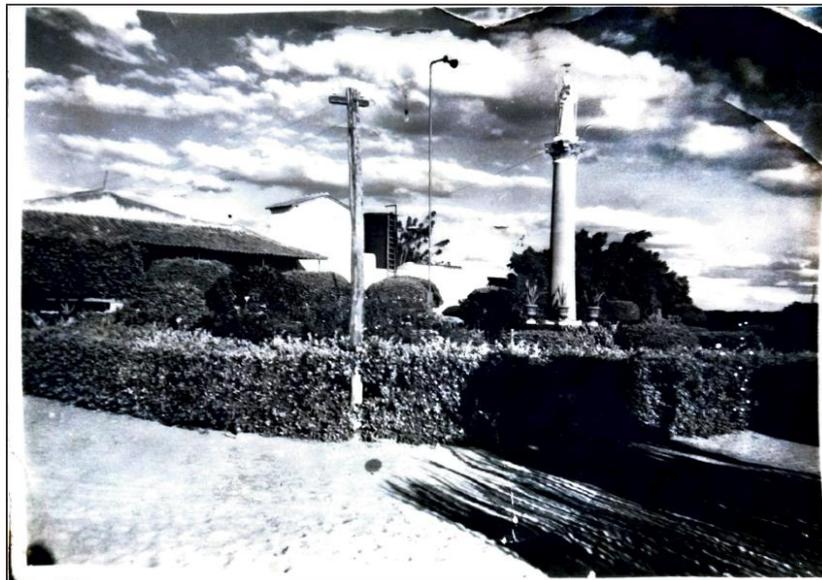
Quando o alistamento começava, uma estratégia utilizada pelo referido engenheiro era priorizar os homens que “arrastavam consigo a família”, pois isto era uma “prova de [maior] miséria”. Depois, incluíam-se outros casados, especialmente os que carregavam qualquer ferramenta como enxada, pá, foice, mesmo desgastadas, visto a carência desses instrumentos nas obras para tão elevado número de pessoas. Os solteiros, oficialmente, eram os últimos a conseguir vagas.⁸⁵

Os dias de alistamento funcionavam da seguinte maneira. Os vários camponeses que chegavam aos locais de serviço iam se aglomerando ao redor dos postos de trabalho. O escritório da obra, espaço, onde ocorria o alistamento, normalmente era um cômodo improvisado. Poderia ser utilizada uma sala, um quarto de alguma casa grande na região, ou até mesmo algum prédio já pertencente aos órgãos responsáveis pelas obras.

No Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas os alistamentos foram realizados no escritório do próprio posto que ficava na parte mais alta da então comunidade do Bonhu ⁸⁶. Em frente ao escritório do posto era possível ver um jardim, uma pequena praça, e um pilar, que tinha em sua ponta a estátua de Santo Antônio.

Em visita ao distrito do Bonhu em Russas, pudemos constatar que esse cenário é quase idêntico ao de 60 anos atrás. Na beira da estrada que dava no escritório tinham algumas árvores e uma vegetação baixa. O escritório ficava em frente à parede do açude:

Figura 3 – Praça do Posto Agrícola, 1958



⁸⁵ FERREIRA, 2016, p. 81

⁸⁶ Chegando no hoje distrito Bonhu em Russas-CE, vindo da sede do município, é possível ver uma pequena vila de casas a direita e outra série de residências formando pequenas ruas. Essa vila foi construída na subida de uma pequena elevação. No topo é possível encontrar o escritório do Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas. Ele se localizava em uma região privilegiada da comunidade. Dali os engenheiros e trabalhadores do escritório tinham uma ampla visão da comunidade como do Açude de Santo Antônio.

Fonte: Acervo pessoal de Tereza Ferreira da Silva (imagem cedida ao autor em 2018)

Figura 4 – Praça do Posto Agrícola, 2018



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2018.

Figura 5 – Antigo Escritório do Posto Agrícola, 2018



Fonte: Acervo pessoal do autor. 2018.

Nos escritórios, postos de trabalho ou “QG’s da seca”⁸⁷, como chamou Paulo de Brito Guerra, os responsáveis pelos serviços colhiam os nomes e outros dados pessoais dos camponeses. Nesse momento também eram recebidas às cadernetas usadas para o pagamento nos fornecimentos. Ao passo que os alistamentos aconteciam, os trabalhadores iam sendo separados em turmas. Era designado nesse momento quem seria o feitor de cada turma e a numeração desta.⁸⁸

Os primeiros dias de alistamento eram muito tumultuados. A cada manhã chegavam mais pessoas vindas de várias regiões. Alguns já tinham passado por outros postos de trabalho em outras obras, mas não tinham conseguido se empregar. Em meio a esse alvoroço, os encarregados pelo serviço criavam regras e prioridades para empregar mais rápido, aqueles que vinham chegando. Ferreira (2016) observa no trecho acima algumas destas prioridades.

No caso de Antônio Lima, como solteiro e menor de idade⁸⁹, era integrante do grupo que se empregava por último nos postos de trabalho, justificando o porquê de não ter conseguido o alistamento no primeiro momento, sendo apenas seu pai e tio, homens adultos e com uma prole extensa, aqueles alistados na obra. Mas é a partir da percepção por parte desses camponeses de um aspecto moral, de uma prova de maior miséria como filho de viúva, ou seja, de que seria o único provedor da casa naquele momento, que a mentira é utilizada com relação àquela realidade.

Ao analisar outras fontes começamos a compreender que a percepção desse aspecto moral sobre os “filhos de viúva” para o alistamento de pessoas nas obras de emergência não era um entendimento circunscrito apenas naquele local. No livro “Flashes das Secas”, Paulo de Brito Guerra narra uma história similar:

Requerimento de Emprego

Ilmo. Sr. Dr. Paulo Guerra. Usando das atribuições que me são conferidas pela necessidade, vou por meio desta respeitosa implorar de V. Excia empregar meu irmão menor Geraldo, o qual é o arrimo de minha mãe, viúva e necessitada pelos sacrifícios da Epoca:

⁸⁷ GUERRA, Paulo de B. *Flashes das secas*: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977: Essa expressão é utilizada pelo autor em seu texto para se referir aos postos de trabalho ou escritório das obras.

⁸⁸ Parte deste relato sobre como funcionavam os alistamentos são retirados de relatos dos antigos alistados nas obras e do que foi narrado por Paulo de Brito Guerra em seu livro *Flashes das Secas* de 1977. A parte dos alistamentos inicia o texto, no tópico “Acontece em março”.

⁸⁹ Antônio Lima em sua entrevista explica que tinha 18 anos em 1958. No entanto, o mesmo falou que nasceu em 1941, o que faria ele ter 17 anos em 1958. Não podemos determinar se o equívoco ocorre por questões das dificuldades de lembrar, ou de um recorte proposital para legitimar a ideia de legalidade na procurar de alistamentos nas obras.

Considerando a necessidade implorada pelo seu Estado, de já antecipo-me grata. Sem mais, de V. Excia agradecida, C.L.⁹⁰

O texto acima em formato de *missiva* foi enviado a Paulo de Brito Guerra, quando este ainda era engenheiro agrônomo do DNOCS. Como na maioria dos textos que são transcritos nesse livro, o nome dos autores, remetentes ou indivíduos, que fazem parte da história são protegidos pelo anonimato.

Esse trecho foi retirado do capítulo que trata especificamente sobre a comunicação dos sertanejos e cassacos em períodos de seca, nas palavras do autor. Essa comunicação era feita nas feiras, nos encontros, que aconteciam nas estradas e nas boleias de caminhões, que levavam os trabalhadores alistados. Parte dos textos presentes nesse capítulo têm formatos parecidos. São cartas, bilhetes e telegramas escritos por sertanejos ou por transcritores destes.

O texto específico trata do pedido de emprego por parte de uma pessoa para seu irmão mais novo, o Geraldo, visto que este se encontrava em uma situação difícil, principalmente por ser filho de uma mãe viúva. Neste contexto, a palavra *arrimo* significa aquele que é responsável pelo sustento da família, ou seja, o único provedor da casa de uma mãe “necessitada pelos sacrifícios da época”, de seca. O pedido feito pelo remetente, irmã ou irmão do Geraldo, se utiliza dos mesmos aspectos morais sobre uma “prova de miséria” citados por Lara Vanessa de Castro (2016).

Guerra (1977) ao trazer esse texto em seu livro não está duvidando se a narrativa contida na mensagem foi falsa, se é algum tipo de artifício como o de Antônio Lima. O texto aparece mais como uma das formas de caracterizar o sujeito central no seu trabalho, o Cassaco: indivíduos que fazem usos de meios para se comunicarem e obterem seus objetivos. A evocação nesse texto de “filho da viúva” demonstra um aspecto moral em momentos de seca, e coloca essas experiências em uma esfera mais ampla, uma das formas utilizadas por parte dos trabalhadores para conseguir emprego nas obras de emergência.

Esse aspecto moral pode ser lido dentro da estrutura paternalista⁹¹ que o Estado assumia em momentos de estiagem. As autoridades estatais se colocavam como provedoras da população fragilizada economicamente e socialmente durante as secas que atingiam parte do Nordeste.

⁹⁰ GUERRA, 1977, p. 23.

⁹¹ É importante ressaltar que a própria noção de paternalismo, como já discutida por E. P. Thompson (1998), não pode ser tirada de sua realidade concreta, no sentido de generalizarmos o termo. O outro problema é que essa ideia parte de uma análise que privilegia uma visão verticalizada de “cima pra baixo”, demonstrando pouca ação dos sujeitos imersos nessa situação de subalternidade. Em nosso caso, os indivíduos que procuraram alistamento nas obras em 1958.

Frederico de Castro Neves (1998) aborda que tal postura era assumida pelo Estado desde o final do séc. XIX nos momentos de crise. De acordo com o historiador, as autoridades estatais se viam “obrigadas, pelas circunstâncias, [a] rever e institucionalizar as medidas de proteção a pobreza, cujo controle até então se mantinha muito mais no nível da caridade individual”⁹². A distribuição de provimentos, víveres, alimentos, remédios, como também a abertura de alistamentos em obras públicas fora medidas recorrentes para o controle e assistência da população empobrecida durante as estiagens.

Dessa forma, o Estado reproduzia em certa medida o modelo paternalista então presente entre proprietários de terras e seus agregados, moradores e camponeses. Esses reconheciam suas obrigações e papéis sociais, em que os primeiros amparavam os segundos durante estiagens para a manutenção do seu controle político e força de trabalho. Tais relações possuíam reciprocidade, porém eram desiguais e conflituosas entre as partes (NEVES, 1998).

Com o passar dos anos, quando tais medidas assistenciais foram sedimentadas e reestruturadas pelo Estado, camponeses, empobrecidos do campo e da cidade, com ciência dessas políticas, reivindicavam assistência e negociação com as autoridades públicas a partir de ameaças de práticas como saques a armazéns e trens de cargas, assim como a ocupação de espaços públicos como prédios do governo ou prefeituras, praças e ruas. Em 1958, tais ações já eram reconhecidas tanto pela multidão de camponeses e empobrecidos, como pelas próprias autoridades estatais.

Percebendo a prática de Antônio Lima fazendo parte desse conjunto de ações realizados por camponeses em 1958, de enganar os responsáveis pelo alistamento, de se utilizar de uma atmosfera de sentidos, morais, éticos e econômicos, que são configurados em períodos de seca, podemos caracterizá-los com base no diálogo com Paula Godinho (2017) como práticas possíveis: atitudes desenhadas a partir de um campo de tensões entre o esperado e o diálogo com a realidade.

Paula Godinho (2017) desenvolve esse conceito pensando nas ações dos grupos subalternizados em relação a uma estrutura de dominação. A antropóloga social entende que esses grupos vão agir a partir de uma experiência compartilhada socialmente, entre o que as sociedades pretendem perpetuar e as circunstâncias que as fazem incorporar alterações nas suas estratégias.

A todo momento os grupos subalternizados estão tentando concretizar suas expectativas, abrindo brechas em uma estrutura, ao mesmo tempo, que se deparam com uma

⁹² NEVES, 1998, p. 55.

realidade que por vezes “quebra” com suas expectativas. Nesse campo aberto, práticas possíveis são expressas nas reformulações dessas estratégias em relação àquela situação determinada.

A “mentirazinha” contada por Antônio Lima e seu amigo pode ser entendida dessa forma. Existiu uma percepção do jovem agricultor a partir das experiências de outros camponeses de práticas que podem ser usadas para conseguir os alistamentos. A trajetória migratória funcionou como esse campo em que essas experiências foram compartilhadas: as idas e voltas de Antônio Lima para outra comunidade, se hospedar na casa de um amigo da família e ter consigo alguém para enfrentar o chefe de alistamento.

Antônio Lima não estava sozinho. Os camponeses do Baixo e Médio Jaguaribe buscaram alcançar suas expectativas e concretizar seus projetos a partir dessas ações e de outras semelhantes. Essas relações delinearam a própria constituição da história desses indivíduos.

Mesmo que possamos pensar em projetos e política governamentais, além dos arranjos de uma elite local ou mesmo nacional como exposto acima, a todo momento esses indivíduos tencionaram esse tecido social, reconfigurando e se utilizando das estruturas, que lhes eram impostas.

Dito isso, não temos como desvencilhar os desejos desses camponeses pelo alistamento em obras, que eles consideraram mais condizentes com suas avaliações para aquele momento (no seu fazer-se migrante e trabalhador de obras de emergência), das experiências e formas de obtenção de seus objetivos, como na questão da dinâmica dos alistamentos. Lembrando que suas próprias avaliações e táticas podem ser decididas em coletivo e no âmbito familiar.

3 “NÓS GANHÁVAMOS OS CARRASCOS”

Venâncio de Oliveira – O senhor nos falou do inverno, e no período de seca, o que vocês faziam para sobreviver?

Francisco Mendes – Não, aí tinha trabalho, botava trabalho. Botava as emergências “nera”? Tinha emergência de fazer barragem, de abrir estrada, disso aí tudim (sic). Isso acolá em 58 (1958), eu mesmo ainda fui trabalhar lá no barracão também, na estrada.

Venâncio de Oliveira – Ah, o senhor foi trabalhar no Barracão?

Francisco Mendes – Fui trabalhar no Barracão. Tinha gente lá que vinha trabalhar aqui no Barracão, tinha gente da nossa família, aí ia tudo lá pra casa num sabe? Aí vinha pra trabalhar no Barracão, quando dava o final de semana voltava pra deixar a mercadoria, que recebia em mercadoria.⁹³

Era um final de tarde quente no distrito Peixe em Russas-CE. Estávamos sentados em algumas cadeiras de ferro ao redor de uma pequena mesa de centro, que não tinha em cima mais do que um pano de prato, uma garrafa de café e um gravador. Foi nesse cenário que Francisco Mendes nos contou um pouco da sua vida e trajetória naquele distrito, desde quando tinha se mudado para ali nos anos 80. Entre as perguntas que tocavam em temas variados, como infância, família e trabalho, esse camponês ao ser indagado sobre os períodos de estiagem, nos respondeu sobre uma das secas mais difíceis, que vivenciou: a de 1958.⁹⁴

Nascido em 1942, na cidade de Limoeiro do Norte-CE, Francisco Mendes tinha acabado de completar 16 anos na estiagem de 1958. Naquele ano morava na comunidade rural de Vaca Brava, distante 11 quilômetros ao norte de sua atual residência no momento da entrevista. Sua família se mudou de Limoeiro do Norte, quando ele ainda era uma criança, em 1951. A decisão de saída veio com a promessa de trabalho nas terras em que seu tio arrendava de um “Cidadão”⁹⁵, cuidando do gado da fazendinha como ele a chamou.

Aos poucos seus pais foram comprando terras e aumentando a sua casa. Mesmo com a propriedade e sua área de cultivo, seu pai não deixou de cuidar do gado dessa fazenda.

⁹³ NOGUEIRA. Francisco M. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine Cristine de Oliveira; Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 22.

⁹⁴ O trabalho do COMTER nesse momento era a realização de entrevistas utilizando a metodologia de “histórias de vida. A perguntas realizadas aos entrevistados tocavam em temas relacionados as suas infâncias, a família, a toda a sua trajetória até o momento em que a entrevista era gravada. Nesse período não existia o objetivo por parte do núcleo ou do pesquisador de assumir uma temática específica, como é o caso das obras de emergência.

⁹⁵ Não é dado o nome desse sujeito na entrevista, ele é denominado apenas como “Cidadão” ao qual seu tio alugava terras.

Era uma forma de conseguir mais renda e até animais de criação⁹⁶ pelo sistema de quarta, em que o vaqueiro ficava com o quarto bezerro que nascesse de uma vaca sob seus cuidados.⁹⁷

Ainda com os ganhos, o trabalho como vaqueiro gerava dependência de serviços prestados ao fazendeiro, já que a lida com o gado demandava tempo para além dos afazeres habituais. O sujeito deveria estar disponível a todo momento para qualquer porventura em que fosse necessário o trato os animais, como uma rês atolada, um animal perdido ou uma vaca amojada⁹⁸.

Nesse sentido, para ajudar na lida com o gado os pais envolviam seus filhos nessa atividade. Assim como Luiz do Norte que levava todos seus filhos para “campiar” nos finais de semana, Francisco Mendes desde muito novo já tinha uma lida similar, indo junto ao pai buscar os bois e bezerros soltos em outras fazendas: “embrenhar” no meio dos matos atrás de gado.

Dessa forma, a narrativa sobre sua infância é constituída a partir de uma relação muito próxima com o trabalho, enquanto outros temas como brincadeiras, educação, vão sendo diluídos nesse primeiro:

Venâncio de Oliveira – E as escolas? Tinha acesso?

Francisco Mendes – Tinha não. Eu posso dizer que eu nunca nem fui a escola. Era muito longe nesse tempo. A escola ou era aqui no Peixe ou era lá no Cipó, Lagoa dos Cavalos, prá aculá, num sabe? E pra mim não tinha condições e a gente também. Nesse tempo o pessoal mais velho era um pessoal que era *mei desusado* dessas coisas que só vivia do trabalho pra sobreviver, que se não fosse do trabalho você não sobrevivia. Se não trabalhasse também não comia não. E tinha que trabalhar desde pequeno, graças a Deus, o que o homem souber fazer de trabalho grosseiro, eu ajudo.

Elaine Oliveira⁹⁹ - O senhor tem alguma lembrança boa de sua infância?

Francisco Mendes – Hum?

Elaine Oliveira – Alguma lembrança boa, uma brincadeira...

⁹⁶ “Animais de criação” é um termo muito utilizado popularmente para denominar bovinos, caprinos e suínos. Em algumas regiões do interior cearense, criação é usada apenas para caprinos. Nesse texto estou usando de forma mais abrangente.

⁹⁷ Encontramos aspectos dessa prática nos escritos de Capistrano de Abreu quando aborda o período colonial brasileiro. Segundo o historiador, os vaqueiros que trabalhavam nas fazendas começavam a receber seu pagamento depois de quatro a cinco anos de trabalho, recebendo o quarto bezerro de uma vaca sob seus cuidados. Ver ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1800 / J. Capistrano de Abreu. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 131

⁹⁸ É um termo utilizado para quando os animais de criação estão em estado avançado de prenhez, próximo a parir.

⁹⁹ Elaine Cristine Sousa de Oliveira é uma pesquisadora e historiadora que pertenceu ao COMTER durante a atividade extensionista no Baixo e Médio Jaguaribe. (2015-2016).

Francisco Mendes – Não, de brincadeira, a brincadeira da gente, a minha brincadeira era só lutas com o gado, era pegar um gado de carreira, se juntava, a gente saía daqui um, dois, eu, três vaqueiros, né? Ficava lá pelos matos, nesse tempo só era mata, né? Por que, agora não, por que já tá, né? ...que não tem mais nem mata.¹⁰⁰

Percebemos nesse trecho da entrevista, que o trabalho começa a ganhar alguns aspectos mais bem contornados para Francisco Mendes. Na resposta sobre o acesso à educação formal, as dificuldades apresentadas são à distância das escolas e a falta de tempo, já que o dia a dia era destinado ao trabalho.

De acordo com o entrevistado, o “pessoal mais velho” eram “desusados”, caracterizando-os como sujeitos que não tinham expectativas na dinâmica escolar, no ensino e aprendizagem, como algo central, que não “usavam” da educação. Para eles a primeira necessidade social era a introdução do sujeito no ambiente do trabalho. É reforçado nesse trecho o aspecto familiar no trabalho para o camponês e a sua necessidade para a sobrevivência, entendendo que esta não diz respeito apenas à questão biológica, mas em um sentido mais amplo, dos modos de vida desenvolvidos por aqueles indivíduos.

Como pondera José Olivenor Chaves (2002) ao analisar memórias de camponeses no Baixo Jaguaribe, as lembranças sobre o trabalho são diretamente relacionadas à constituição da família. Para o historiador, podemos interpretar isso como uma não predominância das relações capitalistas no campo e a tentativa de manter os valores da condição camponesa, pois demarca uma autonomia, um “[...] controle e a administração do trabalho e de sua produção”¹⁰¹. Para isso são desenvolvidas divisões de tarefas para cada componente do núcleo familiar, períodos e formas de plantio e outras atividades sociais.

Analisando o núcleo familiar de Francisco Mendes e como ele se organiza em relação ao trabalho, é interessante notar que existe uma dependência econômica de ganho e renda em relação ao dono da fazenda em que seus pais trabalhavam. Contudo, ao mesmo tempo a busca por autonomia é presente no seu projeto de vida: seja na dinâmica do próprio trabalho de vaqueiro ou na migração para outras regiões na busca de melhores condições para constituição e manutenção da produção da família.

Outro ponto a ser ressaltado é a dimensão temporal: como esse trabalho é presente no cotidiano de Francisco Mendes. Sendo um dos filhos mais velhos da família¹⁰² a iniciação

¹⁰⁰ NOGUEIRA. Francisco M. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine Cristine de Oliveira; Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 5.

¹⁰¹ CHAVES, 2002, p. 93.

¹⁰² Francisco Mendes nos fala que só tem uma irmã mais velha que ele, sendo o primeiro homem a nascer na família. Ver NOGUEIRA. Francisco M. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [maio de 2015].

aos afazeres fora do sítio começava mais cedo, como “campiar” com seu pai indo buscar gado em lugares distantes. Essa divisão depende de como se organiza cada núcleo familiar, mas os filhos mais velhos normalmente são colocados nessas tarefas primeiro.

É importante lembrar que além dessa divisão, o tempo do trabalho aqui parece ser regido mais pelas tarefas, atividades de cada sujeito e do coletivo, do que necessariamente pelo “tempo disciplinado” do capitalismo, da contagem das horas de serviço e da produção realizada em cada dia, tal como debate E. P. Thompson em seu livro “Costumes em Comum” (1992). O historiador também assevera, que o cotidiano do trabalho para o camponês está mais próximo do tempo da natureza, dos períodos de plantio, da lida com os animais e das necessidades da casa.

Nesse sentido a presença do trabalho é marcante a todo momento no dia a dia desses sujeitos, como é o caso das próprias brincadeiras desenvolvidas na região. Na fala de Francisco Mendes “pegar o gado no mato” junto a outros vaqueiros era uma brincadeira, mas estava relacionada com a suas responsabilidades de trabalho. O trabalho toma um caráter de sociabilidade na comunidade. Ao mesmo tempo em que era o trabalho deles, também tinha um caráter lúdico entre os seus. Às vezes eram feitas pequenas competições entre os vaqueiros para buscar o gado, e o sujeito que pegasse aquele animal era respeitado entre os outros, visto a dificuldade que essa empreitada poderia ocasionar¹⁰³.

Em outro momento da nossa entrevista, ao ser questionado sobre como eles entravam no mato na busca do gado, Francisco Mendes faz questão de nos contar de uma das vezes em que ele e seu amigo Geraldo conseguiram pegar uma vaca, que ninguém conseguia achar.

Segundo ele a empreita durou o dia todo chegando à noite. Além de terem tido várias dificuldades como uma mata muito fechada, a necessidade de passar por debaixo de galhos, que bloqueavam a passagem para aonde a vaca se encontrava, a exaustão dele e dos animais também dificultava o processo. De acordo com o entrevistado isso fazia deles pessoas conhecidas ali: “onde nós tava nós era respeitado, num sabe? Quando tinha uma coisa, quando tinha... carrasco como se chama, era eu e o Gerardo”¹⁰⁴.

Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine Cristine de Oliveira; Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC, 2015, p. 3.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ NOGUEIRA. Francisco M. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine Cristine de Oliveira; Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC, p. 6.

Ao passo que Francisco Mendes ia desenrolando sua história sobre a procura da vaca perdida, a narrativa no momento da entrevista foi ganhando um ar de uma aventura em que ele era o destaque da trama. As dificuldades e superações destas, assim como a recompensa final, de reconhecimento das pessoas da comunidade, que os chamavam sempre, quando havia “carrascos” são características, que os legitimam nesse local.

Eclea Bosi (1994) entende que essa forma de narrativa e como ela é construída por pessoas velhas tem um duplo aspecto: a primeira é a de transmitir determinado conhecimento, um ensinamento a partir de suas experiências. O segundo é a forma de reviver essas experiências pela recordação, ganhando o caráter de evocação.

Era a partir dessa evocação do passado, do reviver aquela conquista, que Francisco Mendes tentava perpetuar sua fala, sua história na comunidade. Como Bosi (1994) bem lembra, existe um interesse em comum entre o ouvinte e o narrador no momento da entrevista, a conservação do que foi dito e que será reproduzido pós entrevista. E Francisco Mendes sabia muito bem disso a partir do momento em que ligamos o gravador.

Outro ponto que podemos pensar nesse trecho é como a evocação sobre o trabalho o coloca a todo momento pensando o ambiente físico em que vive e viveu. Os “carrascos” que são um tipo de vegetação comum em algumas regiões do Ceará são citados por Francisco Mendes, deixando indícios de como se articulava sua relação com o ambiente de trabalho. Como uma vegetação fechada, com árvores baixas, que crescem seus galhos para os lados deixando pouco espaço de uma planta para a outra, os “carrascos” são elementos que precisam ser enfrentados para a resolução de seus serviços como vaqueiro. Pelo difícil acesso, de entrada no local, são poucos os que conseguem fazer.

Conforme Chaves (2002) o cotidiano para os camponeses tem como referência não apenas as pessoas do mesmo grupo social, mas com o que eles mantêm com a natureza: os rios, açudes, terra e matas. Esses elementos ganham significados e subjetivações por parte desses indivíduos, articulados com as relações sociais mantidas naqueles espaços.

Por conseguinte, as descrições dos tipos de matas que eram cenários para as brincadeiras, os serviços e o lazer desses sujeitos surgem com muita força em suas falas. É uma memória de muito apelo imagético, onde o tempo do trabalho eclipsa ou se mescla ao tempo do brincar.

No ano de 1958, em deslocamento do seu território de morada, Francisco Mendes procurou emprego nas obras de emergência. Naquele local, ele se deparou com outro tipo de racionalização do trabalho. Em certos aspectos, existiam semelhanças com a atividade braçal,

que desempenhou por toda a sua vida nas roças, carrascos e fazendas, no entanto as obras apareceram em sua memória marcadas por um outro tipo de disciplina, de organização e de separação dos serviços.

Nessa perspectiva, as lembranças de Francisco Mendes se moveram dentro dessas várias dimensões de tempo e trabalho e do clima adverso da seca em 1958. Através delas é possível refletirmos sobre facetas do trabalho, principalmente, quando confrontadas com memórias de outros antigos alistados nas obras de emergência.

3.1 Camponeses e alistados: dimensões do trabalho e formas de resistência

Na estiagem de 1958 a família de Francisco Mendes passou por algumas dificuldades, uma delas foi o enfraquecimento do trabalho com o gado. No primeiro semestre de um ano de seca ocorria o aumento do abate de rebanhos em todo o polígono. Os caprinos, suínos e bovinos eram executados para a venda em áreas, que ainda não estavam passando pela crise¹⁰⁵, mantendo-se apenas alguns animais nas fazendas. Mesmo que os serviços fossem ampliados em um primeiro momento, com a diminuição do rebanho ficava complicado a permanência naquele trabalho pelo ano todo.

Essas situações foram retratadas na literatura sobre as secas. Em “Os cassacos”, de Luciano Barreira, a personagem do Coronel Elpídio demonstra a preocupação de manter os trabalhadores em suas terras durante a estiagem de 1958, num diálogo com sua esposa Dona Biluca: “E o povo, o que vai ser feito desse povaréu? Eu não posso ficar com gente trabalhando aqui. Só fica um ou dois para ajudar Manuel na luta com o gado. Os outros terão que ir para os serviços do governo”¹⁰⁶.

Neste trecho, ficção e realidade parecem se confundirem dada a similitude entre os aspectos mnemônicos dos entrevistados/as e o relato do autor. Em ambos fica evidente, que manter moradores, parceiros e trabalhadores da fazenda no período de estiagem era um gasto a mais para o dono das terras. O trabalho como vaqueiro não era uma atividade, que tinha uma garantia concreta em relação a suas dispersões ou não nesse período de crise.

Além desse problema as chuvas escassas não ajudaram a sustentar a plantação, restando pouco para manter a família. Dessa forma, as obras de emergências se tornaram uma possibilidade para Francisco Mendes e seus familiares. Naquele mesmo mês de março de 1958 nosso entrevistado saiu junto com seu pai à procura desses locais para obtenção de

¹⁰⁵ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 19, n. 3, fevereiro de 1959, p. 146.

¹⁰⁶ BARREIRA, 1979 p.101.

trabalho, ou melhor, de outros trabalhos. Esse agricultor conseguiu trabalho em obras realizadas no Posto Agrícola, que ficava no distrito de Bonhu, em Russas-CE, a 16km de distância de sua morada.

Por conta do grande número de barracas que os trabalhadores construíam para sua estadia durante o serviço, alguns desses sujeitos começaram a chamar esses espaços de “barracões”¹⁰⁷, como observado pelo próprio Francisco Mendes. Os trabalhos nesses ambientes eram desgastantes. A maior parte dos alistados executavam serviços braçais, fazendo uso indiscriminado de força: roçando mato, cavando valeta, quebrando pedra para aterrar estradas, cavando barro para fazer piçarra etc.¹⁰⁸

Além desses serviços, os canteiros das obras de emergência eram lugares regidos por uma hierarquia bem demarcada com formas de disciplinamento. O tempo do trabalho nas obras possuía diferenças e peculiaridades em relação ao tempo do trabalho na roça, na fazenda, na lida com o gado.

Ao analisar a disciplina e o cotidiano das obras de socorros públicos nos finais do século XIX e início do XX, Tayrone Apollo Pontes Cândido (2016) analisa como os retirantes eram submetidos a tentativas de proletarização nesses espaços. Isso se materializava no estabelecimento de horários de serviço, da separação dos alistados em turmas e da submissão destes a chefes de serviço e fiscais. No topo dessa hierarquia estava um engenheiro do órgão responsável pelos trabalhos que, por vezes, comandava mais de uma obra¹⁰⁹.

No início do século XX, uma das preocupações das autoridades governamentais apontadas por Cândido (2016) era o assalariamento desses trabalhadores. As medidas assistenciais de distribuição de roupas e comidas eram vistas como danosas para os retirantes, já que isso alimentaria os “vícios da vadiagem” entre esses indivíduos. Essa preocupação refletia a mentalidade liberal, que as autoridades tomavam naquele momento.

¹⁰⁷ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro., vol. 5. Nº 10, p. 200-212. 1992: Em seu texto Memória e identidade social, Pollack entende a memória como um fenômeno de caráter social, construído coletivamente, sofrendo flutuações e transformações. O termo “barracão” utilizado por Francisco Mendes pode ser compreendido nesse sentido, como algo formado por essas relações construídas coletivamente, e que vai permeando uma memória coletiva dos trabalhadores, indivíduos que participaram daquele espaço e sujeitos que souberam falar sobre as obras de emergência. A própria comunidade Bonhu, depois de 1958, vai reconhecida pela alcunha de “Barracão”.

¹⁰⁸ NOGUEIRA. Francisco M. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine Cristine de Oliveira; Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC) p. 23.

¹⁰⁹ GUERRA, Paulo de B. Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977, p.16.

Dessa maneira, buscava-se um controle desses sujeitos a partir da formação de uma estrutura disciplinar do trabalho. A assistência que o Estado deveria conferir aos retirantes era por meio do ganho a partir dos serviços prestados por eles.

A estruturação do trabalho nas obras de emergência no início do século XX foi mudando gradativamente a partir dos longos confrontos entre sertanejos e as autoridades estatais. A perspectiva do assalariamento, de disciplinamento a partir do trabalho e do controle de sujeitos foi se mantendo e se ajustando a algumas demandas, que iam aparecendo no decorrer do tempo. A própria mentalidade por parte das autoridades estatais de tentar não assistir aos trabalhadores com gêneros alimentícios, sem uma contrapartida em serviços, foi se concretizando na década de 1950.

Destarte, na seca de 1958, o pagamento nas frentes de serviço era feito pela distribuição de víveres. A dinâmica deste pagamento funcionava da seguinte maneira: os sujeitos se alistavam nos postos de trabalho e, ao fazerem isso, recebiam uma caderneta de ponto. A cada dia de trabalho, o apontador – sujeito responsável por marcar os pontos – andava pelo meio das turmas de alistados escrevendo nas cadernetas dos que iam para o serviço. Uma nítida tentativa de controle dos trabalhadores e da manutenção de uma disciplina nas frentes. Recebia o alimento apenas aqueles, que prestassem os dias de trabalho registrados pelo apontador.

No geral, os alistados recebiam feijão, arroz, carne de charque e farinha. Essa seria a comida utilizada por eles até o próximo dia de pagamento. Então existia a necessidade de manter o controle do que comer, dos horários de comer e do que guardar para levar a sua casa, como Francisco Mendes fazia ao deixar as “mercadorias” em casa todo final de semana. As próprias medições de quantidade, pensando nos membros de sua família e nos dias trabalhado deveriam ser levados em consideração.

Assim, o cotidiano de uma obra de emergência em 1958 era constituído por relações disciplinares. Sendo que estas eram mantidas nos espaços de trabalho: na temporalidade do roçar, do cavar, do quebrar e do abrir, além do controle das diárias, estruturados por uma gama de sujeitos, tais como os apontadores, feitores e fiscais.

Cada um desses tinha uma função organizativa naquele espaço. O apontador como já exposto, controlava as marcações dos dias de serviço. O feitor era responsável pela turma de trabalhadores e os fiscais supervisionavam as turmas, anotando e comunicando para a administração qualquer tipo de irregularidades nas frentes.

Devemos ressaltar que a ocupação desses cargos não era feita apenas por empregados do DNOCS, DNER, DAER ou de outro órgão responsável por obras de emergência. Pessoas que moravam na região em que as obras eram feitas ou conhecidos dos encarregados pelo serviço poderiam ocupar esses cargos.

Para as funções de feitores e apontadores poderiam ser alistados que demonstrasse alguma experiência naquele trabalho – trabalhadores que foram feitores em obras passadas por exemplo – ou que tivesse a confiança dos encarregados. É possível entender como se constituía essa divisão de papéis nas obras a partir das experiências narradas por nossos entrevistados.

José Silvestre Batista é um morador da comunidade do Bonhu, hoje um distrito de Russas-CE, no Baixo Jaguaribe. Nascido em 1949, ainda vive na pequena casa branca de sua família, local, onde mora desde criança.

Sentamos na mesa de madeira que ficava na cozinha, o último cômodo da casa. Ali era possível ver o terreiro onde o entrevistado tinha uma pequena horta, algumas plantas frutíferas e umas galinhas. Com o gravador em cima da mesa, José Silvestre Batista sabia do que iríamos conversar. Um dia antes entramos em contato com ele e explicamos o propósito de nossa pesquisa e, de pronto, ele aceitou a conversa sem qualquer objeção.

Quando começamos a falar sobre a obra, José Silvestre Batista relatou que se alistou, quando tinha nove anos. Curioso sobre como isso ocorreu, já que semelhante a Antônio Lima e Francisco Mendes, ele também era muito jovem no período. Perguntamos então como ele fazia para continuar na obra:

José Silvestre Batista – Não, como é que fazia era só você chegar lá tinha o encarregado. Aquela pessoa que era o chefe maior, que era quem fazia, era quem empregava ou desempregava se quisesse.

Venâncio de Oliveira – Desempregava também?

José Silvestre Batista – É que se no caso a pessoa não desse certo, fosse uma pessoa trabalhosa, podia muito bem. Eu não tô nem lembrado, mas podia, porque tinha autoridade pra isso num sabe? Era a pessoa encarregado daquilo ali. Mas tinha um certo controle, tinha apontador, tinha feitor nas turmas porque era dividido. Turmas... cada turma tinha seu feitor, seu feitor. Você sabe o que é o feitor né, marromeno (mais ou menos)?

Venâncio de Oliveira – Mais ou menos.

José Silvestre Batista – O feitor é por acaso: tem uma frente de serviço aqui eu reúno 10, no caso eu vou falar cassaco também, 10 cassaco, 10 cassaco e tem um responsável. É o feitor aquele que acompanha o serviço, moralizando o negócio num sabe? Pra num bagunçarem, pra num ficar só na preguiça! É isso, é o feitor. Ai

também além do feitor tinha o apontador. É aquele que passa todos os dias em todas as turmas apontando o dia né.¹¹⁰

Como já falamos o feitor era responsável pelas turmas de trabalhadores. Todos os dias ele saía com um grupo de 10 a 20 homens para fazer determinada empreitada delegada pelos chefes do serviço. Como uma das obras realizadas no Posto Agrícola era a construção de uma estrada que ligava este a BR-116, muitas turmas tinham o trabalho de aterrar a estrada, carregando piçarra, jogando a terra em carrinhos de mão e desmatando a vegetação ao redor.

Segundo José Silvestre esse sujeito era necessário para “moralizar” as turmas, não deixar os trabalhadores “bagunçarem”, não ficarem apenas na “preguiça”. O controle sobre os alistados feito por esses sujeitos era necessário para a obra. Com isso, buscavam ditar um ritmo dos dias de trabalho por um disciplinamento dos trabalhadores.

Não poderia ser preguiçoso, de acordo com José Silvestre, nem ser “trabalhoso”. Este, possuindo significado contrário da ideia de trabalhador disciplinado, seria aquele sujeito, que causava confusão. Caso isso ocorresse o indivíduo poderia ser penalizado com a expulsão da obra.

Vale ressaltar a utilização das palavras por José Silvério: “moralizar”, “autoridade” e “bagunçarem”. Trazer essas palavras nos dá indícios de uma disciplina imposta muito bem marcada e que devia ser seguida. A moralização do trabalho estava interligada ao controle, ao mando para que aqueles sujeitos cumprissem determinados horários e metas de serviço.

Imersos nessa moral do trabalho, a noção de autoridade responsável que escolhia os cargos ganhava destaque. Era ela quem delegava atividades e punia quem saísse do que era ditado, demonstrando a dimensão hierarquizada do trabalho em uma obra de emergência em 1958.

José Silvestre, ao narrar sua experiência nas obras em 1958 delineia com bastante clareza esse local de autoridade do feitor. Mesmo sendo um alistado das obras, em teoria, tinha um papel disciplinar a cumprir. Essa afirmação do entrevistado pode partir da sua trajetória de vida enquanto um sujeito, que ocupou tal função pós 1958. José Silvestre chegou a ser feitor na seca de 1970 em frentes de serviço na então comunidade Bonhu.

¹¹⁰ BATISTA. José S. José Silvestre Batista: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 4.

A narrativa de José Silvestre envolve várias temporalidades. Sua percepção nessa altura da entrevista vem do espaço de já ter ocupado cargo em uma obra, o de feitor, mesmo não sendo no ano de 1958. O grau de importância e responsabilidade de tal tarefa é reforçado nesse momento.

Dessa maneira, a memória busca projetar o passado no presente, identificando marcas de continuidade pouco notáveis (PINTO, 1998). Os dois momentos se misturam, como que continuados para o entrevistado. A trajetória e experiência desse com obras de emergência não pode ser ignorada.

No entanto, não podemos reduzi-la à posição de feitor, pois José Silvestre era um morador daquela comunidade e manteve outros tipos de relações ali, que não dizem respeito apenas à dimensão do trabalho: de amizade, familiar, afetiva, de solidariedade, de queixumes, intrigas, etc.

Além disso, o feitor, mesmo não sendo um sujeito conhecido anteriormente pelos demais trabalhadores, não deixava de ser um alistado, isso tanto para 1958 como para 1970. Destarte, a figura deste pode parecer dúbia. Era um sujeito, que se encontrava em uma condição tão precária como a dos outros alistados, mas que estava dentro da hierarquia do trabalho nas frentes acima dos outros trabalhadores.

Essas noções de controle e disciplina poderiam ser notadas também pelas próprias práticas dos trabalhadores no que tange outras dimensões da vida, como as relações alimentares, se estendendo para além da atividade laboriosa, tal como narrado por Francisco Mendes em outro momento de sua entrevista:

Venâncio de Oliveira – Mas como fazia? O senhor ia e quem ficava aqui, como se virava pra comer? Era esse alimento que o senhor trazia?

Francisco Mendes – Não, já vinha comida. Comia a comida que ficava aí, toda semana recebia nera?

Venâncio de Oliveira – Recebia semanalmente?

Francisco Mendes – Era, recebia por semana. Tinha que regrar pra dá pra semana. Nesse tempo réi¹¹¹, o cabra precisava saber regrar as coisas nera? Que não tinha esse negócio de que hoje eu não quero comer feijão, não, quero comer é carne. Não come feijão não pra ver se não fica com fome.¹¹²

¹¹¹ Pronome de tratamento, derivada da palavra “velho”, também dita como uma expressão casual.

¹¹² NOGUEIRA. Francisco M. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine Cristine de Oliveira; Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC, p. 25.

No trecho acima, o entrevistado nos fala sobre o controle em relação ao alimento, transcendendo o espaço da obra e chegando ao espaço da casa. Nesse sentido, por conta da pouca alimentação, “regrar” o alimento era necessário. Francisco Mendes tinha em sua casa seis irmãos pequenos. Uma casa da qual apenas ele e seu pai conseguiram alistamento. Ou seja, o controle, o ato do “regrar” e o de apontar o dia de trabalho que iria se transformar futuramente em alimento era também redimensionado para a partilha pelo número de pessoas, que iriam comer e pela quantidade de alimentos, que iria ser levada pelo trabalhador.

O controle da alimentação e o seu fazer era tão importante, que existia uma função para isso. Os conhecidos barraqueiros ou barraqueiras eram indivíduos, que cuidavam do cozinhar, da divisão desse comer entre os alistados. Toda turma tinha o seu barraqueiro ou barraqueira.¹¹³ Esta atividade muitas vezes era designada às mulheres, que iam com seus esposos para os barracões. Mas existem relatos de barraqueiros homens que surgem tanto na memória dos entrevistados como na literatura, que trata sobre o tema.¹¹⁴

A entrevista aqui também traz camadas, onde outras temporalidades se cruzam para formação da narrativa. A fala de que “nesse tempo réi, o cabra precisava saber regrar as coisas”, remete a uma reflexão por Francisco Mendes de diferenças nas experiências estabelecidas com a alimentação.

O “tempo” da frase é relacionado com a lembrança do passado nas obras, – de forma discursiva, em respeito ao perguntado – e remete a uma noção de diferença com outra temporalidade, não ficando explícito necessariamente qual, mas que é carregada de sentido, ao trazer a noção de uma distinta relação do controle sobre a alimentação naquele momento.

Concomitantemente, em que essa disciplina se espalhava pelos vários espaços, que compõem os barracões, o cotidiano também era forjado por uma série de fraturas e brechas nessas próprias medidas de controle e disciplina nos espaços das obras de emergência.

Destacamos, que práticas para burlar a fiscalização assim como para conseguir alistamento eram utilizadas por parte dos alistados. Pensando nessas, podemos observar em

¹¹³ É interessante notar a divisão do trabalho desses indivíduos a partir do próprio termo que os nomeiam. As barraqueiras e barraqueiros são aqueles que ficam principalmente nas barracas dos alistados. Seu trabalho é realizado enquanto os outros indivíduos estão desenvolvendo suas atividades laboriosas nos canteiros das obras. A divisão entre aquele que cozinha (atividade doméstica) e aquele que trabalha (fora do ambiente doméstico) é nítido nesse momento.

¹¹⁴ Em *Os Cassacos* de Luciano Barreira, a personagem que toma essa função é o Velho Simão, o homem mais velho que procura alistamentos vindo da Bela Vista. Da mesma forma, em algumas entrevistas foi lembrado de barraqueiros homens. No relato de José Vidal, alistado nas obras do Bonhu em 1958 e ainda morador da região, o sujeito que fazia comida para a sua turma se chamava Possidônio e tinha vindo de longe, da zona rural de Quixadá, algo em torno de 113 km de distância da obra.

alguns momentos da entrevista realizada com Francisco Pereira, antigo morador do Serrote do Mato, próximo ao município de Potiretama-CE, no Médio Jaguaribe:

Dávila Oliveira¹¹⁵ – Ah, era comida que vocês recebiam, o pagamento?

Francisco Pereira – Era farinha velha, feijão velho amargoso, essas coisas velhas assim... Jabá¹¹⁶, agora jabá é bom, agora jabá era boa naquele tempo, a jabá era gostosa. A jabá hoje a gente bota para assar, mas não é como naquele tempo não. E só ganhava isso mesmo, não tinha esse negócio de ganhar para comprar ao menos uma roupa não. Em 58 (1958) eu ia, trabalhava na rodagem, mas teve um tempo que era escondido, quando o fiscal vinha, nós ganhávamos os carrascos¹¹⁷, eu mais outros meninotes. Aí quando chegavam: “cadê fulano?”, “foram ver lenha”, “foram ver água”, aí íamos passando assim.¹¹⁸

Francisco Pereira cedeu essa entrevista em sua casa, no ano de 2016, para o COMTER-UFC. Esse trecho foi retirado de um longo diálogo entre ele e uma colega de pesquisa do núcleo. A lembrança da construção de uma estrada de rodagem, que ligava o município de Iracema no Ceará a Itaú no Rio Grande do Norte, veio por conta da pergunta sobre o que ele lembrava sobre os períodos de estiagem.

Nesse pequeno trecho, ao falar sobre o alimento recebido nessa obra, Francisco Pereira nos sugere uma falta de autonomia do sujeito ao receber aquele tipo de pagamento: “não tinha esse negócio de ganhar pra comprar uma roupa não”. O sistema de pagamento aqui é um empecilho para os alistados. Esse trecho pode ser analisado a partir da falta dessa autonomia. Não é necessariamente a falta da compra de uma vestimenta, mas da própria falta de escolha do sujeito ao receber seu pagamento. A lógica de controle nas obras de emergência era estendida até na forma de pagar os alistados.

Além desse primeiro problema narrado por Francisco Pereira, é interessante perceber como ele burlava a própria fiscalização com a ajuda de outros trabalhadores alistados naquela obra de emergência. Como ele era jovem, uma criança de 10 anos, não estava dentro dos critérios estabelecidos para ser alistado em frentes de serviço.

¹¹⁵ Dávila Oliveira é uma pesquisadora e historiadora que pertenceu ao COMTER durante a atividade extensionista no Baixo e Médio Jaguaribe. (2015-2016).

¹¹⁶ Jabá é uma espécie da carne do sol industrializada, vendida em pacotes.

¹¹⁷ DUQUE, José G. O Nordeste e as lavouras xerófilas. 4. ed. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004; segundo o autor, antigo engenheiro agrônomo do DNOCS, Carrascos se refere a um tipo de vegetação nordestina que se encontra na divisa entre os estados do Ceará e Piauí. Como essa região é bem distante da estudada, ainda não consegui mapear detalhadamente a noção desse uso. Popularmente, os sujeitos se referem a vegetação da caatinga como Carrascos, mas ainda falta um pouco mais de apuração.

¹¹⁸ ALMEIDA. Francisco Pereira. Francisco Pereira: entrevista [agosto de 2016]. Entrevistadores: Francisca Dávila de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2016b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 11.

Como já tratamos, a prioridade era dada aos trabalhadores que atestassem maior “prova de miséria”, ou seja, chefes de família, que procuravam alistamentos junto com sua prole e cônjuge, assim como sujeitos, que já tinham ferramentas. Crianças, adolescentes e mulheres não entravam nesse critério, mas isso não quer dizer que eles também não participavam do dia a dia dos barracões.

A expressão “nós ganhávamos os carrascos”, aqui, tem o significado de se esconder no meio da vegetação existente ali, se esvaír junto às outras crianças também alistadas por entre as veredas para não serem vistos pelos fiscais das frentes. Os carrascos aqui têm um sentido de liberdade do sujeito em relação àquela estrutura disciplinada das obras de emergência, dando uma significação da mata diferente da que foi apresentada por Francisco Mendes.

Os carrascos são espaços que Francisco Mendes e Francisco Pereira tiveram familiaridade na sua trajetória de vida. Na narrativa do primeiro, era um local de enfrentamento e concretização do seu local de trabalho como vaqueiro, do reconhecimento no meio em que vivia. Já para o segundo, os carrascos são locais de subterfúgio, de esconderijo, revelando uma prática utilizada para burlar uma ordem disciplinar vigente, a fiscalização da obra.

Por conta dessa prática, Francisco Pereira não perdia o emprego dali, conseguindo ganhar, mesmo que fossem “coisas velhas”, as mercadorias para sua casa. É possível interpretarmos nisso uma forma de resistência utilizada por parte de vários sujeitos e que funcionava por conta de um convívio naquele ambiente, contanto com a construção de solidariedades entre os trabalhadores. É interessante notarmos que era algo feito em coletivo. Não envolvia apenas aquele que se escondia, mas os outros alistados ajudavam encobertando aqueles jovens que queriam continuar na obra ganhando mercadorias.

James Scott (1995) recorda da importância da solidariedade para as pessoas que estão em situação de subalternidade na articulação de resistências. Segundo Scott, os trabalhadores, escravos, servos, camponeses, os diferentes grupos subalternizados em diversos contextos sociais e históricos, criam espaços de autonomia e liberdade entre si.

Nesses são desenvolvidos e repercutidos práticas e discursos de revolta e resistências. É o que o autor chama de espaços fora da cena, o local privilegiado para a construção de discursos ocultos.¹¹⁹ São locais onde a insatisfação individual do sujeito se

¹¹⁹ James Scott caracteriza os discursos ocultos como enunciados, gestos e práticas realizados nos “bastidores, fora de observação direta dos detentores de poder”. É a ação realizada pelos indivíduos que estão em situação de subalternidade entre os seus iguais e longe dos seus senhores. O discurso oculto contradiz aquilo que

encontra com os vários outros descontentamentos e as revoltas de seus pares, pessoas, que estão em situação semelhante de dominação.

São nesses lugares que as formas de solidariedade se constroem na articulação de resistir à dominação. O autor observa que quando pensamos em furtos e mantimentos do galpão de uma fazenda por parte de trabalhadores é preciso atentar, que esta prática necessita da ajuda de seus pares. De pessoas que neguem qualquer envolvimento, que escondam e desmintam acusações realizadas ao sujeito, que furtou, ou que, mesmo tendo ciência de quem praticou, fique calado e não acuse. Mesmo que esses sujeitos não participem da prática em si, eles se tornam importante agindo ativamente ao encobrir o furto.

De forma semelhante, a fuga para “os carrascos” empreendida por Francisco Pereira, quando criança foi possível e se tornava segura para este pela existência de alguns trabalhadores adultos, que mentiam para os fiscais do serviço. Os alistados de sua turma amparavam Francisco Pereira e os outros “meninotes”, garantindo o seu ponto diário e a permanência desses nas obras. A criação de espaços de autonomia, da construção de solidariedades, se tornava necessário.

Assim como Francisco Mendes, Francisco Pereira também era o filho homem mais velho de uma família numerosa – somando 11 irmãos ao todo – e foi em busca de alistamento junto com o pai. Para os dois, o emprego em obras de emergência era uma forma de conseguir mais ganho para suas famílias. Da mesma forma, muitos outros sujeitos saíram de seus roçados, sítios e foram procurar as obras do Governo em anos de seca¹²⁰. Uns mais velhos, com famílias e migrando junto com elas, outros sozinhos e outros ainda com parentes e moradores das mesmas comunidades.

Para o governo federal e seus órgãos, as obras de emergência eram uma maneira de empregar sertanejos em massas nos períodos de seca, evitando migrações, saques a comércios e armazéns, perturbações da “ordem” em centros urbanos. Para os camponeses do Baixo e Médio Jaguaribe, o emprego era entendido como uma estratégia de mantimento do seu próprio modo de vida camponesa, mediante apropriações e burlas dos processos disciplinares.

expresso no discurso público. Este trata-se de uma prática conciliadora realizada perante os grupos dominantes. É nesse momento que tensões e conflitos se tornam mais acentuados, daí a necessidade de assumir posturas que estão de acordo com a hegemonia do discurso dominante: “qualquer análise feita exclusivamente com base no discurso público tenderá a concluir que os grupos subordinados aceitam os termos de sua subordinação”. (SCOTT, 2013, p. 31).

¹²⁰ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958: Durante a seca de 1958 foram alistados em torno de 305.000 pessoas em todas as obras de emergência no Nordeste. Esse número trata-se da frequência nas obras até o mês de junho daquele ano.

Como é destacado por Frederico de Castro Neves (2000) a pressão exercida nos centros urbanos, os saques, a procura por alistamentos, já fazia parte das práticas dos próprios sertanejos para conseguir o amparo do Governo Federal e de autoridades políticas locais. Ter ideia disso nos ajuda a sair de noções fatalistas do sertanejo sendo “carregado” passivamente por essas medidas do Estado, em que pouco teve de consciência nas suas próprias decisões, agindo de maneira espasmódica, levados pela fome.

Destarte, a lida desses sujeitos com as obras de emergência é revestida por experiências anteriores de seus familiares, membros da sua comunidade, de seu convívio e do que se ouvia falar. A ida para uma obra perpassava a avaliação sobre a necessidade de se empregar, do que se precisava em casa, de quantos membros havia na família e de quantos poderiam enfrentar estes trabalhos. Francisco Mendes e Francisco Pereira eram muito jovens, mas já tinham noção dessa dimensão, devido a suas experiências coletivas e contatos anteriores, possivelmente transmitidas e mantidas por meio da oralidade.

À vista disso, quando fiz a primeira pergunta para Francisco Mendes sobre “o que se fazia para sobreviver em períodos de seca”, a palavra “sobrevivência” foi entendida pelo entrevistado como permanência do seu próprio modo de vida, não estando em jogo apenas a noção de comer.

A partir disso, podemos inferir que nas relações familiares, os modos de uso sobre a comida, o “regrar” para manter os parentes, que fazem parte do mesmo núcleo familiar, podem ser tratados como uma tentativa de manter aquele convívio em casa, nos seus roçados, nas relações econômicas estabelecidas na comunidade e na cidade.

Como lembra Alf Schwarz (1990) os camponeses se utilizam do Estado para prosperarem. Seja buscando programas de créditos, aceitando isenções fiscais sobre produtos agrícolas e assistidos em momentos de crise.¹²¹ Entretanto, as lógicas de reprodução dos camponeses são conflitantes com a lógica de reprodução estatal. Isto significa dizer que: ainda que o Estado busque delimitar práticas e desenvolver projetos modernizadores no campo, junto a agricultores, estes não aceitam por completo determinada racionalidade, se apropriam dela e reproduzem sua própria lógica.

¹²¹ SCHWARZ, Alf. *Lógica do Desenvolvimento do Estado e Lógica Camponesa*. Tempo social (rev. de sociologia). São Paulo (s/n). P 75-114, 1 sem. 1990: Este texto é um esforço do antropólogo Alf Schwarz em explicar do porquê que projetos modernizadores financiados pelo Estado não conseguem ter total sucesso ao serem implantados em comunidade campesinas africanas. Segundo o autor, existe aí um choque de duas lógicas que em determinado momento entram em conflito, e em outro são apropriadas uma pela outra.

Aderir ao trabalho nas obras não determinou a modificação da própria racionalidade e modo de vida campesino. Pelo contrário, se alistar partia da tentativa de manutenção daquilo que era conhecido, habitual, tradicional.

Desse modo, o ambiente disciplinador e hierarquizado das obras de emergência entrava em conflito com esse modo de vida camponês. Mas os alistados iam tentando encontrar rasgos e frestas naquele tecido, ao passo, que também iam criando possibilidades, desenvolvendo formas de solidariedade, construindo resistência, brechas no tempo formuladas por experiências anteriores e em contato com o outro.

3.2 “Peculatório em potencial”: as tramas entre os chefes de serviço

Francisco Mendes – Papai também trabalhava, mas que ele trabalhava porque o chefe mesmo de lá que era o Aceles, Aceles Franco, era muito amigo do papai, num sabe? Aí Aceles foi e botou papai, levou papai também com uma carroça. Aí papai carregava água do açude lá pro cercado pra deixar pros bichos, todo dia papai ia deixar uma carroçada d’água lá, a carroça com um bocado de baldo. Fazia o movimento dele.

Venâncio de Oliveira – Mas seu pai chegou a trabalhar nessas frentes?

Francisco Mendes – Não o trabalho dele era só esse mesmo. Carregando água, dando água pros bichos, dava água ao gado dele, o gado dele, o gado dele do Aceles, depois trazia pra nós.¹²²

Ainda na conversa com Francisco Mendes, o vaqueiro de Limoeiro do Norte lembrou que seu pai foi com ele em 1958 a procura de emprego nas obras de emergência no Bonhu. Segundo Mendes, seu pai não chegou a trabalhar em uma turma, não era feitor, apontador, ou algum cassaco que aterrava estrada junto ao filho. Em vez disso, ele carregava água do açude Santo Antônio de Russas em uma carroça e a levava para saciar a sede dos animais de Aceles Franco, que era o “o chefe”, e depois do serviço feito “trazia” essa água “para nós”, se referindo a ele e os outros alistados.

De acordo com o entrevistado, seu pai era amigo de Aceles Franco. Foi essa relação de amizade, que proporcionou uma atividade diferente do realizado por Francisco Mendes, mas com ganhos iguais, para seu pai naquele ano: carregar água para os animais de Aceles e depois saciar a sede dos trabalhadores alistados. Enquanto Francisco Mendes acordava cedo, pegava suas ferramentas e ia para o serviço, seu pai trabalhava diretamente para o Aceles, na propriedade desse.

¹²² NOGUEIRA. Francisco M. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine Cristine de Oliveira; Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC, p. 24.

A expectativa da saída de casa na procura de alistamentos não era sempre concretizada com o trabalho nas obras. Os indivíduos que buscavam os Postos Agrícolas nas estiagens, como foi o caso de Francisco Mendes e seu pai, poderiam conseguir outras formas de renda que não em uma frente de emergência. Ainda que o objetivo principal fosse o alistamento, como narra nosso entrevistado, obter outro tipo de trabalho não era algo incomum naqueles espaços.

No tópico do relatório Agroindustrial do DNOCS de 1958, que aborda a população, que vivia ao redor dos açudes localizados nos Postos Agrícolas é possível notar essas formas de atividades durante as secas:

POPULAÇÃO: famílias e pessoas que vivem nos açudes por força de suas atividades, como sejam: irrigantes; seus moradores e trabalhadores; servidores públicos e trabalhadores agrícolas; vazanteiros; criadores; pescadores e particulares. A “população extra”, diz respeito ao peçoal flagelado que procurou o açude durante a seca, ficando amparado, seja com emprego, com vazante, ou apenas como pescador (grifo nosso):

População fixa: famílias – 10.874 / pessoas – 65.449

População extra: famílias – 27.799 / pessoas – 101.204

População total: famílias – 38.673 / pessoas – 166.653.¹²³

O posto agrícola era uma área construída ao redor de grandes açudes. O trabalho regular realizado neles dependia desses reservatórios de água: agricultura irrigada, pesca, fruticultura e criação de animais. Em 1958, vários desses açudes tiveram seu volume de água diminuído consideravelmente, mas não secaram por completo, ainda sendo possível a pesca e a plantação no sistema de vazantes.¹²⁴

Observando os números acima, notamos que em média a quantidade de pessoas que se dirigia aos postos era maior que o número residentes nestes. Era quase o dobro. Nesse sentido, os postos se tornavam locais para a procura de meios para lidar com a seca. Além da abertura de alistamentos nesses espaços nos períodos de estiagem, os retirantes tinham expectativas de terem acesso a uma boa fonte de água e possivelmente solo úmido.

Esse amparo para além das obras fazia parte de determinações dentro da lógica dos Postos Agrícolas e da noção assistencialista do Estado. Os camponeses estavam sendo assistidos ainda que não em obras de emergência. Todavia, o trabalho realizado pelo pai de Francisco Mendes revela outras questões em torno da alocação de alistados nos espaços dos barracões. Uma atividade que trata sobre as designações dos coordenadores das obras.

¹²³ DNOCS, *Relatório do Serviço Agroindustrial de 1958*. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959, p. 1.

¹²⁴ Idem, p. 19.

É importante deixar nítido que os encarregados do serviço tinham autonomia para designar as atividades dos camponeses que chegavam à procura de trabalho. Paulo de Brito Guerra aborda essa relação de mando em vários momentos no seu livro “Flashes das Secas (1977)”. Desvela bastidores da estrutura organizativa dos órgãos encarregados, que eram compostas por engenheiros e sua equipe técnica. No texto, Guerra mostra como os chefes do serviço resolviam vários problemas com os alistados de maneira mais informal, como questões de saúde dos trabalhadores, acidentes de trabalho e dispensa de alistados, mas tudo dentro da ótica regular do serviço, da lida nas obras¹²⁵.

Contudo, no caso do pai de Francisco Mendes, esse poder de coordenação aparece de forma mais digressiva. Um dos encarregados do serviço, Aceles Franco, em vez de alocar o camponês em alguma turma, alistando-o na obra junto ao filho, o coloca para trabalhar em serviço privado em virtude da amizade, que tinha com ele.

A relação de coordenação de Aceles Franco enquanto encarregado se sobrepõe a própria lógica das obras de alistar os retirantes. Ela é desviada para fins privados por esse sujeito. O que parece ser apenas uma questão pessoal dos envolvidos pode ser considerada uma problemática sobre a relação de poder, que os encarregados tinham no serviço. Cabe então compreendermos quem era Aceles Franco, o “chefe” referido na narrativa de Francisco Mendes.

Referente à Aceles Franco, ressaltamos, que Aceles era um antigo morador da comunidade Bonhu em Russas-CE. Ele faleceu há alguns anos. Em nossa ida para aquele distrito não encontramos nenhum familiar dele para um possível contato. Além de Francisco Mendes, outros entrevistados¹²⁶ lembraram dele como uma pessoa, que ocupava alguma função de responsabilidade no Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas antes das obras, mesmo, que não tenha ficado evidente, que função era essa.

Nos livros-caixa do Serviço Agroindustrial do DNOCS de 1957 e 1958, setor responsável pelos postos agrícolas, encontramos na folha de pagamento o nome de Aceles Franco registrado enquanto funcionário do posto. O documento é bem detalhado. Consta nele seu nome completo, Francisco Aceles Franco, entre outros dados pessoais: o cargo que ocupava, seu pagamento mensal, as pessoas que eram dependentes financeiramente dele e algumas anotações referentes a gratificações, pagamentos pendentes e descontos.

¹²⁵ GUERRA, Paulo de B. Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.

¹²⁶ Entrevistas que citaram Aceles Franco: José Lídio de Sousa, José Vidal Chaves Pitombeira, José Silvestre Batistas, Manuel dos Santos de Souza. Todas realizadas em 2018 no distrito Bonhu em Russas-Ce.

Nesse documento consta que Francisco Aceles Franco recebia pela função de guarda do posto agrícola. Não era um gerente ou qualquer outra posição de coordenação do posto. Quando olhamos para outras informações nesse documento, percebemos que Aceles Franco era um funcionário antigo do DNOCS, empregado na época em que o então departamento ainda era IFOCS e anterior a implementação dos postos agrícolas¹²⁷. No entanto não consta, qual função ocupava, quando foi admitido. Em 1958 Francisco Aceles Franco já tinha 28 anos de serviço para o órgão, pois foi contratado em 1930.

Esbarramos assim em um dos impasses da memória. Levantamos então o questionamento sobre como Aceles Franco, enquanto um guarda do posto agrícola, passou a ocupar função de “chefe” nas obras de emergência como foi apontado por todas as fontes orais que citaram esse sujeito. Na tentativa de responder a essas perguntas, voltamos ao Relatório do DNOCS de 1959, onde aparecem informações sobre como se dava a ocupação de alguns cargos no departamento.

O texto foi apresentado em 1960 ao então ministro de viação de obras públicas, Almirante Ernani do Amaral Peixoto. Nesse documento foram expostas uma série de informações sobre as realizações do órgão em 1959 e avaliações das obras de emergência em 1958. Inclusive ele replica algumas fotos e outras informações já publicadas nos boletins dos dois anos anteriores.

Na introdução do documento escrita por José Cândido Castro Parente Pessoa, diretor geral do DNOCS daquele ano, há um pequeno tópico explicando sobre o pessoal especializado na ocupação de cargos no departamento. Nesse ponto são apresentados alguns problemas pelo diretor geral:

A inexistência de técnicos de grau médio e as dificuldades de pessoal de nível superior agravadas pelos baixos salários que o DNOCS pode oferecer vem permitindo não só o recrutamento de pessoal indispensável a direção de todos os serviços que nos estão afetos, como também fomentando o êxodo dos demais experimentados, premidos pelas dificuldades financeiras e atraídos naturalmente por melhores proventos.¹²⁸

Segundo o texto, o DNOCS passava por uma série de dificuldades para encontrar pessoal tecnicamente qualificado para ocupar cargos dentro do órgão. Isso ocorria pelos

¹²⁷ Os postos agrícolas foram criados a partir da portaria de 12.11.1932. A iniciativa foi realizada pelo então Ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, que visava naquele momento criar uma política de reflorestamento, da produção de alimentos e do fomento de pesquisas e estudos sobre a vegetação e a agricultura nordestina. Ver GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da Seca*, 1981.

¹²⁸ DNOCS, *Relatório*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 1, setembro de 1960, p.15.

baixos salários que eram oferecidos aos seus funcionários. Dentro desse quadro de precarização técnica apresentado por Cândido estão cargos burocráticos como também funções de responsabilidade sobre obras realizadas naqueles anos pelo departamento. Dentre eles engenheiros e suas equipes de técnicos, que eram direcionadas para coordenar as obras de emergência.

Diante desse quadro conjuntural do órgão, é possível que Francisco Aceles Franco tenha sido admitido em algum setor administrativo para coordenar as obras de emergência no Bonhu. Sabemos que a chefia das obras ficava sob responsabilidade do engenheiro e sua equipe de técnicos (FERREIRA, 2016). Eles eram encarregados desde as questões executoras do serviço até atividades mais burocráticas e administrativas: alistamento, comunicação, financeiro, etc. Aceles Franco parece ter assumido alguma função na equipe do engenheiro responsável.

Nesse sentido, é possível inferirmos, que o DNOCS, ao colocar as obras em funcionamento, aproveitou o pessoal, que já trabalhava nos postos agrícolas para desempenhar funções nas frentes de serviço. Francisco Aceles Franco como um funcionário antigo foi selecionado para tal serviço.

Isso deixa mais evidente uma das possibilidades de escolha dos encarregados: na responsabilização dos serviços eram alocados sujeitos que nem sempre eram exógenos aos territórios das obras. Nos trabalhos realizados na comunidade Bonhu, em Russas-CE, a escolha foi feita entre pessoas, que residiam ali e que já trabalhavam para o departamento.

A lembrança de Francisco Mendes sobre Aceles Franco enquanto um “chefe” demonstra a hierarquia existente entre os encarregados e os sujeitos que chegavam à procura de emprego. De acordo com Ferreira (2016) os alistados se deparavam com a estrutura hierárquica das obras logo na chegada nos postos de alistamento até a conclusão do serviço ou liberação dos trabalhadores. A historiadora lembra que a hierarquia era expressa a partir da diferenciação daqueles que tinham saberes técnicos-científico e técnicos-burocráticos, os engenheiros e os outros encarregados, e aqueles que não tinham, os trabalhadores alistados.

Essa diferenciação entre os sujeitos era enrustida dentro de um clima discriminatório sobre aqueles que buscavam os alistamentos. Os futuros alistados muitas vezes eram vistos pelos encarregados como indivíduos ignorantes e desprovidos de educação formal. Segundo a historiadora:

Era bem possível que alguns funcionários do DNOCS, que sabiam ler e escrever, e, muitas vezes, tinham qualificação técnica, acreditassem ter “ares de importância”

diante das pessoas que não lembravam ao certo sua idade e tinham como hábito abreviar o nome.¹²⁹

A hierarquia era sentida não apenas no ambiente do trabalho em si, mas na forma como os encarregados lidavam com os alistados. Nossos entrevistados expuseram isso a partir da figura de Aceles Franco. O que diferencia a relação, que eles mantinham com este é que Aceles Franco não era apenas um “chefe”, mas um morador do distrito em que as obras foram realizadas. Era conhecido daqueles que residiam ali e nas comunidades em torno do Bonhu. Assim, a forma de lembrar surge de maneira distinta. Ele não era apenas lembrado como um “chefe”, mas como um amigo ou conhecido para alguns.

José Vidal Chaves Pitombeira foi outro alistado nas obras do Bonhu em 1958. Em sua entrevista, José Vidal fala sobre Aceles Franco em vários momentos. O encarregado irrompe na memória desse sujeito como um homem bondoso, inteligente, e competente na coordenação do serviço. Esses elogios apareceram inúmeras vezes, quando ele falava o nome de Aceles:

Venâncio de Oliveira – quem era o chefe de tudo aí que o senhor falou era Acélio?
José Vidal – Aceles Franco.

Venâncio de Oliveira – Aceles Franco?

José Vidal – Seu Aceles Franco. Seu Aceles, gente muito boa.

Venâncio de Oliveira – Ele era daqui?

José Vidal – Era. O pai dele faleceu aqui. Essas casas grande aí que tem um pé de pau grande. O pai dele morreu ali. Passou mal não sei como foi.

Venâncio de Oliveira – E a família dele tá para onde agora?

José Vidal – Tinha um Assis Franco irmão dele que era ferreiro e trabalhou na casa de força.¹³⁰

José Vidal demonstra apreço na forma de recordar de Aceles Franco, levando sempre o termo “seu”, uma forma coloquial de substituir o termo “senhor”, na frente do nome do encarregado: “Seu Aceles Franco”, exprimindo respeito. Essa forma de recordar pode ser explicada por Aceles Franco ter sido uma pessoa mais velha do que ele na época, como

¹²⁹ FERREIRA, 2016, p. 78.

¹³⁰ PITOMBEIRA. José Vidal C. José Vidal Chaves Pitombeira: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p.14.

também pelo local de autoridade que o encarregado ocupava, fosse nas obras ou como um funcionário do posto agrícola. Também lembra que Aceles Franco era “gente muito boa”.

Em outros momentos da entrevista, Vidal atribui a Aceles Franco requisitos de esperteza. No trecho da entrevista, quando falava que foi alistado com 11 anos apenas, José Vidal lembra de uma das obras que foram feitas no Bonhu naquele ano:

José Vidal – 11 anos, mas aí o seu Aceles fechou os olhos botou tudo aí. Esse açude que você viu essa barragem que tem aí na frente?

Venâncio de Oliveira – não, aqui tem uma barragem também?

José Vidal – tem uma barragem, aí na propriedade dele. ele aproveitou.

Venâncio de Oliveira – é na propriedade dele?

José Vidal – Era, na propriedade dele e do cunhado dele, ele aproveitou ali e fez o açude. O ano passado é que ficou seco, seco, seco e agora tomou água. aí só ele que encheu, levou água que uma benção.

Venâncio de Oliveira – em 58?

José Vidal – Foi, foi feito em 58, ele aproveitou... e outra coisa meu filho, feito só a braço de homem e num carrinho de mão, você ver o corte, quando você for aqui pelas pedras você ver o corte grande ali cavado todo a picareta sem nenhuma máquina. Cavado só no carrinho de mão, ali foi feito todinho.¹³¹

A conversa girava em torno do alistamento de José Vidal nas obras com 11 anos. Ele nos falou que isso foi possível, pois Aceles Franco era o encarregado pelos alistados, então tinha colocado ele para trabalhar: “mas aí seu Aceles fechou os olhos”, ou seja, ignorou a idade de Vidal e o empregou nas obras.

É interessante notar que nosso entrevistado logo em seguida começa a incluir outra ação de Aceles Franco, como uma realização tramada por ele em 1958: o aproveitamento das frentes para a construção de uma barragem na sua propriedade e de seus familiares. José Vidal nos conta essas ações de Aceles Franco em tom de confiança. Ele expõe a sua tomada de consciência de uma atitude que no período em que foi realizada se tratava de algo interno a organização das obras, inclusive uma ação que poderia ser vista como imoral ou eticamente errada.

Ao falar que Aceles Franco aproveitou os serviços para uma melhoria no terreno que pertencia a sua família, José Vidal tenta mostrar que sabia como algumas coisas se

¹³¹ PITOMBEIRA. José Vidal C. José Vidal Chaves Pitombeira: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 5.

desenrolavam internamente na organização das obras. Era uma forma de afirmar o seu local enquanto conhecedor dos acontecimentos no serviço.

Alessandro Portelli (1997) explica como a forma de lembrar tem relação com o momento da entrevista. Para Portelli uma das coisas que diferenciam as fontes orais de fontes escritas ou imagéticas é que, ao contrário das últimas, a fonte oral é baseada na transmissão daquele que conta e do que escuta o relato. É nesse processo que o entrevistado procura dar sentido ao lembrado, a partir do seu local do hoje, do presente. No momento do lembrar, aspectos identitários, de afirmação, são expostos ajudando na reelaboração, recorte e enquadramento da memória.

Outro ponto importante é pensarmos que o único encarregado lembrado por José Vidal é Aceles Franco. Francisco Mendes também não menciona o nome de outro engenheiro ou encarregado pela obra. A lembrança assim vai se delineando pelo contato e pelo conhecimento dos citados antes mesmo do alistamento.

Aceles Franco além de ser um morador da região era amigo dos entrevistados ou parentes destes. O contato com Aceles ocorria antes e depois de 1958. Talvez também por esse vínculo, José Vidal tenha conferido centralidade a Francisco Aceles Franco em sua memória sobre as obras. Ele o entendia enquanto um personagem importante, talvez o único, para a narrativa sobre as obras de emergência no Bonhu. O encarregado das obras em 1958 aparecia carregado de predicados e boas lembranças na memória de Vidal.

Além dessas inferências da memória ao explicitar a hierarquia e como esta era diluída em relações de amizade e admiração, no trecho acima José Vidal expõe algumas implicações com relação ao poder dos encarregados. Observamos na exposição do entrevistado o aproveitamento da estrutura criada pela execução das obras de emergência – mão de obra, material, recurso financeiro – para beneficiamento pessoal de encarregados do serviço. Francisco Aceles Franco além de alocar camponeses que procuravam as obras de emergência para trabalhar cuidando dos seus animais, como o pai de Francisco Mendes, também se beneficiava executando obras em suas terras.

Francisco de Oliveira aborda práticas semelhantes em sua obra “Elegia para uma Re(li)gião” de 1977. Nesse texto o autor marxista debate a ideia de Região Nordeste a partir das ações e políticas intervencionistas do Estado, a forma como as oligarquias locais tentavam manter o controle político e econômico da região e as ações das populações empobrecidas, principalmente campesinas.

Ao tratar sobre o DNOCS e as medidas contra as secas, Francisco de Oliveira explica como as oligarquias algodojeiras pecuárias se apropriam destas políticas em benefício próprio. O autor chama esse processo de “captura do Estado”:

O DNOCS dedicou-se, sobretudo, a construção de barragens para o represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros [...] Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas culturas de “subsistência” de várzeas, assim chamadas a ribeira das barragens.¹³²

Para Francisco de Oliveira essas práticas foram comuns na intervenção do departamento desde a sua criação. A construção de açudes públicos e açudes privados, os últimos geralmente menores, eram feitos visando o beneficiando da propriedade de grandes e médios fazendeiros. A criação de estradas e perfuração de poços também poderiam servir à mesma lógica. Ademais, havia o usufruto prático dessas obras: abastecimento de água para o gado, transporte de mercadorias, irrigação da plantação. Essas benfeitorias também serviam para a valorização mercadológica dessas propriedades.

O ponto que chama atenção nessa discussão, quando olhamos para Aceles Franco é que além de ser um indivíduo que possuía propriedades e animais na comunidade Bonhu, esse também era funcionário público do DNOCS e foi encarregado das obras de emergência realizada ali em 1958. A sua posição de influência era aproveitada em benefício próprio, no direcionamento de parte da mão de obra para serviços em suas terras, como na construção de um açude em sua propriedade.

Essa problemática do usufruto de mão de obra e materiais por funcionários dos órgãos responsáveis pelas frentes para interesses privados, além de expressa na oralidade também está presente nos próprios documentos oficiais do DNOCS. Ainda no relatório de 1959, na exposição do sobre a ocupação de cargos no órgão, João Cândido de Castro Parente mostra que a falta de pessoal tecnicamente qualificado acarretava outros entraves:

A referida publicação cita, ainda, um outro aspecto da questão que, aliás, é comum, a toda administração nacional “é o verdadeiro regime de suspeição em relação a aplicação de recursos destinados as obras. Atribui-se a um técnico a responsabilidade da gestão de obras da mais alta importância e na hora de executá-las ele passa a ser suspeitado como um **peculatório em potencial** ¹³³ (grifo nosso).

¹³² OLIVEIRA, 1977, p.54

¹³³ DNOCS, *Relatório*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 1, setembro de 1960, p. 17.

Mais uma vez é ressaltado o problema da qualificação dos funcionários do departamento. Contudo, aqui, essa dificuldade não compromete apenas as atividades técnicas de execução das obras, mas cria um clima de desconfiança com os indivíduos “não qualificados” que assumiam cargos no DNOCS. De acordo com o documento aqueles sujeitos seriam “peculatórios em potencial”.

A prática de peculato anunciada por José Cândido Castro Parente Pessoa era a ação de retirar ou desviar por abuso de confiança, dinheiro ou bens públicos para benefício próprio¹³⁴. Isto é, indivíduos que ocupam funções de responsabilidade em alguma instituição estatal e que lidavam com recursos públicos e utilizavam dessa posição de poder para se beneficiarem financeiramente de maneira indevida, fosse pela influência, que o cargo lhe proporcionava ou pelo recurso, que estava sob seu controle.

O cruzamento de fontes, isto é, as memórias de Vidal e os documentos do DNOCS, nos permitiram perceber que a situação narrada por José Vidal ao lembrar de Aceles Franco não era excepcional dentro do DNOCS. O encarregado das obras no Bonhu se enquadrava na descrição acima ao se beneficiar da posição de mando dentro do serviço para fins privados, “aproveitando” de sua condição como narra nosso entrevistado.

Debatemos situações semelhantes em outros momentos deste texto, mas focando em sujeitos que não faziam parte da organização do serviço em si. Aqui notamos que esse beneficiamento privado não era restrito apenas a uma classe política que detinha terras e bens materiais, mas envolvia funcionários e encarregados pelo serviço.

No caso, Francisco Aceles Franco e os demais “peculatórios em potencial”. A condição de Aceles Franco era possível, pois esse possuía terras e gado na própria comunidade rural em que as obras foram realizadas. Como já frisamos, ele era do Bonhu e já trabalhava como guarda para o DNOCS, passando em 1958 para uma função de responsabilidade nas obras.

Os camponeses que procuravam as obras de emergência acionavam as suas relações de amizade e familiares para a obtenção dos alistamentos e empregos nas obras. Nessa acepção, conhecer Francisco Aceles Franco proporcionou ao pai de Francisco Mendes um emprego diferente de seu filho, mas com ganho semelhante durante o período de seca. Nas próximas páginas iremos notar como essas relações foram acionados pelos diversos camponeses nas obras de emergência do Baixo e Médio Jaguaribe.

¹³⁴ Ver Dicionário Jurídico / Direito.Net. Link: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/419/Peculato#:~:text=%C3%89%20um%20crime%20cometido%20pelo,em%20proveito%20pr%C3%B3prio%20ou%20alheio.>

3.3 “Alevanta a camisa pra ver se já sarou o imbigo”: crianças alistadas e arranjos familiares

Crianças e adolescentes alistados em obras de emergência não constitui algo novo em nossa explanação. Alguns dos relatos abordados nesse texto são trajetórias de indivíduos que muito novos trabalharam nas frentes, entre alguns exemplos estão José Vidal, Antônio Lima e Francisco Pereira. É verdade que durante a seca de 1958 foram vários os jovens, adolescentes e crianças que, juntos de seus familiares ou desacompanhados, procuraram os alistamentos do governo. Contudo em documentos oficiais do DNOCS como relatórios e boletins, esses indivíduos são pouco mencionados.

No primeiro momento essa ausência dificultou o nosso entendimento sobre a questão, mas ao passo que a pesquisa foi se desenvolvendo buscamos entender os vários significados dessa falta. A primeira hipótese que aventamos é que não existia por parte dos órgãos encarregados uma preocupação com a idade dos alistados nas obras em 1958. Isso de forma geral. Faltava nessa documentação, qualquer referência sobre a faixa etária dos trabalhadores e também não estava esboçada ali diretrizes, que proibiam ou não jovens de serem alistados, deixando esse ponto em aberto.

Fernanda Lucchesi toca na questão do alistamento de crianças em sua tese “O Feijão de Zé Américo: terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o Caso de Curemas”, apresentada para o programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade de São Paulo – USP em 2017:

Se havia tomado como praxe alistar cerca de 15% do contingente de trabalhadores de crianças, admitidos pelo “plano humanitário”, mas que o trabalho de menores havia sido suspenso em novembro de 1932 devido a reclamações recebidas. A admissão de menores passou, então, a ser feita apenas quando a família dependia de seu trabalho, apesar do encarecimento da obra.¹³⁵

Nesse ponto de sua discussão a autora explica uma alta demanda de pessoas que procuravam os alistamentos durante a estiagem de 1932 e como o IFOCS estava tentando controlar o ingresso desses sujeitos nas obras. As crianças e as mulheres faziam parte de um grupo que tinha a sua permanência nas obras questionada. Eram aceitas dentro de um quantitativo específico sob a perspectiva do “plano humanitário”, ou seja, do entendimento, que as obras funcionavam como medidas assistenciais para toda a população pobre que estivesse passando por dificuldades, devido à seca.

¹³⁵ LUCCHESI, 2017, p. 51.

Mesmo que o texto de Lucchesi (2017) não aborde o período que estamos trabalhando, ela nos ajuda a entender os parâmetros anteriores estipulados para o ingresso de crianças nas obras, e que poderiam ter se estendido ao contexto de nossa análise. Em 1932 as crianças tiveram a sua permanência restringida sob outro critério: a necessidade de ser o único provedor da família naquele período.

Esses parâmetros estabelecidos pelos encarregados em 1932 parecem ter feito parte de um consenso entre os responsáveis pelo alistamento em 1958. Da mesma forma, os sujeitos, que buscavam os alistamentos também tinham ciência dessas estratégias dos encarregados. Utilizavam-se delas para conseguirem emprego. Observamos tal situação em narrativas já abordadas em nossa pesquisa, como a trajetória de Antônio Lima. Este mentiu sobre a sua condição, fingindo ser o único provedor da casa (filho da viúva) para conseguir o trabalho.

O alistamento de crianças e a sua permanência das obras ocorria dentro desses acordos e arranjos realizados entre os encarregados e os trabalhadores, como na prática solidária entre os próprios alistados. Francisco Pereira mesmo conseguindo o alistamento sabia que não estava garantido nas obras. Assim utilizava da fuga aos carrascos para não ser notado pelos fiscais, contando com a ajuda de seus pares para isto. Ainda que sua permanência nas obras fosse questionada, a mentira e o anonimato lhes fizeram bem.

No entanto, não era sempre ser desconhecido pela organização das obras facilitava a permanência daquele indivíduo no serviço. Pelo contrário, em alguns casos ser próximo do encarregado pelo alistamento poderia ajudar essas crianças a conseguirem seus empregos e se manterem neles. Voltemos mais uma vez à entrevista de José Vidal Chaves Pitombeira, pois esse também foi uma criança alistada nas frentes de trabalho executadas no Bonhu:

José Vidal – Aí eu fui me alistar e ele era um encapetado, quando eu subi eu aumentei um ano, ele conhecia todos os anjos.

Venâncio de Oliveira - Ai era?

José Vidal – Era, era um homem inteligente, aí foi quando eu subi. Ele disse: "quantos anos baiano?". Aí a fala dele era macia. Eu disse: "11". Ele disse: "alevanta a camisa, para ver se já sarou o imbigo":

Venâncio de Oliveira - Ah foi? (risos).

José Vidal – (risos) Ele era encapetado. Aí tudo bem. Aí ele foi me alistou, me apontou foi no sete ou no oito do mês. Eu ainda me lembro o nomezinho verde, carteirinha verde. Me botou com 40 mil réis e me disse: "não amostre sua caderneta

a ninguém". Aí foi três meses que eu passei numa boa. O meu pai não ligava para nada. Assim, era feitor também da turma.¹³⁶

A conversa com José Vidal aconteceu na parte externa de sua casa próximo de uma cerca baixa de pau a pique. A nossa entrevista começou mais ou menos as 15:00 horas e foi até as 17:00 horas, quando ele pediu licença para tanger um pequeno rebanho de cabras para dentro do cercado. Mesmo com seus 71 anos, José Vidal ainda realizava afazeres domésticos e cuidava desses caprinos e do terreno, que circundava a sua casa.

José Vidal na sua infância tinha um perfil semelhante ao de outras crianças que moravam no Bonhu em 1958. Eram crianças que ajudavam os pais na roça. Estes, que além dos afazeres domésticos também trabalhavam no Posto Agrícola de Santo Antônio de Russas. Nesse trecho da entrevista estávamos conversando sobre o seu alistamento nas obras em 1958. Como já comentamos no tópico anterior, ao tratar desse primeiro momento, ele se referiu várias vezes a Aceles Franco, um encarregado do serviço que possibilitou a admissão dele nas obras.

As entrevistas de José Vidal, Antônio Lima, Francisco Pereira remetem à memória de idosos no esforço de lembrar das suas infâncias. As percepções que fazem parte da narrativa são de pessoas, que já tiveram uma série de vivências após o marco temporal elaborado na entrevista, 1958, quando eram crianças. Todos eles posteriormente construíram família e tiveram outras experiências de trabalho e de “outras infâncias”: filhos, sobrinhos e netos.

O que nossos entrevistados narram se trata de maneiras como eles interpretam aquele período.¹³⁷ Nesse sentido a infância para eles aparece como uma fase de autonomias, em que se era permitido executar determinadas ações. Quando eles lembraram situações, que feriram a ordem existente, fosse à autoridade paterna ou da própria lógica do serviço, isto foi contado de maneira jocosa. A lembrança é coberta por uma série de sentimentos, que deveriam ser expostos no momento da entrevista. Existia então a tentativa de transmitir para o entrevistador suas espertezas e perspicácias no feito.

¹³⁶ PITOMBEIRA. José Vidal C. José Vidal Chaves Pitombeira: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 3.

¹³⁷ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994: Para a autora, a memória de velhos aparece como uma forma de evocação. A lembrança de um passado que busca funcionalidade na transmissão de seus atos como conselhos, ensinamentos que devem ser repassados para os mais novos. Mesmo assim não deixa de ser uma evocação com recortes e enquadramentos, existindo marcos para determinadas situações: “A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, ressignificação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte” (BOSI, 1994, p. 33)

Ao mesmo tempo é uma lembrança permeada por uma nostalgia da juventude. Quando falam sobre esse período um sorriso insistente vinha aos seus rostos como se voltassem a reviver alegremente aquele momento. Essa maneira de lembrar não exclui relatos sobre responsabilidades, dificuldades e respeito a determinados códigos familiares. Lembranças ruins e traumáticas também surgiram nas entrevistas. Mas esse aspecto saudoso é fortemente ressaltado, quando tratamos das suas infâncias.

José Vidal rememorou que Aceles Franco o ajudou no seu alistamento e em sua permanência na obra. Ele o chamou de homem “encapetado”, se referindo a alguém agitado ou esperto. Isso é reforçado, quando ele diz que o próprio encarregado era um sujeito “muito inteligente”. Para José Vidal foi essa esperteza, que fez com que ele fosse alistado nas obras. Esperteza que de alguma forma ele partilhava.

Na lembrança de José Vidal este homem conhecia “todos os anjos”, uma maneira de falar que ele conhecia todas as crianças, que ali moravam e circulavam. Foi também Aceles Franco que ajudou no alistamento de José Silvestre, demonstrando uma prática comum desse sujeito em relação a alguns alistamentos.

Voltamos assim ao ponto inicial da discussão. Diferente de 1932, quando a ordem para o emprego de crianças estava às vistas e foi elaborada pelo IFOCS, não podemos fazer a mesma afirmação sobre a existência dessa diretriz formal para o emprego de crianças em 1958.

Todavia, devido as diferentes experiências para o ingresso e permanência desses sujeitos no serviço, notamos que essa condição não seguia apenas critérios formais estipulados pelos órgãos em questão. Envolve acordos desenvolvidos pelos sujeitos no momento do alistamento e na continuidade da obra. As estratégias de controle e funcionamento esbarravam com as práticas, apropriações e formas de burlar.

A proibição do emprego de crianças também parece ter ficado ao critério dos encarregados. A aceitação e permanência delas dependiam de vários fatores: arranjos desenvolvidos pelos trabalhadores para driblarem a fiscalização, acordos realizados com os chefes de serviço, aceitação por parte dos outros funcionários, assim como dos próprios alistados. Uma rede complexa de sujeitos, expectativas e experiências.

A entrevista de Vidal traz alguns indícios para pensarmos assim. O entrevistado lembrou que seu pai era feitor da obra e que ambos conheciam o chefe do serviço, Aceles Franco. O pai de José Vidal estava de acordo com a entrada dele no serviço, assim como garantia a sua permanência ocupando um cargo de responsabilidade na obra. Daria suporte

caso fosse necessário. A presença de familiares ocupando funções ou apenas alistados nas mesmas turmas poderia proporcionar essa permanência.

Em outras entrevistas com pessoas que foram alistadas, quando eram crianças nas obras do Bonhu, percebemos situações semelhantes: o pai de José Silvestre era guarda no Posto Agrícola antes de 1958 e tinha proximidade com pessoas, que trabalhavam no DNOCS. As redes familiares e amistosas constituíam assim laços implícitos, que não figuravam nos quadros oficiais, mas que são possíveis de serem desvelados aqui a partir das memórias dos entrevistados.

José Vidal quis mostrar para o entrevistador suas espertezas e astúcias. E são por elas que vamos entender outro aspecto desses possíveis acordos realizados no alistamento. No mesmo trecho transcrito acima José Vidal ressalta que ganhava “40 mil réis”¹³⁸, e que foi aconselhado por Aceles Franco para não mostrar sua caderneta para ninguém. O que teria em sua caderneta, que não deveria ser visto? Perscrutando outras fontes podemos levantar hipóteses sobre o significado de tal recomendação.

No dia 16 de maio de 1958 foi publicado uma matéria completa no jornal carioca de circulação nacional, Correio da Manhã, sobre a seca e as frentes de trabalho. O título era: “Pelos ressequidos sertões do Nordeste”¹³⁹. A autoria do texto foi de J. Carneiros Bonfim, correspondente do jornal que visitou o Nordeste em meio à seca para escrever sobre os alistamentos em obras de emergência. O texto é bem extenso e foi publicado acompanhado de uma série de fotografias. Uma delas mostra crianças que foram alistadas nas frentes:

Figura VI – Meninos 8, 9 e 10 anos alistados em obras de emergência, 1958

¹³⁸ Em várias entrevistas os trabalhadores utilizaram o termo “réis” para se referir o valor recebido como pagamento nas obras. Em 1958 a moeda corrente era o cruzeiro e não os réis que esteve em curso período Imperial e início da República.

¹³⁹ CORREIO DA MANHÃ. Fortaleza: 16 de maio de 1958, p. 47.



Fonte: Correio da Manhã, 16. 05.1958, p. 47 – foto extraída da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 2018.

As três crianças aparecem de chapéu na cabeça, descalças, enfileiradas e com instrumentos de trabalho sobre o ombro. A foto foi impressa na mesma página da matéria, do lado esquerdo do início do texto, e abaixo de uma outra imagem, que toma toda a parte superior da folha, onde vemos uma mata baixa ressecada com pequenas elevações geográficas no plano de fundo sem um horizonte definido, representando o “sertão ressequido”, que nomeia texto.

As historiadoras Vânia Carneiro e Solange Ferraz (2013) lembram que as fotografias podem ser usadas para criar ou fomentar um discurso sobre algo. Podendo vir acompanhadas por um texto escrito, isoladas ou publicadas junto a outras imagens. Desse modo a fotografia aparece como forma de linguagem, que busca comunicar e ao mesmo tempo ser interpretada em sistema de trocas de informações entre o produtor e aquele que a visualiza.

Nesse sentido, olhando as imagens que acompanham o texto da matéria como um conjunto, entendemos que a foto das crianças faz parte de uma composição imagética do jornal na tentativa de abordar os vários aspectos, que compõem a seca, ou melhor, os aspectos que foram elencados pelo jornal e que estavam de acordo com o texto da matéria: pobreza, fome, trabalho pesado, natureza morta e uma exaltação da resistência física da população

nordestina, que foi evidenciada a todo momento no texto¹⁴⁰. A fotografia das crianças representa mais um desses aspectos, ela não é a imagem principal, mas contribui com a narrativa pretendida.

Olhando para a foto em si, podemos notar como os elementos, que compõem a imagem e os objetos mobilizados corroboram nessa criação narrativa de pobreza e trabalho. As crianças foram posicionadas em fila com enxadas nos ombros. A ferramenta exprime a ideia do trabalho braçal, na lida com a terra, do serviço pesado. A enxada é bem maior que as próprias crianças.

É como se o peso do trabalho estivesse sobre os ombros daqueles sujeitos. A legenda que acompanha a foto reforça essa ideia: “Meninos 8, 9 e 10 anos, de enxada ao ombro, prontos para a faina nas “frentes de trabalho” onde ganham 20 cruzeiros por dia para matar a fome”.

Além de apresentar uma interpretação do jornal sobre a fotografia, que em certo ponto crítica a ideia do trabalho de crianças nas obras, mas tem aceitabilidade pela questão da pobreza, a legenda também expõe a relação de trabalho pesado que aquelas crianças estavam imersas: ganhavam muito pouco para trabalharem e estavam em condições precárias.

Outro ponto que chama atenção na legenda é o valor recebido pelas crianças apresentado ali. Percebemos nesses valores um conflito narrativo em relação ao que foi falado por José Vidal no seu alistamento. É sabido que os adultos recebiam a diária de 40 cruzeiros em vales resgatáveis nos abastecimentos, trocados por mercadorias. Segundo a reportagem as crianças que eram empregadas nas obras recebiam a metade disso. Havia uma diferença do valor pago às crianças, que foi exposta na matéria do que foi dito pelo nosso entrevistado.

José Vidal, criança, recebia como um adulto. O acordo lembrado na entrevista era uma forma do entrevistado falar que também fazia parte das espertezas de Aceles Franco. Ele conseguia receber a mais na obra. Isso pode ter motivado ele a esconder sua caderneta e não mostrar para qualquer pessoa, visto os possíveis problemas que essa exposição poderia ocasionar.

Não podemos aferir se outras crianças em obras de emergência recebiam como adultos ou se este era um caso isolado. Em nossas entrevistas não foi perceptível narrativas semelhantes. O que importa aqui é pensarmos na existência de arranjos feitos entre

¹⁴⁰ O texto de J. Calheiros Bonfim “Estoicismo de amor” que acompanha essa série de fotografias, aborda em vários momentos a força da população nordestina e um aspecto circular da seca. O sertanejo é visto em uma perspectiva “naturalista”, como determinado pelo sertão, pelas árvores, pelo clima. É um resistente a todo momento. É possível notar uma perspectiva “euclidiana” na composição narrativa expressa ali.

encarregados e alistados, observando que essas articulações também eram realizadas pelos responsáveis das obras.

Nas trajetórias dos indivíduos abordadas no decorrer do capítulo, ter proximidade, não ser “anônimo” perante as pessoas que ocupavam funções nas obras era benéfico àquelas crianças. Por isto a afirmação de Vidal sobre Aceles Franco: “ele conhecia todos os anjos”, e era isso, que proporcionava o trabalho.

Quando não era possível esse tipo de proximidade os alistados se utilizavam da “arma dos fracos” como aborda James Scott (1992). A mentira, a dissimulação da ordem existente, a fuga para passar despercebido perante a autoridade existente ali eram formas de resistências dentro da lógica daqueles camponeses.

Levando em consideração as questões abordadas até aqui, acreditamos que seja necessário a discussão mais apurada do que significava ser criança nas obras de emergência de 1958 e se elas estavam ou não na mesma posição que os adultos. Já percebemos que a permanência desses indivíduos nas obras poderia ser contestada e dependia de uma série de fraturas e arranjos naquele sistema disciplinar e hierarquizado. Cabe agora entendermos algumas questões que dizem respeito às condições de trabalho delas naquela situação.

3.3.1 Infância campesina nos limites do trabalho

Outra criança que foi alistada em 1958 nas obras do Bonhu foi José Lídio de Sousa. Encontramo-nos com Lídio em uma tarde depois de andar boa parte do distrito conhecendo nossos entrevistados. Ele estava sentado em uma cadeira de balanço no alpendre de sua casa, que era uma das mais antigas do distrito. O alpendre cobria apenas o front da residência, e mesmo assim, o clima dali era ameno, pois além da cobertura que aquela estrutura proporcionava, uma árvore frondosa na frente de sua casa formava uma sombra que se estendia até a beira da rua.

Há pelo menos três gerações os familiares de Seu Lídio residem no distrito do Bonhu. Seus avós moravam ali, assim como seus pais, tios, tias, primos e primas. Ele nasceu na comunidade em 1947 e foi o segundo filho de uma família de 4 irmãos. Passou parte de sua vida rodeado de seus parentes como a maioria das famílias.

Seu pai Raimundo Fernandes de Sousa foi funcionário do Posto Agrícola durante 35 anos. Ele começou a trabalhar para o órgão em 1958, quando se alistou nas obras, mas depois exerceu a função de guarda do posto. Sua função era cuidar da segurança daquela área

que era propriedade da União, vigiando a zona de plantio, guardando a estrutura física do posto e as pessoas residentes ali.

Além do trabalho de guarda, seu pai possuía uma pequena área de plantio na comunidade. Dessa forma, a infância de Lídio foi semelhante a de outras crianças, que moravam na zona rural da região: ajudando os pais nas atividades domésticas, trabalhando na roça e cuidando dos poucos animais do sítio.

O encontro com Seu Lídio foi muito agradável, passamos a tarde conversando sobre sua vida e as obras de emergência em 1958. Em determinado ponto de nossa conversa, tocamos no assunto das cadernetas recebidas pelos alistados:

Venâncio de Oliveira – E uma dúvida aqui. É, o senhor falou sobre essas cadernetas né?

José Lídio de Sousa – Era.

Venâncio de Oliveira – O que era que vocês anotavam nessas cadernetas?

José Lídio de Sousa – Não, tinha o meu nome, na minha né?! Eu pegava a minha, todos os meses. Tinha uma cadernetinha. Eu pegava a minha e papai pegava a dele né?! Aí todo dia meu Tí carimbava... de manhã né?! Aí ia trabalhar, quem ia trabalhar né?! Papai ia trabalhar e eu ia também. Aí papai carimbava a dele, sabe, do dia 1 ao dia 30 né, vamos dizer. E o Tí Nel, que era o meu tio, que era apontador, apontava a minha né?! Tuco tuco tuco tuco [oralizando o som que o carimbo fazia]. Os 30 dias. Eu ia, eu ia pra casa. Eu ia né?! Tinha 11 anos nera? E papai ia trabalhar. Continuava trabalhando.¹⁴¹

O tio de José Lídio, Manuel Fernandes de Sousa, era o apontador da turma que seu sobrinho foi alistado. A sua responsabilidade era marcar pontos – daí o termo “apontador” – nas cadernetas dos trabalhadores que iam para o serviço. Essa função colocava Manuel Fernandes de Sousa em uma posição hierárquica acima de José Lídio dentro da organização das obras.

Cada trabalhador só partia para o serviço depois da chamada realizada pelo apontador e da marcação das cadernetas. Dessa forma, a função do apontador era central para o funcionamento da estrutura disciplinar das obras de emergência. Era uma estratégia de controle sobre os alistados. Com os pontos, os encarregados sabiam quem faltava no serviço, mensuravam a quantidade de pessoas nas obras, controlavam os horários do trabalho e o quantitativo de mercadorias que seriam recebidas nos fornecimentos.

No trecho acima não fica nítido o trabalho que José Lídio realizava, mas é possível evidenciar uma tática desempenhada por ele e por seu tio para transgredir essa

¹⁴¹ SOUSA. José Lídio. José Lídio de Sousa: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. I arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 4.

estrutura disciplinar: a marcação completa dos dias trabalhados em sua caderneta. Como Manuel Fernandes de Sousa marcava todos os pontos da caderneta de seu sobrinho de uma só vez, o menino Lídio ficava desprendido do trabalho e, quando fosse ao fornecimento, receberia tranquilamente seu pagamento em mercadorias, já que sua caderneta estaria completa.

Mesmo ocupando uma posição de responsabilidade e confiança dos encarregados das obras, Manuel Fernandes ainda era tio de José Lídio. Os laços familiares se misturavam e sobrepunham à estrutura disciplinar nas obras. Mais uma vez a participação de parentes ocupando funções de responsabilidade garantia que algumas crianças do Bonhu tivessem uma melhor seguridade e permanência no cotidiano precário do serviço. José Vidal tinha seu pai, que era feitor. Lídio tinha o pai alistado e seu tio apontador.

Diante dessas práticas e redes de solidariedade estabelecidas entre amigos e familiares é possível percebermos como o cotidiano surge como um tempo de invenções, burlas e táticas. Tática no sentido empreendido por Michel de Certeau (1994), como cálculos que são operados no dia a dia pelos homens ordinários em suas trilhas sinuosas e margens de manobra. Daí a possibilidade de perceber as ações operadas pelo DNOCS como estratégias, como o cálculo operado de um lugar próprio buscando controlar o tempo e os indivíduos das obras.

Nesse contexto, além dessa tática utilizada por Lídio, é interessante notar como os limites do trabalho de crianças foram refletidos pelo nosso entrevistado. José Lídio ao falar que ia para o serviço apenas para marcar sua caderneta, legitima esta ação com base na sua idade: “eu ia pra casa, eu ia né, tinha 11 anos”. A fuga era permitida, porque ele era criança. Essa justificativa foi frisada em outros momentos de nossa entrevista, quando abordamos o assunto do trabalho:

José Lídio de Sousa – Era, tomava de conta da turma né. Aí pronto, aí acontecia isso aí né. Ele ajudava eu, por esse lado né.

Venâncio de Oliveira – Era. Mas rapaz. Então o senhor a trabalhar, o senhor não chegou ir à...

José Lídio de Sousa – Não, tive, tive de trabalhar um poquim (pouquinho).

Venâncio de Oliveira – Teve de trabalhar.

José Lídio de Sousa – É, “carrim” (carrinho) de mão, botava umas “carradinhas” pequenas viu, eu tinha 11 anos né, tive de botar umas “carradinhas”. Mas era pouca

né, botava umas carradinha né, assim de tarde, até horas, sete dias, depois me escapulia.¹⁴²

A lembrança expressa nesse trecho é de um idoso avaliando o seu trabalho em 1958. Reconstruindo sua experiência com fragmentos de sua memória. É do Lídio que nos cedeu uma entrevista em 2018 sobre o menino Lídio, de 60 anos antes, que foi alistado nas obras do Bonhu e que teve ajuda de seu pai e tio no serviço. O limite e justificativa de suas práticas são recortes colocados pelo José Lídio de 2018. Para ele, trabalhar menos que um adulto fazia sentido, pois ele era uma criança. As “carradinhas” eram o bastante.

A ideia de infância exposta na narrativa de José Lídio é de um indivíduo frágil fisicamente, que tinha pouca força para determinados tipos de serviços. Isso é acentuado por ele se encontrar em um contexto de dificuldade alimentar e crise na economia familiar. Ter onze anos significava para Lídio, que ele ainda era despreparado para o trabalho nas obras. Marcos que parametrizam que tipo de trabalho pode ou não ser conferido aos indivíduos.

Entretanto, os limites elaborados por José Lídio tratam do trabalho de crianças nas obras de emergência. Não necessariamente narram sobre o entendimento de nosso entrevistado sobre o trabalho de crianças na zona rural. Não que o último não tenha limites, mas que estes dependem do contexto social e econômico da família em questão.

Como já exposto, José Lídio em sua infância participava de atividades laboriosas com sua família no sítio em que moravam. Além disso, a pesca e a caça aparecem em suas memórias como momentos lúdicos da infância, de uma atividade boa. Esta forma de lembrar do trabalho na infância é semelhante às memórias de outros entrevistados, como as de Francisco Mendes. Este nos contou com felicidade sobre a pega de gado no mato e das brincadeiras nos açudes com animais. O trabalho que acompanha Francisco Mendes em sua memória, da infância à vida adulta, também é um companheiro de Lídio.

Nesse sentido, ao falar que transportava “umas carradinhas” de areia e que depois se “escapulia”, justificando sua fuga em virtude da tenra idade, José Lídio diferenciou a própria relação de trabalho nas obras do trabalho nos sítios, em casa. A obra nesse contexto não era um local para o menino Lídio.

Marilda Aparecida de Menezes (2002) em seu texto “Memória de infância de mulheres e homens camponeses” aborda sobre os significados que a infância pode ter para os indivíduos na fase adulta. Entre os aspectos estudados pela historiadora, a experiência de

¹⁴² SOUSA. José Lídio. José Lídio de Sousa: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 5.

trabalho na infância torna-se central na narrativa de seus entrevistados. Para tal texto, a historiadora entrevistou uma série de moradores do interior da Paraíba, mais especificamente do município de Fagundes, agreste daquele Estado.

Geralmente o trabalho na infância apareceu na memória desses camponeses relacionados a um período de dificuldades econômicas enfrentadas pela família dos entrevistados, do sofrimento infantil, quando as crianças desde muito novas aprendiam a ter responsabilidades com a casa e com seus pais. A composição familiar apresentada nessas entrevistadas foi de famílias com muitos filhos e pouca renda. As crianças tinham que trabalhar para ajudar no sustento da própria casa.

Além disso, esse trabalho é entendido como um ensinamento passado de pais para seus filhos: meninas e meninos. Não era apenas uma atividade laboriosa de cunho econômico, mas fazia parte da forma de reprodução social daquele modo de vida campesino, dos ensinamentos de valores éticos, morais e técnicos formativos para tal serviço. Nas palavras da própria autora:

Trabalhar como criança é assumido assim como uma necessidade de cooperação familiar. O trabalho de crianças não apenas se insere na cooperação familiar, na unidade de produção camponesa, mas se constitui como um aprendizado de um ofício, de agricultor, bem como do aprendizado moral, pois os que se criam através do trabalho estão se formando como cidadãos dignos e honrados.¹⁴³

Ter ajudado sua mãe e seu pai nas atividades do sítio, na lida com a roça, com os animais de criação, na caça e pesca, nos afazeres domésticos possui um significado diferente para o José Lídio em comparação ao trabalho nas obras. O serviço realizado no seio familiar é visto como uma obrigação, de cooperar com o sustento da família e necessário para a formação de um sujeito honesto. Lembrar de forma positiva sobre esse tipo de serviço é como se nossos entrevistados justificassem o seu local de sujeitos dignos hoje por terem trabalhado na infância.

O período em que o menino Lídio passou alistado nas obras do Bonhu foi percebido como um momento deslocado de sua trajetória, diferente do trabalho no sítio. Os motivos de se alistar partiam da mesma perspectiva de cooperação familiar, em ajudar na renda da casa, mas era visto por uma forma disciplinar diferente, em que estrutura não é organizada pela presença de uma autoridade interna, mas por uma ordem de terceiros.

¹⁴³ MENEZES, 2002, p.191.

Dizer isso não significa que seus familiares não ocupam espaços nessa estrutura das obras. No caso de Lídio, as relações familiares são diluídas na organização das obras de uma forma ou de outra. Isso é nítido nas ajudas mútuas realizadas entre tio, pai e sobrinho. A questão é que pela sua irregularidade era permitido dissimular sua ordem, infringir sua disciplina, principalmente se fosse um serviço, que era avaliado por nosso entrevistado enquanto precário para uma criança.

Sobre a inadequação de crianças e jovens alistados nas obras de emergência, no trecho da entrevistada com José Vidal transcrito aqui, essa preocupação aparece de outra forma. Ao ser perguntado sobre sua idade, José Vidal fala que tinha onze anos. É interessante notarmos a resposta dada por Aceles Franco, o encarregado pelo alistamento: “alevanta a camisa para ver se já sarou o inbigo”. A expressão sarar o “inbigo” ou o umbigo faz referência à fase de crescimento do ser humano: de maneira literal a passagem do recém-nascido para a idade infantil, quando o cordão umbilical cicatriza.

No caso de Vidal foi atribuído um sentido metafórico que também representa uma passagem. Esta exprimiu a ideia de um sujeito ter amadurecido o bastante para acessar determinados meios e espaços. Lembrando que esses valores de “amadurecimento” são estipulados de acordo com o contexto e meio social em questão.

Vidal tinha experiência de trabalho semelhante à de Lídio, os dois, quando crianças também executaram atividades laboriosas em seus sítios com suas famílias. Já o serviço nas obras por ser apresentado de forma diferente, exigia que José Lidio estivesse preparado para aquele tipo de trabalho. Mais uma vez fora apresentada a diferença entre os serviços, que eram realizados em sua casa e aqueles feitos nos canteiros de obras.

Nesse sentido, a noção expressa no diálogo de Vidal com Aceles era a dúvida se o primeiro estava preparado para ser empregado. Esse trecho, mesmo que pareça um episódio anedótico no alistamento, de uma brincadeira feita entre um adulto com uma criança, pode nos revelar a percepção acerca do trabalho de jovens nas obras, como uma inadequação para aqueles sujeitos estarem no serviço.

Analisar comparativamente esses aspectos do trabalho na roça, do serviço doméstico e do o trabalho executado nas obras de emergência, não significa dizer que o primeiro fosse menos desgastante ou menos precário, que o segundo. Contudo, incorriam em dinâmicas diferentes e com propósitos distintos. Por isso há a necessidade de diferenciação, principalmente a partir da avaliação sobre crianças trabalhadoras nas obras.

4 NA PONTA DA CADERNETA

Venâncio de Oliveira – E a barraca até lá, 1 km para lá?

José Vidal – Por todo o canto existe a barracal. Era muito barraco! E no beijo do Açude subindo também todo canto tinha barraca.

Venâncio de Oliveira – Subindo para lá, barraca?

José Vidal – Aí meu filho quando tava numa greve que faltava mercadoria e que eles queriam invadir!

Venâncio de Oliveira – Aí eles queriam invadir?

José Vidal – Era, porque a fome, né? Ali tinha uma fila de pezinho de coco que eu me lembro era a gente dando ataque, velhinho e tudo. Aí eu me lembro que faltou mercadoria. Aí o seu Acelis era um homem muito danado, muito atencioso. O pessoal tinha muito respeito por ele. Aí o caminhão vinha subindo, o caminhão Chevrolet azul, cabine só duma cabinezinha, carregou. Ainda me lembro: uma carrada de farinha. Vinha subindo alto, numa primeira medonha resolveram. Quase o carro não sobe a farinha bem branquinha. Parecia Araripina. Aí quiser invadir. Eu ainda me lembro disso. Aí ele foi e pediu: “calma, calma, calma que eu vou distribuir”. Aí o seu Arcelis subiu e derrubou umas duas sacas ou três assim. Mas menino, parecia piaba assim na água. Ajuntaram tudo...

Venâncio de Oliveira – Isso foi aonde?

José Vidal – Ali no Mundola, no fornecimento ali da quadra ali, no posto de saúde ali naquela frente ali. Não tem o posto de saúde? Não tem aquela frente, né? Pois era ali o fornecimento.¹⁴⁴

O diálogo acima é parte da entrevista realizada com José Vidal Chaves Pitombeira. As perguntas giravam em torno dos fornecimentos: estabelecimentos, que eram presentes nas obras e funcionavam como armazéns. Local em que os alistados trocavam seus dias trabalhados por mercadorias.

O relato de nosso entrevistado sobre os dias de pagamento não abordou o esperado de uma normalidade no serviço, quando os alistados pegavam suas mercadorias e voltavam para suas barracas. Ao invés disso, nos foi apresentada uma situação conflituosa: a tentativa de saque do fornecimento por um grupo de trabalhadores.

Os saques a armazéns, comércios, transportes de carga e fornecimentos estão entre os temas analisados pela historiografia cearense. Frederico de Castro Neves desenvolveu um estudo fundamental para o entendimento dessas ações de massas durante as secas na primeira metade do sec. XX: “A Multidão e a História”. Uma das preocupações do autor foi contestar o

¹⁴⁴ PITOMBEIRA. José Vidal C. José Vidal Chaves Pitombeira: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 9.

argumento, que descreve o saque como uma resposta automática da população em circunstância da fome. A barriga seria o motor das ações das classes populares para qualquer tipo de ação coletiva. O problema é que as análises, que partem desse argumento esvaziam a carga política dos saques e motins, engessando a ação dos sujeitos. Além disso, esquecem uma série de fatores estruturais, conjunturais, culturais, que proporcionam esses atos.

Em diálogo com E. P. Thompson (1998) nos seus estudos sobre os “motins da fome”, Neves mostra que os saques ou a ameaça deles durante as secas eram uma maneira de negociação dessa população com o poder público; e que isso era sedimentado por uma série de experiências anteriores reconhecidas pelos sujeitos, que praticavam o saque e pelos chefes das medidas contra as secas.

É importante pontuarmos que o relato de José Vidal mostra como ele experienciou aquele momento de conflito. Dessa forma o entrevistado trouxe várias informações em uma única passagem para pensarmos os saques nos fornecimentos: motivação das pessoas, o contexto em que ocorreu, quem eram os fornecedores e a forma como foi tudo resolvido. É uma memória com forte apelo imagético¹⁴⁵. Conhecendo a região é possível visualizar tudo acontecendo: a fila de trabalhadores debaixo dos coqueiros, a caminhonete Chevrolet azul e a farinha Araripina.

Em meio a esse conjunto de informações e noções apresentadas por José Vidal, iremos focar nesse capítulo o trato dos trabalhadores com os fornecimentos das obras de emergência. Através da entrevista de José Vidal e da bibliografia, que temos acesso, podemos notar uma série de relações conflituosas nesses espaços. Sejam elas de forma mais velada, como os saques, até maneiras mais implícitas de dissimular a ordem existente ali. Dessa forma buscamos relacionar as percepções dos nossos entrevistados e situações em uma escala micro para entendermos o macro, e vice e versa, ou seja, fazendo um jogo de escalas como assinala Jacques Revel (1996).

Para José Vidal a motivação da querela em questão foi à falta de mercadorias nos abastecimentos (“porque a fome, né?!”). Esta seria a principal causa do conflito. Além disso, a situação era agravada pelas precariedades diárias daqueles trabalhadores, pessoas que se encontravam doentes, “dando ataques” e um ambiente insustentável para pessoas idosas.

¹⁴⁵ RIOS, Kênia S. *Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará*. 2014. Neste texto a autora aborda o aspecto imagético da memória. Uma lembrança pode transmitir sentidos e noções sem citar necessariamente o assunto que se trata, o “dito” que esconde o “não dito”. Ao analisar uma narrativa sobre fome, o entrevistado em questão não chegou a comentar a falta de alimento, mas no trecho analisado pela historiadora uma série de elementos narrados expressavam uma situação de fome: a postura do pai da família e a posição das panelas de barro emborcadas no jirau.

Começamos por essas questões, pelo problema do abastecimento de gêneros em 1958 e as articulações, que cercam o sujeito fornecedor.

4.1 Entre a política e o alimento: a crise de abastecimento de 1958

Longe de ser um sistema livre de falhas, frequentemente faltavam mercadorias nos fornecimentos das obras em 1958. Quando os alimentos não chegavam, atrasados por problemas na própria distribuição e atuação dos órgãos responsáveis¹⁴⁶, era o repasse das verbas para os fornecedores, que não vinha, ocasionando agravamento da situação e acirramento de tensões entre os fornecedores e os órgãos públicos. É nessa conjuntura de falhas na distribuição de víveres, que encontramos eventos como o ocorrido na comunidade Bonhu narrado por José Vidal Chaves Pitombeira.

No dia 5 de julho de 1958 o jornal fortalezense *Correio do Ceará* noticiou que os fornecedores de alimentos das obras de emergência estavam sem receber repasses do Ministério de Viação e Obras Públicas - MVOP desde maio de 1958, ou seja, dois meses com falta de recursos¹⁴⁷. Segundo a matéria o problema era que as verbas destinadas ao Nordeste pelo MVOP não chegaram de forma completa. Até aquele momento o DNOCS e o 1º Grupamento de Engenharia só teriam recebido 15 milhões de cruzeiros do que era previsto em 25 milhões.

Conforme a notícia o empecilho do repasse de verbas também teria agravado a situação da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços – COFAP. Em nível federal, esta tinha a tarefa de adquirir gêneros alimentícios com o dinheiro do crédito rotativo aberto pelo MVOP. Em seguida, deveria vender para os estabelecimentos comerciais responsáveis pela distribuição nas frentes de trabalho, os fornecimentos.¹⁴⁸

O sistema de abastecimento funcionava da seguinte maneira: a COFAP comprava os alimentos em outras regiões do país e trazia para o Nordeste. Esses alimentos poderiam vir pelo mar, com a ajuda dos navios da Marinha Mercante, pela terra, por trens e caminhões ou pelo ar, com ajuda dos aviões da FAB¹⁴⁹. A COFAP também contava com comissões

¹⁴⁶ O JAGUARIBE. Aracati: ano XXVIII, n. 1444, 11 de maio de 1958, p. 1.

¹⁴⁷ CORREIO DO CEARÁ: Fortaleza, 5 de julho de 1958, p. 2.

¹⁴⁸ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 39.

¹⁴⁹ Força Aérea Brasileira.

auxiliares em níveis estaduais para esse trabalho: a Comissão de Abastecimentos e Preços – COAP¹⁵⁰.

Em períodos de normalidade essas comissões também tinham outras responsabilidades como a fixação de preços de gêneros alimentícios, evitando o superfaturamento e ajudando no controle da economia. Caso fosse necessário as comissões também poderiam efetuar a “desapropriação de bens, ou a requisição de serviços necessários”, que seria uma intervenção ainda mais dura no setor comercial, controlando armazéns e comércios.

É importante reforçar que na seca de 1958 elas faziam parte de toda a estrutura de abastecimento. Naquele ano a União criou a Comissão de Abastecimento, que viria a coordenar esse setor durante a ocorrência de seca no Nordeste.¹⁵¹ Para chefiar essa comissão foi escolhido o então ministro do trabalho, o cearense José Parsival Barroso.¹⁵²

Nessa acepção, as COFAP e COAP não atuaram sozinhas e com prioridades de execução. Nenhuma dessas comissões tinha a responsabilidade da distribuição desses gêneros alimentícios. Elas apenas compravam ou arrecadavam e repassavam para os locais das obras, não fiscalizando a entrega aos alistados.¹⁵³ Os fornecedores então compravam essas mercadorias com recursos oriundos do MVOP.

Em meio a essa crise nos fornecimentos, no dia 11 de julho de 1958, o Ministro de Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, fez uma longa fala no Congresso Federal sobre as ações que o Ministério vinha tomando até então. Meira apontou as várias iniciativas dos órgãos pertencentes ao Ministério, os projetos atuais e futuros para o combate às secas no Nordeste e os gastos realizados.¹⁵⁴

Ao final de sua apreciação, os vários deputados presentes tiveram tempo de fala para interpelações. Um deles foi o deputado federal cearense José Martins Rodrigues (PSD) que teve como uma de suas preocupações o pagamento para os alistados. Questionando o

¹⁵⁰ BRASIL, 1.522, de 26 de dezembro de 1951. Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro – RJ. 1951. Nesta lei que cria a COFAP é previsto a criação da Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) nas capitais, e, nos municípios, Comissão Municipais de Abastecimento e Preços (COMAP), “com a organização e as atribuições que forem determinadas pela Comissão Federal, dentro dos limites desta lei.”. Estas comissões auxiliam e seguem as diretrizes da COFAP. Nas obras de emergência vemos uma maior iniciativa da COFAP e COAP.

¹⁵¹ O POVO, Fortaleza: ano XXXI, n. 9365. 10 de abril de 1958, p.1

¹⁵² José Parsival Barroso foi um deputado federal (1951-1955/1971-1977), senador (1955-1956/1958-1959) e governador do Ceará (1959-1963) cearense. Durante o governo de Juscelino Kubitschek ocupou o cargo de Ministro do Trabalho, momento em que foi chamado para compor a comissão de abastecimento.

¹⁵³ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 39.

¹⁵⁴ Idem, p. 30.

valor apontado por Lúcio Meira da liberação de um crédito de 2 milhões de cruzeiros destinados ao pagamento dos trabalhadores por achar insuficiente, o deputado argumentou:

No momento, as informações que vêm do Nordeste são realmente aflitivas, porque a tendência dos fornecedores, alarmados com a ausência de pagamentos oportunos, é para suspender totalmente os fornecimentos, o que seria uma calamidade muito maior do que, talvez a própria seca. Isso seria o colapso, de repente, de todas as obras assistenciais, provocando na região situação econômica das mais graves.¹⁵⁵

A questão apontada por Martins Rodrigues sobre o atraso dos pagamentos poderia gerar um problema ainda maior para a distribuição dos alimentos: o fechamento dos fornecimentos. Isso, segundo o deputado, poderia ser pior, que a própria seca naquele ano. Para Martins Rodrigues, o cenário ocasionado pela falta de pagamento era um caos completo nas obras de emergência, ou em suas palavras, um colapso.

Esse episódio teria sua conclusão alguns dias depois da interpelação de José Martins Rodrigues no Congresso quando, no dia 13 de julho do mesmo ano, o deputado se reuniu com o Ministro da Fazenda e conseguiu a liberação de 500 milhões de cruzeiros para a quitação dos atrasados referentes aos pagamentos dos fornecedores.¹⁵⁶

Três matérias do Correio da Manhã, dos dias 14, 15 e 16 de julho de 1958, abordaram como se deu essa negociação. Ao analisarmos as matérias percebemos que José Martins Rodrigues não estava sozinho nesse diálogo com os ministros, tampouco agia por conta própria para tal feito. Ele era representante no Rio de Janeiro da Associação Comercial do Ceará – ACC, uma instituição, que lidava com os interesses dos comerciantes cearenses. E em 1958, muitos deles ocupavam os cargos de fornecedores.

Essas negociações e pressões exercidas entre os fornecedores e o Governo Federal podem ser observadas dentro da ótica gramsciana de Estado Ampliado. Nessa perspectiva, o Estado é entendido de maneira mais orgânica, como um conjunto formado pela sociedade política e a sociedade civil.

Nesse sentido, o Estado deixa de ser um objeto monolítico representante apenas dos interesses de uma classe política e econômica e passa a ser uma expressão universal de toda a sociedade¹⁵⁷. Segundo Sônia Regina de Mendonça trazer a discussão sobre o Estado Ampliado para a análise histórica nos ajuda a entender:

¹⁵⁵ Idem, p. 63

¹⁵⁶ CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza: ano XXXI, [s/n]14 de julho de 1958, p. 4.

¹⁵⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. Marx e o Marxismo [online] v.2, n.2, jan./jul. 2014.

A estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política).¹⁵⁸

Percebemos que os fornecedores, possíveis de serem compreendidos como àquilo que Gramsci caracterizou como sociedade civil, tinham todo um mecanismo de engrenagens para reivindicar suas demandas e interesses. Uma organização local e seus representantes ocupavam cadeiras no Congresso Federal para negociar com autoridades encarregadas pelas obras. Nesse sentido, a atuação do Estado foi executada tendo em vista as vontades dessa classe política e econômica dos comerciantes.

O poder de barganha dos fornecedores vinha do espaço que estes ocupavam no contexto da seca. Como já dito, a COFAP ou COAP não faziam o trabalho de distribuição de alimentos nos locais das obras. De acordo com o relatório do DNOCS de 1959, a presença dos fornecedores se dava pela falta de recursos dos órgãos públicos e pela urgência para lidar com algumas regiões mais afetadas pela seca:

As dificuldades oriundas pela falta de recursos impuseram a necessidade do DNOCS ter os seus serviços financiados por habitantes da própria região onde milhares de pessoas precisavam de assistência imediata e **ameaçavam lançar-se a prática de saques**. Premidos por tais circunstâncias fomos forçados a solicitar do comércio local o fornecimento de alimentos aos flagelados a fim de evitar mortes e assaltos que acarretariam sérias perturbações a ordem pública.¹⁵⁹ (grifo nosso).

O relatório foi publicado em 1960 e tratou das atividades realizadas pelo DNOCS durante o ano anterior de sua impressão: o ano da seca de 1958. O trecho acima é muito elucidativo sobre o papel, que os fornecedores assumiam nos anos de estiagem. Eles eram peça fundamental na estrutura criada pelo Governo Federal e governos estaduais nordestinos para conter a população diante daquele cenário da seca.

Em 1958 a multidão de retirantes tencionava e fazia pressão por meio de ações: ocupando centros urbanos, ameaçando saquear comércios e armazéns, pedindo por alimentos e solicitando trabalho nas frentes (NEVES, 2000). Controlar essas ações era uma das prioridades das autoridades públicas. Não é por acaso que os saques e outras “perturbações a ordem pública” aparecem como justificativa para a execução e organização da distribuição de alimentos.¹⁶⁰

¹⁵⁸ MENDONÇA, 2014, p. 34.

¹⁵⁹ DNOCS, *Relatório*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 1, setembro de 1960, p. 23.

¹⁶⁰ Idem.

As autoridades públicas na tentativa de responder a essas pressões buscaram nos comerciantes locais a saída para lidar com a ponta de lança da cadeia de abastecimento. O próprio MVOP justificava sua inoperância diante disto, alegando que a COFAP e a COAP não tinham pessoal suficientes para essa tarefa em nível local¹⁶¹. Dessa maneira, os fornecedores penetravam nas brechas criadas pelo sistema de abastecimento, buscando suprir as demandas de acordo com seus interesses, que pressionavam o Estado, conforme vimos acima na atuação de Martins Rodrigues.

A inserção dos fornecedores expressa no sistema de abastecimento de gêneros alimentícios passava da responsabilidade pública, do Estado enquanto provedor e assistencialista da população em períodos de crises, para o setor privado. Os comerciantes ao mesmo tempo em que sofriam pressão dos retirantes durante a estiagem, também se beneficiavam da estrutura de abastecimento criada pelos órgãos encarregados das obras. A própria forma como era organizada o sistema de abastecimento público criava essa dependência dos fornecedores. Um imbricamento entre sociedade civil e sociedade política mais restrita.

Nesse sentido, caso ocorresse algum problema com os fornecimentos poderia haver complicações expansíveis a toda a estrutura e obras. Pelo o que foi relatado por José Martins Rodrigues, naquele momento havia o risco de os fornecimentos fecharem e o abastecimento de gêneros serem interrompido. E caso isso ocorresse, era possível que a obra de emergência também parasse. A ameaça de fechamento dos fornecimentos se tornava risco, que as autoridades estatais e órgãos encarregados pelas obras não queriam correr.

Havia, portanto, um jogo de tensões que tinha reverberações dentro e fora do ambiente das obras, para além dos barracões. Uma grande engrenagem. Os órgãos públicos mesmo formando todo um aparato estatal para o abastecimento de alimentos tinham dificuldades para a liberação de verbas que, em seu processo, passavam por embrulhos políticos.

Já os fornecedores ameaçavam fechar seus estabelecimentos, ocasionando problemas para os encarregados das obras. E a multidão não assistia a isso de forma passível. Era um dos principais polos de tensão que poderia pôr em terra a engrenagem dos abastecimentos.

Até o alimento chegar na ponta, na mão do trabalhador, ele passava por um longo percurso tanto geográfico como de discussões políticas. Esse percurso era marcado por uma

¹⁶¹ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 39.

série de temporalidades, negociações realizadas em diversas esferas. Quando surgia algum problema, como aqueles relatados por José Vidal Pitombeira, os grupos de interesse envolvidos se articulavam para resolverem à sua maneira, pressionando o poder público e forçando seus representantes a dialogarem. O micro se projetava no macro.

Outras vezes, como no caso de Martins Rodrigues, alguns dos sujeitos comerciantes e fornecedores integravam a sociedade política mais restrita que tinha influência na decisão e direcionamento das ações.

Ao retomarmos a interpelação do Deputado José Martins Rodrigues sobre a fala de Lúcio Meira no Congresso em 11 de julho de 1958, é possível identificarmos outro problema. Especificamente, referimo-nos aos empecilhos em cadeia acarretados pela falta de pagamento aos fornecedores:

Isso está criando uma situação muito grave porque o pagamento do operário não é feito em moeda corrente e semanalmente, segundo o trabalho por ele realizado, mas através dos fornecimentos. E os fornecedores, os comerciantes são levados, porque tem de buscar dinheiro nos bancos, no crédito, mediante a pagamento de juros onerosos, são levados a gravar o preço das utilidades, além daquela margem de ganância e exploração que naturalmente se verifica.¹⁶²

O alto preço dos alimentos nos fornecimentos foi uma reclamação frequente, quando se tratava das obras de emergência. O deputado Martins Rodrigues apresentou duas razões para isso acontecer. A primeira era em decorrência da falta de pagamento por parte dos órgãos públicos, o que levava a contratação de empréstimos junto a bancos pelos comerciantes com juros elevados. E a segunda razão seria a “ganância e exploração” por parte dos fornecedores. A composição deste cenário pressionava para uma elevação dos preços dos gêneros alimentícios.

A exposição do deputado foi feita em meio à cobrança ao ministro sobre o atraso dos pagamentos aos fornecedores. Nesse sentido, o primeiro motivo apontado por Martins Rodrigues justificava o aumento dos preços nos fornecimentos por uma falha do próprio Governo Federal em não pagar os fornecedores.

Seguindo a linha de argumentação do deputado, poderíamos pensar que se os órgãos responsáveis não estavam pagando, então só cabia ao fornecedor resolver esse problema pedindo empréstimo a terceiros, no caso, a bancos. Até porque a palavra “isso”, transcrita na primeira linha do trecho, se refere ao problema da falta de pagamentos, e a situação seria o aumento dos preços: “isso está criando uma situação muito grave”.

¹⁶² DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 63.

Ao mesmo tempo em que falava sobre possíveis práticas gananciosas por parte dos fornecedores, o deputado normalizava essas atividades. Como se a possibilidade de exploração do trabalhador pelos fornecedores fosse algo “normal”, ou que pelo menos por ter sido tão corriqueira deixava de ser um grande problema e passava a fazer parte de uma margem percebível, até aceitável, por parte daquele deputado. Sua exposição, portanto, pressionava e responsabilizava o Estado por uma possível catástrofe cujo gatilho era a falta de alimentos.

A argumentação de Martins Rodrigues, enquanto representante dos interesses comerciais cearenses no congresso federal, atribuía culpa dos problemas ocorridos nos abastecimentos aos próprios órgãos que tocavam as obras. Por outro lado, isentava o fornecedor de qualquer tipo de abuso. A exposição do deputado se constituía em uma defesa dos fornecedores diante de denúncias contra eles, feitas por congressistas e pelos próprios órgãos encarregados. Tratava-se da defesa dos interesses de classe.

Antes da interpelação de Martins Rodrigues, o ministro de viação de obras públicas Lúcio Meira já tinha exposto uma série de problemas, que ocorriam nos fornecimentos ocasionados pelos próprios gerentes daqueles estabelecimentos:

Malgrado todas as medidas de controle e fiscalização que foram adotadas para evitar a exploração dos flagelados, divulgam-se notícias confirmadas pelo depoimento de ilustres congressistas que tem visitado o Nordeste, segundo os quais tal exploração vem se fazendo sentir em alguns pontos da região. **Essa exploração, segundo as denúncias, se verifica através de fraudes praticadas quanto ao peso, a qualidade, e ao preço desses gêneros alimentícios. A repressão desses abusos, entretanto, é matéria da alçada policial, fugindo, assim, a ação punitiva do Governo da União**, embora seja federal a legislação que culmina nas mais duras penas aos exploradores da economia popular.¹⁶³ **(grifo nosso).**

A exposição feita pelo Ministro se torna vaga, quando procuramos entender de onde essas denúncias surgiram. O ministro falou sobre notícias, que corriam, denúncias, verificações feitas por congressistas, sem especificar a origem dessas acusações. No entanto, tornou mais explícito quem eram os sujeitos acusados: os fornecedores, já que era deles a responsabilidade da distribuição nas obras, tabelamento dos preços e medição dos pesos de mercadorias.

Concomitante às críticas feitas pelo ministro, nota-se a tentativa do MVOP de se isentar das responsabilidades dos problemas ocorridos nas outras engrenagens da cadeia de

¹⁶³ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 39.

distribuição das obras, inclusive no âmbito da punição dado que a “repressão desses abusos, entretanto, é matéria da alçada policial”.

Estamos diante de uma disputa de narrativas sobre a responsabilização do problema de fornecimento de mercadorias para as obras. Nenhum dos lados em questão queria assumir o ônus dessa crise. O MVOP buscava se esquivar de quaisquer responsabilidades, enquanto o deputado representante dos interesses dos comerciantes tentava atribuir a culpa da exploração à ineficiência dos órgãos encarregados pelo fornecimento e liberação de verbas.

Tanto a crise como a disputa de narrativas não ficaram restritas aos meses narrados aqui. Em 8 de agosto de 1958, diante da anormalidade no abastecimento das obras de emergência, o jornal *Correio do Ceará* noticiou que:

Está claro que – se os fornecedores abastecem os flagelados com gêneros da COAP, a eles entregues a preço mais baixo, os trabalhadores, mesmo vítimas de exploração, teriam uma alimentação mais barata. Mas, se a COAP não fornece os gêneros, os fornecedores compram no mercado, já, portanto, a preços mais elevados, sem se levar em conta, aí, que essa compra se submete ao regime de agiotagem. E que muitos fornecedores não têm dinheiro para comprar à vista.¹⁶⁴

O título desta matéria era “Muito mais grave do que se pensa, a crise no abastecimento dos flagelados”¹⁶⁵. Demonstrava que a crise tinha se tornado um problema maior, não apenas ocasionado pela falta de pagamentos. A justificativa apresentada pelo jornal para o aumento nos preços dos alimentos nos fornecimentos era semelhante à argumentação do deputado Martins Rodrigues. O motivo era o empréstimo de dinheiro a terceiros, só que não apenas a bancos como foi relatado pelo deputado, mas a agiotas.

A matéria do *Correio do Ceará* nos apresenta indícios para entender alguns aspectos do funcionamento dos fornecimentos em 1958 perante a crise de abastecimento: a presença de indivíduos nessa estrutura que não faziam parte da organização institucional das obras, como mercadores (do comércio local) e agiotas. Os primeiros participavam do processo na venda de gêneros, enquanto os agiotas entravam nessa equação emprestando dinheiro ao fornecedor.

¹⁶⁴ CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza: [s/a], n. 14261, 8 de agosto de 1958, p. 1.

¹⁶⁵ O termo flagelado é utilizado em todos os documentos do DNOCS produzidos no período estudado, ao tratar dos moradores do interior nordestino que se alistaram em frentes de trabalho. A noção de flagelado atribuída nesse documento já era corrente, e foi muito utilizada por Rodolfo Teófilo em “A fome” (1890), entendendo estes sujeitos como “pobres coitados que passaram por todo um sofrimento da seca, da migração, da fome (o flagelo) até enfim a chegada em centros urbanos, sendo amparados pelos braços estatais”.

Podemos pensar que as obras de emergência em 1958 além de abrigarem uma diversidade de trabalhadores, alistados de vários lugares diferentes do Ceará, também aproximaram uma série de sujeitos. Mesmo não fazendo parte do espaço administrativo da obra, tais sujeitos contribuíam de alguma forma com aquela grande engrenagem, fossem vendendo alimentos ou emprestando dinheiro.

Havia uma rede de abastecimento de mercadorias fora da esfera governamental e que tinha como justificava a assistência de pessoas, que se encontravam em situações precárias por conta da seca. Os agiotas ganhavam emprestando dinheiro para compra de gêneros. Os mercadores lucravam vendendo alimentos para os fornecedores. E estes aumentavam os valores dos alimentos para pagarem aos agiotas. O elo central dessa rede eram os fornecedores. Os liames em que esses sujeitos estavam envolvidos carecem de investigação. Entre eles o próprio entendimento de quem eram esses sujeitos e como ocuparam aquele espaço.

Nas fontes analisadas até o momento os fornecedores surgem a partir dos seus interesses e os conflitos, que participaram naquele ano de 1958. Em algumas ocasiões surgem de forma genérica como pertencentes às classes comerciais cearenses. É preciso qualificarmos melhor esses sujeitos em seu coletivo, como sujeitos com rostos, atribuídos de vontades e a partir dos vínculos aos quais estavam imersos.

4.1.1 O fornecedor: comerciantes, políticos e funcionários públicos

Nos documentos de órgãos encarregados pelas obras como os relatórios, boletins e folhas de pagamento do DNOCS tivemos dificuldades de identificar quem eram os fornecedores. Não consta nessas fontes nenhum ato de nomeação ou a forma de escolha desses sujeitos. Os fornecedores foram descritos de forma vaga como comerciantes locais que geriam armazéns de mercadorias nas obras¹⁶⁶.

Diante disto, os vazios nas documentações podem nos mostrar que não existia um critério geral estipulado pelos órgãos encarregados para a distribuição dessas ocupações. Não é perceptível nenhuma preocupação ou qualquer tipo de referência a ordens centrais das comissões e do MVOP sobre as condições necessárias para a ocupação da tarefa de fornecer alimentos nas frentes. A escolha parece ter ficado sob responsabilidade dos encarregados locais pelas obras: funcionários dos DNOCS, DNER, engenheiros e chefes de serviço.

¹⁶⁶ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 39.

A questão da escolha dos fornecedores foi alvo de críticas naquele momento. Em 1958 foi produzido um pequeno relatório pelo Coronel do Exército Orlando Ramagem sobre as obras de emergência daquele ano. Neste documento foi apresentada uma série de denúncias sobre irregularidades cometidas pelos fornecedores. Em determinada altura do texto o Cel. Ramagem tentou caracterizar esses sujeitos:

A impressão que tivemos é que não houve de parte do DNOCS e DNER critério rigoroso na seleção dos fornecedores, cabendo-lhe, portanto, a responsabilidade dos fatos apontados. Assim, elementos heterogêneos, sem as necessidades essenciais para o exercício do fornecimento, uns até sem capital, foram aceitos ou arrolados como fornecedores do DNOCS e DNER e desfilam atualmente como credores do Governo, a clamar contra o atraso de pagamento, ameaçar a paralização de suas vendas, lançando descrédito e desconfiança na honorabilidade da ação governamental, quase podemos dizer, um verdadeiro “complot”.

Para a elaboração do relatório, o Coronel Orlando Ramagem visitou algumas obras espalhadas pela região Nordeste do país, passando mais tempo no Estado do Ceará. O “Relatório Ramagem”, como ficou conhecido, foi produzido para o Conselho de Segurança Nacional e tinha como justificativa analisar as possíveis irregularidades nas obras, que vinham sendo denunciadas por jornais e deputados.¹⁶⁷

O Relatório Ramagem é mais um elemento do mosaico de discursos críticos aos fornecedores naquele ano. Alguns destes, como já apresentados aqui, vinham dos próprios órgãos encarregados ou do MVOP. A diferença é que o Cel. Ramagem abrangeu essas críticas também aos responsáveis pelas obras.

Em seu parecer, o Coronel falou da necessidade de disciplina na forma em que se levava o serviço, não só para os trabalhadores que eram “vítimas da situação”, segundo ele, mas dos próprios encarregados. Essa crítica é perceptível no trecho transcrito aqui: “cabendo-lhe, portanto, a responsabilidade dos fatos apontados”, referindo-se a irregularidades comentadas em outras partes do relatório.

A falta de “critérios rigorosos”, referidos por Ramagem, permitia uma gama de “elementos heterogêneos sem as necessidades essenciais para o exercício do fornecimento”, ou seja, sujeitos despreparados, que não cumpriam determinados requisitos. Mesmo que tais “necessidades” não tenham sido explicadas pelo Coronel, ele deixou pistas de uma delas ao argumentar que alguns não chegavam a ter “capital”, isto é: pessoas que não dispunham de

¹⁶⁷ O Relatório Ramagem foi publicado pelo Correio da Manhã, no Rio de Janeiro no dia 11 de fevereiro de 1960.

poder econômico para manter um fornecimento de uma obra, que abastecia milhares de pessoas.

O texto amplia a nossa percepção de quem eram os fornecedores. A caracterização desses sujeitos abordada no relatório permite perceber que a escolha dos comerciantes locais não ficava restrita apenas a sujeitos com base material necessária para suprir as demandas do abastecimento das obras. O relatório deixa a entender que a seleção do fornecedor não visava apenas a critérios técnicos, materiais. O Cel. Ramage não conseguiu escrutinar quais tipos de requisitos foram seguidos, como eram feitas as escolhas, no entanto mostrou fissuras nesse processo, que podemos perscrutar para o entendimento da dinâmica dos fornecimentos.

Nesse sentido, são as entrevistas que ajudam a elucidar outras facetas das escolhas e sobre quem eram os fornecedores. Entrevistamos Tereza Ferreira da Silva, uma moradora do distrito Bonhu que, em 1958, residia em um dos casarões da comunidade, que foram transformados em fornecimentos. Como essa situação de morada nos chamou atenção, perguntamos o porquê de sua família ter dividido a própria residência com os fornecedores:

Venâncio de Oliveira – Mas a senhora falou que morava lá, a senhora tinha algum parentesco com a família dele? Por que a senhora morava no mesmo canto assim?

Tereza Ferreira da Silva – Não, porque esse Mundola, a gente já conhecia ele, que era uma irmã minha que já tinha conhecimento com ele e com o filho dele, que sempre, essa minha irmã morava aqui com finado Rangel que era um chefe daqui. Aí esse Mundola, ela tinha contato com eles assim: que ele vinha pra casa desse doutor, né? Aí pronto! Aí a gente ficou conhecendo ele. Aí ele ficou tendo amizade com a gente, coisa aqui. Aí era Mundola pra cá, Mundola pra lá. É porque eu não tô lembrado o nome do filho dele. Que ele era que tinha sim mais contato com a gente, teve de morar no Capim Grosso, aí quando ele, ele, ele morava em Russas.¹⁶⁸

Tereza Ferreira da Silva era filha de um funcionário do posto agrícola, Raimundo Ferreira. Seu pai lidava com o gado que era criado no posto, mas depois passou a cuidar da caldeira, que existia próximo a parede do açude Santo Antônio de Russas. Quando começaram as obras, era necessário um lugar para colocar as mercadorias e instalar o fornecimento. Escolheram então a casa que Raimundo Ferreira morava por conta do seu tamanho, já que era uma das maiores daquela comunidade e suportaria as mercadorias.

O fornecedor lembrado por Tereza Ferreira era de Russas, não pertencia à comunidade nem trabalhava para o DNOCS. Esse perfil se assemelha com a ideia de fornecedor, que está presente em algumas das fontes analisadas, tais como os boletins do DNOCS. Nestes, os intermediários entre os órgãos de abastecimentos e os trabalhadores eram

¹⁶⁸ SILVA, Tereza F. Tereza Ferreira da Silva: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p.4.

comerciantes privados locais, que não pertenciam institucionalmente ao núcleo administrativo do DNOCS.¹⁶⁹

Mundola como ela o chamou era próximo de “finado Rangel” que de acordo com Tereza Ferreira era “chefe daqui”, se referindo à comunidade. Não fica evidente a temporalidade à qual ela estava se referindo, se esse sujeito era chefe das obras de emergência ou do posto agrícola. Contudo, residia na comunidade e convivia com a irmã de Tereza. Em outro momento do trecho ela se referiu a esse sujeito enquanto “doutor”, dando a ideia que “Dr. Rangel” era uma autoridade, que habitava pela região e que fazia parte da administração do DNOCS.

Este sujeito surge nas folhas de pagamento do Serviço Agroindustrial do DNOCS enquanto Eduardo Roque Rangel de Souza¹⁷⁰. O Dr. Rangel, como mencionado por nossa entrevistada, era um engenheiro agrônomo do DNOCS e trabalhava entre outros locais no Instituto José Trindade, na Paraíba. Esta instituição era o principal centro de pesquisas agrônomicas do DNOCS, funcionando como laboratório, campo de testes e formando estudiosos e técnicos do órgão (GUERRA, 1981).

Os agrônomos lotados ali também coordenavam pesquisas nos demais postos agrícolas espalhados pelo Nordeste, residindo naqueles espaços. Entre eles o de Santo Antônio de Russas, como foi o caso de Eduardo Roque Rangel¹⁷¹ lembrado por Tereza Ferreira.

Podemos inferir que o grau de proximidade, que alguns comerciantes locais tinham com os encarregados pelas obras ou funcionários dos órgãos responsáveis foi um dos parâmetros existentes para a escolha dos fornecedores. No caso do Bonhu, Mundola era um comerciante de Russas, que visitava o Dr. Rangel, mantendo algum tipo de relação com ele, seja afetiva ou de negócios.

Marcel Busztyn (1985) recorda como grupos, que detinham poder econômico se apropriaram das medidas contra as secas em benefício próprio. As elites locais e seus representantes pressionavam o poder público para a execução de obras em lugares, onde detinham base política, sendo próximas ou até mesmo em suas propriedades, beneficiando-se

¹⁶⁹ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, p. 39.

¹⁷⁰ DNOCS. *Folha de Pagamento do Serviço Agroindustrial*. Fortaleza: DNOCS/ MVOP/ Delegacia Fiscal. MVOP, p.38.

¹⁷¹ Outra evidência que nos ajuda a localizar Eduardo Roque Rangel de Souza em Santo Antônio de Russas no final de 1950 é um processo de adoção realizado por este em Russas no ano de 1957. Tal processo é referido no livro caixa do mesmo ano, onde em outubro Rangel de Souza passa a receber uma maior quantia em seu salário família pelo aumento do número de dependentes. A criança que é adotada pelo engenheiro agrônomo consta também nos livros caixa do DNOCS de 1958, 1959, 1960 como menor tutelada pelo Rangel de Souza.

política e economicamente das intervenções estatais. Da mesma forma, o Estado reforçava alianças com essas autoridades, legitimando seu poder na esfera local. Nesse sentido, as obras de emergência seriam o fortalecimento do que ele chama de “compromisso coronelista”.

Em seu estudo, Marel Busztyń (1985) não menciona esse tipo de articulação para o beneficiamento de comerciantes no sistema de distribuição de alimentos nas frentes. No entanto é possível inferirmos este aspecto nas obras do Bonhu, pois foi perceptível que a relação entre os órgãos encarregados pelas obras, seus funcionários e pessoal responsável e os fornecedores não era constituída apenas por questões conflituosas, como apresentadas no início do texto. Em determinados momentos existiu uma aproximação amistosa entre esses sujeitos.

Em outras entrevistas realizadas no Bonhu fica mais nítida essa dinâmica entre os fornecedores e os responsáveis pelas obras. Na entrevista concedida por Rosa Saraiva de Sousa, filha de um alistado em 1958, foi permitida ampliar e compreender esse tipo de articulação existente nos fornecimentos:

Venâncio de Oliveira – E a senhora lembra o nome de algum outro encarregado?

Rosa Saraiva de Sousa – Único outro encarregado que tinha assim que chama o fornecimento que eu falei, o nome dele era Luiz Adolfo, Luiz Adolfo!

Venâncio de Oliveira – Luiz Rodolfo! ele era um fornecedor ou era...

Rosa Saraiva de Sousa – Era o outro dono do fornecimento que tinha que era esse de aqui mais perto, que o menino lhe disse.

Venâncio de Oliveira – seu Luiz Rodolfo, ele era daqui?

Rosa Saraiva de Sousa – esse, esse, não é Rodolfo não, é Adolfo. Ele era genro desse seu Aceles.¹⁷²

Rosa Saraiva de Sousa não chegou a trabalhar nas obras, mas seu pai foi alistado em 1958. Nesta estiagem, ela tinha 15 anos e morava com sua família em um sítio na Várzea dos Angicos, uma pequena comunidade próxima do açude Santo Antônio de Russas e da então comunidade Bonhu - Russas, onde foram realizadas as emergências. Quando começaram os alistamentos no Bonhu, seu pai conseguiu trabalho nas obras.

Aceles Franco lembrado por outros moradores como um dos chefes do serviço, surgiu na memória de Rosa Saraiva de Sousa como um sujeito, que mantinha ligações parentais com um dos fornecedores das obras, Luiz Adolfo. A inserção deste na narrativa de

¹⁷² SOUSA, Rosa S. Rosa Saraiva de Sousa: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p.20.

nossa entrevistada pode demonstrar ainda outra forma de favorecimento e de mando desses funcionários na realização das obras.

O fornecedor que é representado de maneira formal nos documentos oficiais do DNOCS como um comerciante local, distanciado dos órgãos encarregados, surge nas memórias dos entrevistados como sujeitos próximos a funcionários do DNOCS em relações pinceladas de informalidade.

Além dessas caracterizações dos fornecedores apresentadas entre as fontes observadas aqui, Neves (2000) aponta que os fornecimentos de obras públicas na década de 1950 eram espaços disputados por lideranças políticas. Quanto a isso o historiador mostra que as motivações de controle dos fornecimentos ocorrem não apenas pelos ganhos financeiros da venda de alimentos e recebimento de pecúlio estatal, mas também para o mantimento de bases políticas na região.

Neste ponto, tanto Busztyn (1985) como Neves (2000) apresentam análises em que existem ligações entre o Estado e indivíduos pertencentes a classes que detinham poder econômico e político naquelas localidades; ou que mantinham relações de proximidade com encarregados e funcionários, que chefiavam as obras. No Bonhu, os dois fornecimentos eram geridos por pessoas próximas a administração, mantendo ligações de amizade e familiares.

Nesse sentido, vemos o beneficiamento e aproveitamento das obras por esses grupos em diversas situações: na tomada de decisões nos espaços das obras, no melhoramento de suas propriedades, no chão dos barracões, entre outros. Nos barracões entravam nas frestas abertas pelas decisões de lida contra a seca, vendendo alimentos e ganhando influência com a população, que se encontrava em situação de carestia.

Um dos problemas observados nessas relações presentes nos fornecimentos era como o alimento chegava, ainda que de forma atrasada e de má qualidade, nas mãos e bocas dos alistados e de seus familiares. O pagamento nas obras de emergência poderia ocorrer de maneira onerosa para os alistados, não proporcionando o sustento daqueles indivíduos nos barracões e, além de tudo, se tornar mais uma forma de exploração dos trabalhadores como veremos a seguir.

4.2 Salário de Fome: a obra de emergência como um barracão da fazenda

Cada trabalhador no momento do alistamento recebia uma espécie de caderneta.¹⁷³ Nesta continha alguns dados pessoais dos alistados como o nome completo e a idade, e uma tabela, que correspondia aos dias do mês. No início das manhãs, os alistados se reuniam em suas turmas e acontecia à chamada para verificar se algum trabalhador tinha faltado o serviço.

Os nomes iam sendo chamados de um por um, até que todos respondessem. Ao passo que essa chamada era feita, os trabalhadores mostravam suas cadernetas para o apontador e esse marcava com carimbo o espaço referente ao dia trabalhado na caderneta. Este era um dos principais dispositivos de controle dos trabalhadores operados no cálculo da estratégia do DNOCS.

Nos dias de pagamento, fosse quinzenal ou mensalmente, os trabalhadores se reuniam em suas turmas e iam para o fornecimento receber suas mercadorias. Chegando nesse espaço, cada trabalhador apresentava sua caderneta, onde era feita uma verificação dos dias de serviço realizados. Se o trabalhador tivesse faltado, a diária era descontada. Ao final dessa verificação, os alistados saiam dali recebendo o equivalente em mercadorias das suas diárias.

Dessa maneira, cada trabalhador só recebia a quantidade de mercadorias proporcional aos dias trabalhados. Nem a mais, nem a menos. Essa era a ordem atribuída aos fornecimentos. Ali não se manuseava dinheiro, o trabalhador não tinha contato com dinheiro em espécie. O salário do alistado era convertido em gêneros alimentícios, que tinham preços tabelados de acordo com o fornecedor. Esta era a lógica dos fornecimentos na ponta para a remuneração dos trabalhadores: caderneta e alimentos

Esse modelo de pagamento, que ficou conhecido como sistema de vales, foi bem discutido em 1958 entre os críticos e defensores dos fornecedores. No decorrer de nosso texto já tratamos sobre algumas implicações desse modelo de pagamento, mas ainda cabe considerações acerca das conhecidas cadernetas. O primeiro ponto é entendermos que a implementação desse modelo de pagamento se deu em meio a discussões políticas e administrativas dentro e fora dos órgãos encarregados pelas obras em 1958.

Ainda no mês de março daquele ano, quando as autoridades governamentais se mobilizavam para intervirem na situação da seca no Nordeste, existia um receio, pelo menos de forma pública, por parte dos dirigentes dos órgãos encarregados pelas medidas contra as

¹⁷³ Nas fontes analisadas aparece tanto o termo “caderneta” como “vales”, e para referir-se a lógica de pagamento a expressão utilizada era “sistema de vales”.

secas da adoção de tal sistema de pagamento nas obras. Algumas matérias de jornais elucidam outra proposta para o repasse de alimentos nas frentes de serviço.

A distribuição desses alimentos, segundo adiantou o Dr. Leite Ferreira será feita pela COAP, conforme tabela de preços a ser organizada, de acordo com as necessidades das concentrações de trabalhadores e diretamente às repartições que mantêm serviços. Não haverá, portanto, intermediário, isto é, fornecedor particular.¹⁷⁴

O trecho foi retirado da entrevista feita pelo jornal cearense *O Povo*, em 27 de março de 1958, com o então presidente da COAP, Edgar Leite Ferreira. Este tinha acabado de regressar do Rio de Janeiro, onde tratava da liberação de verbas e da vinda de alimentos para as obras. Foi anunciada a saída de um navio com “30 mil volumes”. Deste total, 15 mil volumes deveriam aportar em Cabedelo, na Paraíba, e o restante no Ceará. O carregamento trazia arroz, farinha, charque, feijão e milho.¹⁷⁵

No início daquele ano a ideia para a distribuição de alimentos nas obras descartava a presença de fornecedores. A matéria também não menciona os vales, sendo a própria COAP responsável pela distribuição e pelo tabelamento dos preços dos alimentos. A máquina estatal assumiria a responsabilidade evitando a participação de terceiros, de sujeitos que em tese não pertenceriam a qualquer órgão, autarquia, departamento ou ministério.

Era esperado que os armazéns chefiados pela COAP fossem abastecidos com uma enorme quantidade de gêneros alimentícios de primeira necessidade a serem vendidos por preços baixos, garantindo que os trabalhadores pudessem comprar¹⁷⁶. Nesse planejamento, contava-se com verbas oriundas do Governo Federal. Os alistados receberiam o dinheiro em espécie dos órgãos encarregados pelos serviços e comprariam mercadorias nesses armazéns. A diária prevista era de 60 cruzeiros, mas devido à grande quantidade de trabalhadores alistados, o valor foi rebaixado para 40 cruzeiros.¹⁷⁷

Porém, no decorrer do ano de 1958 as cadernetas foram adotadas na maioria das obras, mostrando que a distribuição de alimentos não ocorreu como o previsto na proposta acima. Em algumas das nossas entrevistas realizadas com antigos alistados, foram-nos relatados que o pagamento feito nas obras sempre contou com a existência das cadernetas e de

¹⁷⁴ O POVO. Fortaleza: ano XXXI, s/n, 27 de março de 1958, p.4.

¹⁷⁵ *Idem*

¹⁷⁶ Alguns desses armazéns foram instalados. Em Fortaleza, capital do estado, nas obras da construção da estrada que ligava o bairro Messejana a Parangaba é sabido da existência de tais armazéns.

¹⁷⁷ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 19, n. 3, fevereiro de 1959, p. 155.

mercadorias nos fornecimentos privados, inclusive, os vales eram entregues no ato do alistamento.¹⁷⁸

Logo no mês seguinte a declaração de Edgar Leite Ferreira, o diretor geral do DNOCS, João Cândido Parente Pessoa, veio a público para explicar a utilização dos fornecimentos privados e dos vales:

Em virtude de a fome não esperar para o outro dia, o DNOCS teve que recorrer, mais uma vez, aos malfadados fornecimentos, no suprimento de gêneros de alimentação aos seus trabalhadores, aos quais, por isso, não estão recebendo dinheiro, e, sim, mercadorias.¹⁷⁹

A matéria do jornal O Povo consistia em um texto elaborado a partir de trechos da entrevista realizada com o diretor pela rádio fortalezense Verdes Mares, não se tratando de uma transcrição literal do que foi narrado por João Cândido. Na matéria, o diretor Cândido justificou a presença dos fornecimentos e o sistema de vales pela pressa em abastecer com alimentos a população, que necessitava daqueles artigos no início da estiagem.

É uma alegação semelhante à encontrada no Relatório do DNOCS de 1959, tal como analisado no tópico anterior em que: “As dificuldades oriundas pela falta de recursos impuseram a necessidade do DNOCS ter os seus serviços financiados por habitantes da própria região.” Era uma justifica emergencial com a justificativa de conferir celeridade ao processo de distribuição de gêneros alimentícios nos locais de concentração de trabalhadores.

Em julho daquele ano, outras justificativas dos órgãos encarregados para a introdução das cadernetas nas obras de 1958 podem ser vistas no pronunciamento do ministro de viação e obras públicas Lúcio Meira, no Congresso Federal, em julho daquele ano:

Lembre-mos ainda dos problemas que decorrem das cautelas inerentes a segurança dos transportes vultosas quantias até os locais de difícil acesso, e a carência de moeda divisória no país, em geral, e notadamente no Nordeste, fato que vem de tão longínqua data que será difícil fixá-la no tempo. Não nos esquecemos da notória insuficiência de elementos de identificação pessoal por parte da população construída, na sua quase totalidade de modestos trabalhadores rurais cuja atividade normal prescinde desses requisitos. Reconhece-se, finalmente, que quando advém o flagelo das secas, urge arregimentar, de ponto e sem tergiversações, centenas de milhares de pessoas. E o DNOCS, não pode manter em seus quadros, para tais emergências, um corpo de funcionários administrativos, na proporção das necessidades que, nessas ocasiões, é chamado a atender. [...] Dir-se-à que o regime

¹⁷⁸ Entrevistas realizadas com José Silvestre Batista (2018); Luiz do Norte (2016); Manuel dos Santos (2018); Francisco Mendes (2016); José Vidal Chaves Pitombeira (2018). Além destas entrevistas, as cadernetas são citadas como forma de pagamento no Boletim do DNOCS de 1958 e Relatórios dos serviços realizados de 1959.

¹⁷⁹ O POVO. Fortaleza: ano XXXI, n. 9365, 10 de abril de 1958, p.1/4

de “vales” reduz o poder aquisitivo de seus portadores. Longe de querer defendê-lo proponho que se encare o problema objetivamente, e aqui consigno o meu apelo para que juntos, o legislativo e o executivo, examinemos com realismo e sem preconceitos todo os seus ângulos, para encontrarmos, afinal, a solução que todos desejamos.¹⁸⁰

Parte do argumento central desse pronunciamento era ressaltar que o MVOP e os órgãos pertencentes a ele estavam preparados para a eventual seca naquele ano. Inclusive o título de um dos tópicos principais da publicação desse discurso no Boletim do DNOCS de 1958 era exatamente “O D.N.O.C.S não foi apanhado de surpresa”¹⁸¹. Contudo, os problemas apresentados por Lúcio Meira expõem limitações para a distribuição de dinheiro em espécie nas obras.

O ministro apontou três questões para a adoção do sistema de vales. A primeira delas era o receio do transporte de uma volumosa quantidade de dinheiro e a escassez de moeda corrente para pagar o grande número de alistados. O segundo era a possível dificuldade de identificação dos alistados e o controle desse pagamento. E o terceiro era um problema já apontado algumas vezes neste capítulo sobre a falta de funcionários dos órgãos para fiscalizarem tal serviço.

Esse trecho vai de encontro ao que era apregoado pelo discurso assistencialista do Estado no amparo aos nordestinos naquele período de estiagem. O criticado sistema de vales foi adotado, mesmo com a ciência dos problemas que poderiam ocorrer na sua execução. O próprio ministro, tomando conhecimento das críticas de tal modelo, assumiu uma postura defensiva chamando os congressistas para pensarem de forma “objetiva e sem preconceitos” sobre o problema, atestando falta de opções para substituição do sistema de vales. Segundo essas autoridades o fornecimento era necessário por uma questão emergencial.

Dessa forma, é interessante notarmos que o pagamento usando as cadernetas nas obras de emergência decorreu de uma escolha política. Foi uma solução apontada diante das limitações sabidas pelos órgãos encarregados, como visto no pronunciamento do ministro, e não algo que simplesmente aconteceu à revelia dos encarregados pelas obras. Esse sistema já tinha sido adotado em obras de emergência anteriores e também foi convencional para os órgãos em 1958.

A questão é que o fornecedor e os vales que deveriam ter sido utilizados nos primeiros meses da seca por questões emergenciais, na tentativa de dar celeridade à realização

¹⁸⁰ DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, novembro de 1958, 39-40.

¹⁸¹ *Idem*, p.29.

do abastecimento de gêneros nas obras, se tornaram a principal forma de distribuição e pagamento para vários canteiros de obras em todo o Estado do Ceará.

No final do pronunciamento sobre o tema, o ministro chegou a mencionar um dos principais problemas do regime de vales: a perda do poder aquisitivo dos “possuidores”, ou seja, os alistados na compra dos fornecimentos. Tentando se esquivar da crítica, Lúcio Meira falou deste problema como uma suposição, sobre uma ocorrência que poderia acontecer em 1958, mas que não era confirmada por ele. A perda da capacidade aquisitiva dos alistados apareceu também no debate público por meio de jornais e declarações de parlamentares.

Em 2 de julho de 1958, o jornal *Correio do Ceará* destacou uma apreciação do então Deputado Federal cearense José Colombo de Souza (PSD¹⁸²) feita no Congresso Nacional sobre as ações do governo federal contra a seca registrada em todo o Estado¹⁸³. Na ocasião, a discussão girava em torno do projeto de abertura de 100.000 Cr\$ em crédito rotativo para a compra de gêneros alimentícios destinados aos trabalhadores alistados nas obras de emergência.

O deputado discursou sobre a importância dessa ação, mas ponderou com relação ao que se tinha feito para o combate à seca no Nordeste. Entre os pontos mencionados por José Colombo de Souza, os principais alvos de críticas foram às más condições de trabalho e os baixos salários recebidos pelos trabalhadores alistados. De acordo com o deputado, o Governo Federal falhava na tentativa de garantir condições mínimas para trabalhadores em obras de emergência, pagando pouco para cada alistado.

Efetivamente, o salário-mínimo que naquela região é de Cr\$ 60,00 só está sendo pago aos desempregados colocados nas obras de emergência do governo naquela época oportuna o seu pagamento, fazem desconto inicial 20 e 25%, reduzindo assim o salário do empregado a Cr\$ 30,00. **Que pode fazer um pai de família com Cr\$ 30 quando o quilo de feijão lhe custa Cr\$ 22,00 e o quilo de farinha Cr\$ 12,00?** É verdadeiro salário de fome o que o poder público está pagando ao operário nordestino.¹⁸⁴ (grifo meu)

Ao apresentar o preço dos alimentos que normalmente pertenciam a uma dieta alimentar da região como a farinha e o feijão, José Colombo de Souza tentou mostrar que o valor em cruzeiros pago para cada trabalhador era insuficiente para o abastecimento de alimentos de um núcleo familiar. Colombo de Souza ainda menciona possíveis descontos

¹⁸² Partido Social Democrata

¹⁸³ *CORREIO DO CEARÁ*, Fortaleza: 2 de julho de 1958 p. 3.

¹⁸⁴ *Idem*.

realizados nas diárias, baixando mais ainda o recebido pelos alistados, chegando a ser pago Cr\$ 30 em vez de Cr\$ 40.

Para muitos trabalhadores já conhecedores da dinâmica de pagamento nas frentes de serviço – basta lembrarmos de algumas trajetórias já apresentadas neste texto como a de Antônio Lima e Francisco Pereira – a expectativa de alistamento em uma obra de emergência tinha como um dos objetivos conseguir gêneros alimentícios ou outros meios para o sustento da família durante a seca. Ainda que distante dos barracões, na perspectiva do deputado o salário pago para os trabalhadores não possibilitaria tal sustento, seria um “salário de fome”, ou seja, um valor, que não proporcionaria a segurança alimentar dos alistados.

José Colombo de Souza reivindicava o pagamento de um salário-mínimo nas obras e a colonização de terras distantes do polígono das secas, em Estados como Pará, Mato Grosso e Amazonas. O discurso do deputado ia ao encontro do empregado pelo MVOP no plano de colonização interna e integração nacional já debatido no primeiro capítulo deste trabalho.

Estas pautas difundidas pelo deputado (o salário-mínimo e a colonização interna) expressavam os anseios de grupos políticos na época que projetavam o desenvolvimento econômico nacional com base em uma industrialização do país. Estes ficaram conhecidos como nacionais desenvolvimentistas. Era um grupo heterogêneo formado por deputados e senadores de diversos partidos, mas que tinha interesses semelhantes relacionados ao desenvolvimento industrial.

Segundo Vânia Maria Losada Moreira (2010) o intuito destes era criar uma forma de economia autocrada, que suprisse o mercado interno brasileiro. Assim, buscava uma independência do mercado internacional. A industrialização seria um imperativo para tal objetivo. O nacional desenvolvimentismo era de cunho liberal, diferente de outro grupo político no período que projetava medidas semelhantes, mas com outros objetivos: os nacionalistas econômicos.¹⁸⁵

Ainda que parte dos congressistas e senadores, que compunham os nacionais desenvolvimentistas fossem de partidos que em escala nacional faziam oposição ao governo

¹⁸⁵ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. Revista brasileira de História [online]. vol.18, n.35, pp.329-360. 1998. A autora explica que o nacionalismo econômico foi uma vertente elaborada esquerdas brasileiras. Estes defendiam reformas estruturais na sociedade brasileira a partir dos interesses das camadas populares e da crítica ao papel colonizador do capitalismo internacional. Entre as mudanças mais defendidas estavam a reforma agrária e a reforma eleitoral. O Partido Comunista Brasileiro - PCB foi um grande propagador de tal vertente. No entanto, por se tratar também de um grupo heterogêneo nem todos os “nacionalistas econômicos” se consideravam socialistas ou comunistas.

de Juscelino Kubitschek como a UDN¹⁸⁶, o discurso e narrativa do desenvolvimentismo foi apropriado, principalmente por partidos que faziam parte da base política do Governo Federal, como o PTB e o PSD. O último sendo o partido de José Colombo de Souza.

Uma das preocupações dos nacionais desenvolvimentistas, principalmente aqueles próximos ao governo federal, era a modificação das relações de trabalho no campo, a colonização e a recolonização de áreas consideradas como “vazios demográficos”¹⁸⁷. O processo de proletarianização dos camponeses por meio de um regime de trabalho mais próximo ao ocorrido no sistema fabril, com o pagamento de um salário-mínimo, um local fixo do serviço e a racionalização da produção seria fundamental para modernizar a região Nordeste, que era considerada atrasada economicamente.

Vale lembrar também que alguns meses depois dessa publicação no jornal Correio da Ceará ocorreram às eleições de 1958. O deputado José Colombo de Souza viria a concorrer e ser eleito por uma coligação formado por partidos da base governista: o PSD, do qual Colombo e o presidente Juscelino Kubitschek faziam parte; o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que designou Parcival Barroso para a candidatura de Governador do Ceará; e o Partido de Representação Popular – PRP.

Além de expressar um projeto de desenvolvimento da região que era posto em curso pelo Governo Federal, o qual fazia parte de sua base política, a retórica do deputado se encontrava dentro de uma série de discussões, que vinham ocorrendo sobre as obras de emergência devido ao ano eleitoral.

Como podemos notar, o debate sobre o pagamento nas obras de emergência era latente naquele momento. Envolveva pautas que extrapolavam a esfera local e regional como a implementação de uma lógica de trabalho, que diferia do habitual daqueles camponeses. Ao olhar para o chão dos barracões podemos adentrar mais fundo em como tal modelo de pagamento chegava aos alistados, verticalizando a análise sobre os discursos públicos distantes da realidade dos trabalhadores do campo.

¹⁸⁶ RIBEIRO, Guilherme L.; MENDES, José T. “O nacional-desenvolvimentismo em debate: a participação dos deputados udenistas na frente parlamentar nacionalista durante o governo JK (1956-1961). E-Legis. Câmaras dos Deputados [online]. V. 9 N. 21 set./dez. p. 62-84. 2016: Os autores lembram da participação de congressistas udenistas na Frente Parlamentar Nacionalistas (FPN), um dos principais blocos parlamentares de discussão e defesa do desenvolvimento nacional. A atuação destes congressistas ia desde a formulação de projetos de lei voltados para interesses nacionais desenvolvimentistas, até a criação de CPIs.

¹⁸⁷ MOREIRA, 2010, p. 15.

4.2.1 “Porque a fome né”: o saque é justo para o alistado

A entrevista com o senhor Manuel dos Santos ocorreu em uma tarde de sábado, no mês de julho de 2018. Quando chegamos a sua casa me deparei com um homem alto que usava uma camisa de linho verde claro, aberta uns quatro botões até chegar à altura de seu umbigo. Vestia também uma calça marrom fina e calçava um chinelo de cabresto. Sentou-se e nos ofereceu uma cadeira no alpendre de sua casa, local, onde tradicionalmente as pessoas são recebidas nos domicílios do interior cearense.

No início da entrevista, quando perguntei sobre as pessoas que procuraram emprego no Bonhu em 1958, de onde elas vinham, Manuel dos Santos nos respondeu, que eram oriundas de várias regiões do vale do Jaguaribe e de comunidades próximas:

Venâncio de Oliveira – Todo mundo pra cá, vinha trabalhar aqui?

Manuel dos Santos – É, vinha “tudinho”, vinha trabalhar aqui.

Venâncio de Oliveira – E aí vinha esse pessoal, eles vinham...

Manuel dos Santos – Pois bem, aí eles faziam os barracão, né? Barraca coberta de lona, tinha outras cobertas com paia de coqueiro.

Venâncio de Oliveira – Sim.

Manuel dos Santos – Era, aí pronto, quando é de “manhãzinha”, aí pronto, eles tacavam uma parte pra trabalhar nas estradas, outros fazendo cerca. O DNOCS “espatifava” a gente pra todo canto, onde tinha trabalho. Aí pronto, os fornecimento, vinham os, vinham os fornecimento, vinham de Russas que vinha ai pra vender de tudo, aí quando chegava o fim do mês, né? O pagamento. Aí cada trabalhador daquele tinha uma caderneta, você comprava pela caderneta.

Venâncio de Oliveira – Comprava pela caderneta?

Manuel dos Santos – É, pela caderneta, pra não passar o seu ordenado, que se passasse tinha medo de vender mais, podia terminar o serviço e você não pagar aquela dívida. Se você ganhava 40, 40 - nesse tempo era mil réis, ninguém falava em real - se você ganhava 40 mil réis, que era mil réis nessa época. Pois bem, ele só lhe vendia até os 40 mil réis, o fornecimento ali, passava não vendia mais. Aí pronto, aí quem a tinha terra, é, às vezes tinha de duas, três cadernetas, porque o dono da terra tinha uma caderneta dele e tinha uma que era do barro, de fazer, fazer tijolo, fazer “teia” (telha), essas casas daí de dentro foi tudo feita manual.¹⁸⁸

Manuel dos Santos foi nos respondendo às primeiras perguntas em ritmo acelerado, fazendo um pequeno resumo das obras no Bonhu. Em poucas frases ele já tinha abordado a vinda das pessoas para a comunidade, como eram feitas as barracas, o trabalho dos

¹⁸⁸ SANTOS. Manuel C. Manuel Correia dos Santos: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p.4.

alistados e a forma de pagamento. Esse ritmo era verbalizado por expressões como “aí pronto”, “pois bem” e “né”, quando o narrador além de questionar ao entrevistador se este tinha entendido o narrado, ainda finalizava a oração e já passava para uma segunda temática, que ia ser abordada.

Esse ritmo foi rompido pelo questionamento sobre as cadernetas. Estas funcionaram como que um gatilho no acionamento de sua memória, pois o entrevistado passou a dar respostas de formas mais elaboradas e demoradas.

Ainda que seja difícil de se determinar, Portelli (1997) lembra que essas oscilações no ritmo de narrativa do entrevistado podem significar o grau de importância dado para cada evento narrado. Um entrevistado pode falar em poucas palavras longos períodos de tempo, saltar da sua infância para a vida adulta em poucas frases. Assim como pode descrever eventos, que ocorreram em um único dia ou assuntos específicos em vários minutos de entrevista. Na forma de narrar às obras, as cadernetas se tornavam um tema priorizado para Manuel dos Santos.

O serviço das obras era bem diverso. A comunidade Bonhu, além de ser um local da execução das frentes de serviço, era um Posto Agrícola pertencente ao DNOCS. O melhoramento de estruturas governamentais, entre estas casas, que eram cedidas para os moradores, também se enquadrava nos parâmetros do órgão para a execução de obras. Para esse tipo de trabalho era necessária matéria prima por vezes retirada do próprio local, onde eram realizados os serviços. No caso, Manuel dos Santos lembrou que as pessoas, que vendiam essa matéria prima eram pagas em cadernetas.

Em outro momento da entrevista, ele explicou essa situação melhor e ficou mais nítido o porquê de seu conhecimento sobre o assunto:

Venâncio de Oliveira – O senhor Pai chegou a trabalhar em 58?

Manuel dos Santos – Quem?

Venâncio de Oliveira – O seu pai, em 58.

Manuel dos Santos – Não o pai era, ele não trabalhava não. Ele tinha as cadernetas, mas porque ele era proprietário né, tinha a caderneta do barro, pra fazer o tijolo né, a telha, que não era de graça o barro.

Venâncio de Oliveira – Deixa eu entender. Agora isso eu não tô entendendo muito bem. Como seu pai tinha propriedades, ele recebia cadernetas...

Manuel dos Santos – Era uma caderneta assim, com valor, vamos dizer uma caderneta assim é, com o valor, com o valor dum, assim dum operário. E aí que aquele barro era quase dado.

Venâncio de Oliveira – E aí ele cedia o barro...

Manuel dos Santos – Ele dava o barro e o governo deu uma caderneta assim como se ele fosse um operário, assim só que ele não trabalhava, porque ele já dava o barro, pra você fazer o tijolo e a telha.

Venâncio de Oliveira – e ele só tinha uma?

Manuel dos Santos – Não, tinha duas. Tinha a da madeira também, a madeira lá pra queimar as olarias.¹⁸⁹

Manuel dos Santos tinha apenas 12 anos em 1958 e não trabalhou nas obras, mas sua família já morava na comunidade havia anos. Importante observarmos que em 1970, com 24 anos, ele foi feitor de algumas turmas em frentes de serviços abertas em virtude de uma estiagem naquele ano. Ainda que em trechos de nossa conversa estes dois momentos de sua vida fossem diluídos como um só para a explicação dos trabalhos realizados durante estiagens, Manuel dos Santos estabeleceu alguns pontos de diferenciação entre 1958 e 1970. As cadernetas e os fornecimentos funcionaram como bons delimitadores.

Conforme Michael Pollak (1992) alguns marcos estabelecidos em entrevistas pelos entrevistados, sejam estes temporais, situacionais ou temáticos, funcionam para os sujeitos fixarem momentos específicos em meio às várias temporalidades evocadas no ato de lembrar. Mesmo que confusões e distorções ocorram nesse processo, lembranças mais pessoais podem servir para demarcar momentos e experiências coletivas.

Nenhum parente próximo a Manuel dos Santos foi alistado nas obras de 1958. Ainda assim, a movimentação de pessoas, a modificação da paisagem e toda a estrutura organizativa construída junto às obras impactaram de alguma forma a vida do garoto Manuel dos Santos de 12 anos de idade. As cadernetas são um exemplo disso. Elas representavam uma das maneiras em que este se inseria nas obras de 1958. Era uma das várias formas de lembrar sobre aquele momento.

Dessa forma, o entrevistado nos apresenta outra maneira de utilização das cadernetas nas frentes de emergência. Este uso extrapolava a própria noção apresentada em outros momentos de nosso estudo, quando o vale era entregue apenas para os trabalhadores alistados. De acordo com Manuel dos Santos, as cadernetas também poderiam ser entregues pelos encarregados da obra para pessoas, que possuíam terras na região, sendo utilizadas como formas de pagamento.

¹⁸⁹ SANTOS. Manuel B. Manuel Batista dos Santos: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 6.

O pai de Manuel dos Santos era dono de algumas propriedades na época. E como o seu filho bem lembra, ele recebia cadernetas como forma de pagamento na venda do barro e da madeira retirada de suas propriedades. Uma caderneta para o barro e uma para a extração de madeira. O que ele fazia com as cadernetas não nos foi dito, mas é possível inferir que elas fossem trocadas por mercadorias nos mesmos fornecimentos em que os trabalhadores eram abastecidos. O alimento aqui não iria apenas para os alistados nas obras. Funcionava como pagamento para extração de terra e madeira.

As cadernetas parecem ter sido utilizadas como moeda de troca em várias situações. Ora elas eram entregues para crianças que possuíam familiares próximos aos encarregados, ora elas funcionavam como forma de pagamento para proprietários de terras.

O interessante é que tudo isso girava em torno dos fornecimentos, do ganho e perda de mercadorias por sujeitos diversos que não exclusivamente fornecedores e alistados. Para a maioria dos trabalhadores essa situação era penosa. Entretanto, para outros sujeitos poderia ser uma forma de angariar mais gêneros alimentícios. Mais uma vez a ordem dos barracões é dissimulada.

Chegamos assim em outro ponto que queremos ressaltar da entrevista de Manuel dos Santos. A compra que os alistados faziam nos fornecimentos não poderia passar do ordenado, ou seja, da equivalência de dias de serviço realizados pelos trabalhadores nas obras. O problema é que esse ordenado tinha um custo muito alto ao trabalhador, quando pensamos que os preços nos fornecimentos eram elevados, fazendo inclusive com que esse trabalhador comprasse menos mercadorias no fornecimento do que em outro comércio.

O valor pago pelo trabalho era o mesmo valor de compra a ser realizado em um único estabelecimento. A relação de pagamento e compra era entendida como inseparável. Inclusive o próprio entrevistado não a distinguiu, quando falou que os alistados “compravam com as cadernetas”.

Os trabalhadores obtinham a alimentação a partir do que havia no fornecimento, parametrizado pelo tabelamento dos preços estabelecidos pelos fornecedores. Um sistema que gerava dependência dos trabalhadores ao fornecedor. Que o enquadrava rigidamente, portanto.

É importante que notemos a justificativa dada por Manuel sobre o porquê da utilização das cadernetas nesse sistema de compra: “É, pela caderneta, pra não passar o seu ordenado. [Porque] se passasse, tinha medo de vender mais, podia terminar o serviço e você não pagar aquela dívida”.

O medo da dívida, ou melhor, o temor de endividamento do sujeito a terceiros pelo ato de comprar, era justificativa para um sistema que tinha por base as cadernetas. Assim não acontecia o endividamento dos trabalhadores aos fornecimentos. Aqui percebemos o caráter de controle daquela estrutura organizacional das obras e dos sistemas de vales com os trabalhares alistados.

Esse sistema de pagamento/compra se assemelhava a outro modelo de pagamento aos trabalhadores rurais dependentes de fazendeiros no Nordeste brasileiro, inclusive em propriedades rurais do Vale do Jaguaribe¹⁹⁰, que era o sistema de “vales do barracão”. Uma forma de endividamento de camponeses baseada no pagamento em vales que eram trocados na venda do fazendeiro que funcionava como farmácia, açougue, padaria e bodega. Um endividamento no chamado barracão da fazenda (JULIÃO, 1962)

Francisco Julião, advogado e um dos fundadores das Ligas Camponesas, fala desse sistema como um crime hediondo praticado por fazendeiros aos trabalhadores rurais. Ele chegou a explicar melhor como funcionava esse modelo no seu texto publicado em 1962 “O que são as ligas camponesas”:

O operário do campo, no mesmo dia que começa a trabalhar, contrai um débito no barracão e vive daí por diante controlado pelos vales. Fica preso a esses vales e é escravo do barracão, cujo gêneros estão quase sempre deteriorados e lhe são vendidos por preços mais altos do que os sadios existentes na cidade. O salário que recebe por meio de vales nunca dar pra cobrir o valor das mercadorias que necessita para não tomar de fome.¹⁹¹

Francisco Julião chamou de operário do campo aquele camponês que geralmente não possuía terras ou o que dependia das terras de outros para produzir, no caso, do fazendeiro. Esse camponês poderia ser um agregado ou morador da fazenda. No mesmo texto Julião faz uma comparação entre esse operário do campo e o operário da cidade. Segundo ele, o último possuía crédito nos diversos comércios da cidade, açougues e farmácias, podia comprar em estabelecimentos diferentes, próximos de sua casa ou do trabalho. Já o operário do campo não podia comprar em nenhum outro lugar além da venda do fazendeiro. Nesta venda, ele encontrava preços mais caros, produtos piores. E isto era controlado por um sistema de endividamento: os vales do barracão.

¹⁹⁰ SUDENE: Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe: Aspectos socioculturais. SUDENE/MINTER/GVJ. Vol. 9, 1967, p. 132: No estudo em questão os barracões são descritos rapidamente como locais de compra dos trabalhadores rurais que vivem nas fazendas de seus patrões.

¹⁹¹ JULIÃO, 1962, p. 55.

É possível notar várias semelhanças entre essas duas formas de organização de pagamento/compra. Inclusive os próprios nomes utilizados comumente pelos trabalhadores e encarregados: barracão e vales. A lógica geral desse modelo era muito semelhante. A diferença residia no controle nas obras sobre os alistados que acontecia mais pela dependência ao fornecimento e limitação da compra, abrindo margem para abusos como o aumento dos preços. No barracão da fazenda, além disso, ainda existia o endividamento do camponês em relação ao latifundiário.

Assim como o barracão da fazenda, os fornecimentos também tinham alimentos mais caros. Tanto em um como no outro, o camponês tinha acesso a uma quantidade reduzida de alimentos. Isto poderia inclusive ocasionar má alimentação e fome desses sujeitos. Julião ao falar sobre os vales dos barracões os coloca ao lado de outras formas de exploração dos latifundiários com os camponeses, como o aumento extorsivo do foro, o cambão, e o que ele chama de salários de fome¹⁹².

Não fica nítido se ele estava chamando essas formas de exploração de salários de fome, ou se essa seria outra forma de exploração, o pagamento de salários baixos aos camponeses, ou o não pagamento em dinheiro como eram os vales do barracão.

Os dois sujeitos que mencionam esse termo “salário de fome” citados aqui, Colombo de Souza e Francisco Julião, partiram de matrizes ideológicas e projetos diferentes: o primeiro pensava o assalariamento do trabalhador na tentativa de pôr em prática um processo de mudança nas relações de trabalho e desenvolvimento industrial no Nordeste. Já o segundo, mesmo entendendo a importância do salário-mínimo como uma reivindicação dos trabalhadores rurais¹⁹³, semelhante a Colombo de Souza, avançava na tentativa de romper as estruturas sociais do latifúndio e acabar com a exploração dos camponeses.

Nesse ponto, podemos pensar em como as obras de emergência reproduziam modelos de exploração semelhantes aos que muitos camponeses eram submetidos nos barracões das fazendas. Um desses era o próprio salário de fome, ou seja, um modelo de pagamento que gerava dependência dos alistados aos fornecimentos além de tentar controlar os trabalhadores aquela estrutura por meio do tanto que recebia e o que poderia ser comprado.

Ao contrário do discurso assistencialista do Governo Federal, o contexto dos barracões se tornava cada vez mais precário para os alistados. O espaço dos fornecimentos é

¹⁹² Idem, p. 32.

¹⁹³ MARTINS, José de Souza. Camponeses e a política no Brasil, 1981. José de Souza Martins, na página 78 de seu texto lembra que no final da década de 1950 houve um avanço da sindicalização rural, principalmente na zona canavieira. Tal processo conflitou, em certa medida, com as próprias Ligas Camponesas. Ainda que esse refluxo de indivíduos das ligas existisse para os sindicatos, Francisco Julião entendia que tal entidade de classe não substituiu ou anulava a participação e as reivindicações das ligas camponesas.

central para refletirmos essa situação de precariedade. Além da falta de pagamento em dinheiro em espécie nas obras, o recebido a ser trocado nos fornecimentos também era insuficiente para os alistados. Junta-se a isso a falta de alimentos que poderia ocorrer, ou mercadorias, que vinham fora do prazo de validade para as obras, além das ameaças de fechamento dos fornecimentos pelos responsáveis.

Esses problemas foram retratados na literatura sobre o tema. Voltemos à personagem Zuca Machado, de “Os cassacos”, obra escrita pelo jornalista Luciano Barreira:

No sábado todas as turmas tiveram o ponto conferido e quem quisesse poderia ir até as suas casas, na condição de “segunda feira as seis horas da manhã”. Zuca, acompanhado dos outros da Boa Vista, foi ao fornecimento, liquidou o saldo. No barracão quatro caxeiros, sumamente atarefados, despachavam os trabalhadores, enquanto o senhor Airton, ajudado por um rapaz albino, tomava as notas nas cadernetas e num livro, simultaneamente. O moço albino muito míope, cada vez que examinava uma caderneta, tinha que leva-la junto aos olhos, lendo com extrema dificuldade das informações pouco legíveis. Não havia, segundo anunciou o proprietário, nenhum dinheiro. Todos foram, assim, forçados a receber seus saldos em mercadorias. Alguns ainda ensaiaram protesto, mas todos tiveram que aceitar mais aquela forma de espoliação, imposta pela dura realidade.¹⁹⁴

No trecho em questão o autor tenta desenhar em poucas linhas uma das várias situações rotineiras do dia a dia nos barracões: a ida ao fornecimento. Não é difícil repararmos algumas semelhanças da literatura com o que nos foi falado por nossos entrevistados. A ida em grupo dos alistados para “quitarem o saldo”, que aparece em Os Cassacos, poderia ser a mesma ida ao fornecimento relatada por José Vidal no início do capítulo, onde os trabalhadores formavam aquela longa fila em frente ao armazém improvisado nas obras do Bonhu.

Tanto os personagens do romance como os trabalhadores do Baixo e Médio Jaguaribe passavam por condições precárias no cotidiano dos barracões. Nesse pequeno trecho de “Os Cassacos”, Luciano Barreira narra isso de forma sucinta, lembrando que seus personagens viviam uma “dura realidade”.

Já José Vidal lembra com mais detalhes das pessoas doentes, idosos com fome e trabalhadores enfraquecidos na fila dos fornecimentos. Na situação fictícia apresentada por Luciano Barreira os trabalhadores “ensaíaram um protesto” em frente ao fornecimento. No relato de José Vidal, a ameaça de saque se tornou real em meio à falta de alimento.

Dessa forma, as duas narrativas sobre as obras, a literária e a mnemônica, nos mostram aspectos dos fornecimentos contrários ao que assinalamos no início do capítulo.

¹⁹⁴ BARREIRA, 1979, p.135.

Anteriormente, abordamos como a normalidade era a troca de mercadorias de forma tranquila entre os fornecedores, seus ajudantes e os trabalhadores. Entretanto, agora tal espaço surge como um local permeado por tensões, que poderiam eclodir a qualquer momento. Tensões expressas na realidade dos trabalhadores, que se encontravam em condições exploratórias, do trabalho pesado, em moradias improvisadas e sem alimentação suficiente.

Essas precariedades e as ameaças de saques expõem contradições existentes no planejamento das obras. Estas tinham como um dos objetivos controlar e dar respostas à população, que ocupava cidades e ameaçavam saquear os comércios e armazéns em períodos de seca. (NEVES, 2000).

Um dos motivos para a implementação dos fornecimentos era solucionar de forma mais rápida esses problemas, como explicitado no relatório de 1959 do DNOCS¹⁹⁵. A lógica apontada pelas autoridades governamentais era que os saques seriam resolvidos ofertando trabalho e concedendo comida para esses sujeitos. No entanto essas ameaças não cessaram com a implementação dos armazéns.

Analisando a situação narrada por José Vidal Pitombeira, podemos pensar que os fornecimentos se tornavam locais propícios para a realização de ações dos alistados. Pensando nos dias de pagamento, notamos que era uma das ocasiões que reunia um número enorme de pessoas em um único local.

Durante os dias de trabalho, as turmas eram divididas estrategicamente de 10 a 20 pessoas. E elas eram “espatifadas” para vários locais ao redor dos barracões, como lembrou Manuel dos Santos. Cada turma tinha uma tarefa específica, e um número determinado de deveres para cumprirem durante o dia. Só no final do expediente, que as turmas voltavam para as barracas e se reuniam com os outros alistados.

No dia do pagamento, os vários trabalhadores formavam filas para fazerem aquelas trocas, tanto aqueles que voltavam para suas casas nos finais de semana, como os que estavam morando temporariamente nos barracos improvisados. Nos dias de pagamento os fornecimentos se tornavam ambientes envoltos por uma atmosfera de inquietações: alguns alistados revoltosos com a falta de alimentos, alguns com fome, outros indignados com o preço das mercadorias. Além disso, devido à multidão de pessoas, existiria a garantia, mesmo que provisória, do anonimato. Seria mais difícil a identificação de cada um dos alistados caso estes se lançassem em algum saque. Era uma forma de proteção.¹⁹⁶

¹⁹⁵ DNOCS, *Relatório*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 1, setembro de 1960, 1960, p. 23.

¹⁹⁶ SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. Raízes. Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002. James Scott (2002) explica que as formas de resistência refletem as condições e

Os significados dessas ações variavam de acordo com a percepção de cada sujeito e discurso construído no momento ou posterior a ele. Luciano Barreira representou a ameaça de protesto na literatura pensando na falta de dinheiro em espécie e na subordinação dos alistados àquele modelo de pagamento. Como militante de esquerda e o jornalista, abordar a insatisfação dos personagens era uma tentativa de explicitar outros problemas para além dos fornecimentos. Era uma maneira de criticar a forma como eram implantadas essas políticas governamentais.

José Vidal Pitombeira através de suas memórias apresenta outros significados para a ameaça de saques no Bonhu. Segundo ele, no trecho da entrevista já transcrito no início deste capítulo, a intenção de “invadir” o fornecimento foi por conta da fome, em um cenário insustentável para os alistados no dia a dia dos barracões.

Os trabalhadores estavam passando por uma série de dificuldades. A falta de pagamentos, a não garantia do recebimento de alimentos funcionava como um estopim para estes. É interessante notar que a justificativa do saque pela fome, é apresentada por aspectos morais e éticos daqueles sujeitos, tanto para dentro como fora do ambiente dos barracões. O conceito de economia moral nos é caro nesse momento.

Edward Palmer Thompson (1998) desenvolve a noção de economia moral no estudo sobre os motins da fome na Inglaterra do século XVII e XVIII. Ao analisar atos de camponeses em períodos de escassez de gêneros alimentícios, o historiador inglês tenta mostrar que essas ações ocorriam em virtude de uma série de costumes, liames éticos e morais terem sido rompidos, desrespeitados. Longe de ser uma questão estritamente numérica ou matemática, a economia ganhava tons subjetivos, envolta em aspectos morais, expectativas, desejos, vontades, frustrações, entre outros.

A economia moral surge então como uma forma de negociação com e no mercado. A alta dos preços e a falta de alimentos para os camponeses são repensados dentro de uma lógica ética e moral. Significa que o Estado que assumia uma perspectiva paternalista deveria assistir esses sujeitos com uma maior facilidade ao acesso de gêneros alimentícios, distribuir alimentos e víveres necessários aos camponeses. Assim, a economia moral também é uma maneira de reconstrução da noção paternalista com possibilidade de acionamento pelos camponeses (THOMPSON, 1998).

limitações as quais elas foram criadas. Nesse sentido, em determinadas conjunturas onde os grupos que se encontram em situação de subalternidade podem sofrer fortes represarias, o anonimato é um espaço de proteção para qualquer tipo de retaliação e perseguição.

Essa reconstrução, segundo Thompson, é realizada de forma seletiva. Era uma extração das características paternalistas, que mais favoreciam os pobres e possibilitavam o acesso a cereais mais baratos: a fixação de preços dos alimentos e a distribuição de grãos. Ao mesmo tempo, existia um rompimento com o modelo paternalista ao passo que as ações e saques eram realizados, tensionando a linha que mantinha o sistema: “A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que categoricamente [era] reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista”¹⁹⁷

A fome lembrada por José Vidal era uma justificativa legítima dentro dessa noção de economia moral. Os sujeitos estavam agindo para garantir os seus direitos na lógica assistencialista do Estado. Nesse campo de significados, os encarregados também agem na outra ponta dessa negociação. O entrevistado lembra, por exemplo, como um dos encarregados, Aceles Franco, resolveu o problema ao distribuir farinha para os trabalhadores que esperavam o pagamento. As ações são baseadas dentro desse universo de negociações e as autoridades procedem dentro de um campo conhecido, esperado, acionando ou frustrando expectativas.

Outro ponto a ressaltarmos é que essa situação de ameaça de saque devido a problemas nos fornecimentos ganha complexidade, quando observamos que os alistados trabalhavam para receber o pagamento. Ou seja, a falta dos alimentos também representava uma perda dos ganhos do trabalho, uma quebra de um contrato firmado, ainda que simbolicamente, entre os alistados e os encarregados pelas obras.

O interessante aqui é notar a posição e a narrativa de um indivíduo que, em seu depoimento, não participou da tentativa de saque. Mergulhando em suas memórias e fazendo emergir suas lembranças, José Vidal em nenhum momento criticou a ação dos alistados. Não questionou se era um ato ilícito. Para ele, era uma ação moral e eticamente legítima. Diante do entrevistador, que possa ou não colocar tal narrativa sob um julgamento ético, José Vidal justifica mais ainda o seu ponto, abordando outros aspectos das obras.

Notemos que ele não organiza suas lembranças em narrativa apenas falando sobre a ameaça de saque em si, mas ele narra todo um contexto, um ambiente para os dias do pagamento em que era possível perceber as várias condições precárias, que os alistados estavam passando naquele momento. Condições que não deveriam existir em uma ação assistencial promovida pelas autoridades governamentais.

¹⁹⁷ THOMPSON, 1998, p.167

Ao tratar sobre o salário da fome, tentamos mostrar uma das formas de exploração dos trabalhadores alistados e maneiras como estes se relacionavam com os fornecimentos. No entanto, quando se tratava do sistema de pagamento, existiam outras maneiras dos trabalhadores conseguirem melhorar as suas condições, que não só as ações diretas contra os fornecimentos.

Mesmo com um pagamento limitado, dificuldades de alimentação e dependência daquela estrutura das cadernetas, os alistados conseguiam se sobressair e criar uma circulação de mercadorias debaixo dos barracões. São estas dinâmicas, que iremos tratar no próximo tópico.

4.3 “O jeito que tem é fazer um macaco”: as trocas de alimentos e apropriações dos trabalhadores

O café da Zefinha, apesar de tudo, só não lhe dava melhores resultados porque a falta de pagamento em dinheiro – tirou a pobre moeda nacional de circulação – obrigava-a realizar negócios somente na base da troca. No fim de cada semana, recebia as contas em gêneros, os quais infelizmente, nem sempre eram de utilidade para ela, o que fazia com que trocasse outra vez o que recebia, por aquilo que normalmente necessitava. Tal sistema reduzia mais ainda o valor real de seus rendimentos. Um armazenista da cidade, mandava uma vez por semana, uma caminhonete carregada de mercadorias, percorrer toda a frente de trabalho da estrada. Quando a caminhonete chegava Zefinha ia para frente do café, junto a uma pilha de coisas das quais desejava se desfazer.

- Dou três quilos de jabá pur duas arroba de fubá!

- Assim não, dona Zefinha, dou vinte e cindo quilos, qué?

- Dá vinte e oito?

- Negócio feito. Pega lá teu fubá, dá cá meu jabá.¹⁹⁸

Dona Zefinha, personagem fictícia do romance “Os Cassacos” é, em vários momentos do texto, retratada como uma mulher forte, boa mãe, trabalhadora e companheira de seu marido, o Zuca Machado. Esse trecho do livro retrata a situação dela enquanto mulher acompanhando sua família na obra de emergência em que os homens da Boa Vista foram alistados, tal como o seu esposo. Ali ela trabalhava fazendo a comida para os trabalhadores em cozinha improvisada na barraca de palha usada como morada por sua família durante a seca de 1958. Sua função era ser barraqueira.

Ela não recebia pelo trabalho, não era uma alistada, mas tentava desempenhar alguma atividade econômica para conseguir angariar renda ou mais alimento para sua família. No romance Dona Zefinha vendia café para os alistados, inclusive descrito como muito saboroso entre os trabalhadores das obras do Banabuiú. Toda manhã acontecia à venda. Vários alistados de diferentes barracas buscavam tragar alguns goles do café de Dona

¹⁹⁸ BARREIRA, 1979, p.228.

Zefinha. Naqueles dias ela encontrava algumas dificuldades, pois não tinha dinheiro em espécie para comprar seus mantimentos. Era obrigada a fazer trocas de alimentos para conseguir o que precisava e continuar o seu trabalho na venda.

Uma das características do romance “Os Cassacos” é a tentativa do autor de mostrar as várias formas de arranjos feitos pelos trabalhadores alistados para melhorarem as suas condições de vida durante a seca. Luciano Barreira expôs que mesmo em situações difíceis, Zuca Machado, Dona Zefinha, o feitor Mundola e outros moradores da Boa Vista conseguiam agir para modificar o seu dia a dia nas obras do Banabuiú.

Estas margens de manobra envolviam desde atos mais velados, como os acordos feitos entre a turma de trabalhadores 52 para transgredirem a disciplina do serviço montando seu próprio horário de trabalho, até ações que ocorriam de maneira mais visível, como o saque e a matança de animais de fazendas próximas às obras para se alimentarem melhor. Analisar “Os Cassacos” é primoroso nesse sentido. Chama atenção para problemáticas que não surgem com tanta nitidez em outras fontes. Um exemplo é o ato dos alistados de trocarem os alimentos por dinheiro ou outras mercadorias, quando Zefinha toma o centro da narrativa.

Mais uma vez buscamos vínculos entre a literatura e a história. Luciano Barreira, dedicado a apresentar uma série de problemas ocorridos nas obras de emergência de 1958, tentou captar essas trocas de alimentos como um problema imposto aos alistados em virtude da falta de moeda corrente. Mostrou como mesmo na falta de dinheiro ainda havia um mercado baseado em gêneros. Nesse mercado existia uma atribuição de valores aos alimentos. E a equivalência dessas trocas não parecia ser apenas em relação à quantidade e ao volume da mercadoria, mas o que representava para cada um daqueles trabalhadores do romance “Os Cassacos”.

Nesse sentido a história e a literatura se aproximam pelo seu aspecto de configuração do tempo, como aponta Sandra Jatahy Pesavento:

Seja este o que se passou, no caso da história, ou que poderia ter se passado, mas que realmente se passa, para a voz narrativa da Literatura, este tempo se constrói como uma nova temporalidade, nem presente, nem passado, mas que ocupa o lugar do passado e, no caso da História, a ele substitui. É este presente da escrita que inventa um passado ou constrói um futuro, para melhor explicar-se. Nesta medida, o momento da feitura do texto torna-se essencial para o entendimento das ações narradas, sejam elas acontecidas ou não.¹⁹⁹

¹⁹⁹ PESAVENTO, 2003, p. 33.

Pegar o feijão e trocar por fubá que podia ser convertido em óleo Pajeú. Este, frente a outras demandas dos sujeitos, poderia voltar a ser trocado por feijão. E isso ia seguindo um ritmo pouco determinado e previsível, mas corriqueiro entre aqueles sujeitos, diante de suas reais necessidades cotidianas.

No plano micro, do tempo em escala menor, a inventividade dos sujeitos subvertia e alterava o cálculo primeiro de remuneração dos trabalhos através dos alimentos. Assim, abria-se um comércio amplo, diverso e difícil de ser controlado.

Na memória dos trabalhadores alistados, essas trocas foram ganhando contornos mais complexos e repletos de sentidos variados. Em entrevista com José Silvestre Batista, ele abordou razões para a existência dessas trocas:

Venâncio de Oliveira – Mas, agora fiquei com dúvida aqui. O senhor falou sobre correr dinheiro e tal, eles recebiam em alimento né? E como é que fazia esse...

José Silvestre Batista – Não mas é, mas é... você sabe como que é o povo. Tem cara que trabalha, vende, rouba... corre dinheiro né, porque o cara vende a mercadoria. Um vende prali (para ali), outro dá um jeito pra li e aparece dinheiro. Aparece dinheiro de todo jeito.

Venâncio de Oliveira – E tinha alguns cantos em que se vendia essa mercadoria?

José Silvestre Batista – Tinha... tinha, porque a mercadoria... tem até uma giriazinha que fala. A gente dizia assim “Rapaz, o jeito que tem é fazer um macaco”. (risos). Fazer um macaco é pegar um pouco de mercadoria lá no fornecimento pra vender. Geralmente mais barato, você vende perdendo. Oh (olha) um cassaco já ganha uma mixaria, mas se ele quer pegar um dinheiro, um dinheiro ai ele vai ter que comprar mercadoria lá no fornecimento e pra vender pra um atravessador, que vai comprar abaixo do preço que ele comprou.²⁰⁰

José Silvestre já tinha nos falado em vários momentos sobre a existência da circulação de dinheiro entre os alistados. Esses fragmentos de memória apareciam em passagens rápidas, quando as perguntas, por vezes, não eram relacionadas ao pagamento ou a compras nos fornecimentos. Sabendo que os trabalhadores recebiam em gêneros alimentícios aquela informação chamou nossa atenção e resolvemos adentrar um pouco mais sobre esse assunto.

Segundo José Silvestre os alistados tinham a necessidade de obter dinheiro em espécie, mesmo que esse não fosse o recebido pelos dias trabalhados. As pessoas “trabalhavam, vendiam e roubavam”, prática legais e ilegais para a conquista do objetivo, que era a moeda corrente. Na lembrança do entrevistado a circulação de dinheiro era feita com

²⁰⁰ BATISTA, José S. José Silvestre Batista: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 6.

muita frequência e de forma difusa: “um vende pra li (para ali), outro dá um jeito pra li e aparece dinheiro”.

São canais de trocas e vendas que em certas camadas não são visíveis na entrevista, não foram abordadas pelo entrevistado, seja pelo aspecto seletivo da memória²⁰¹ ou pelo próprio entrevistado não se sentir à vontade para abordar formas de circulação que, ainda no momento da entrevista, deveriam ficar ocultas a terceiros por aqueles que as praticavam, à exemplo dos roubos e furtos. Só se sabe que existia a tentativa de obter dinheiro.

A observação do pesquisador em analisar tais formas de circulação esbarra nos limites impostos pelo entrevistado por questões de julgo e até de possível repressão sobre determinados atos e atitudes. James Scott (2013) lembra que várias formas de ações de grupos, que se encontram em situação de subalternidade não produzem fontes apreciáveis publicamente, como manchete de jornais, revistas, documentos públicos e entrevistas, principalmente, quando estas ferem a ordem existente ou a própria relação de subalternidade em que estão imersos. Os únicos interessados são aqueles, que agem e os seus pares. Neste ponto o anonimato funciona como forma de proteção.

As maneiras como os furtos e os roubos foram narradas por José Silvestre, de forma vaga, sem entrar em detalhes, em ritmo acelerado, e até com uma pequena pausa depois do relatado, podem expressar tais pretensões de proteção. A garantia do anonimato: de que o narrado não fosse exposto de maneira irresponsável para não ocasionar nenhum tipo de retaliação àquelas atitudes, fosse por uma repressão por vias de fato, por possíveis julgamentos éticos do entrevistador, fosse por uma mudança de postura e opinião do entrevistado ao avaliar determinados atos.

Em alguns momentos de nossa entrevista com José Silvestre, quando eram relatadas questões mais delicadas sobre as obras de emergência, em que o narrador citou nomes de chefe de serviços e sujeitos que ganhavam financeiramente com as obras, José Silvestre questionava se estava falando mais “do que deveria”. No final da entrevista, quando pedimos a assinatura cedendo o relato, em tom de brincadeira o entrevistado questionou se não tinha falado muita “besteira”, e se não tinha falado “nada demais” sobre as obras.²⁰²

²⁰¹ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro., vol. 5. Nº 10, p. 200-212. 1992: Michael Pollack aponta que a memória é seletiva, “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado”. O processo de “guardar” memórias é um constructo a partir dos enquadramentos realizados pelos indivíduos, do que deve ser lembrado e registrado. É aquilo que pode reforçar atos, identidades, posturas e narrativas políticas.

²⁰² ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Verena Alberti disserta que essa postura de negação do lembrar ou de diminuir a sua posição perante o assunto a ser tratado são situações corriqueiras que entrevistados assumem no momento da entrevista. Questionados pela inquirição do entrevistador, alguns entrevistados se dizem “não sabem de nada”, que “estão abordando assuntos sem

Nesse ponto, devemos lembrar que uma entrevista de história oral é uma fonte produzida a mais de duas mãos. O pesquisador é ativo no processo de sua feitura, atuando desde antes do início da gravação da entrevista. Conforme Alessandro Portelli (1997) quem escolhe tal entrevistado é o pesquisador. É este que coloca o primeiro em prioridade para o que vai ser tratado. É o pesquisador que escolhe o tema e formula as perguntas. Além desses aspectos metodológicos, no decorrer da entrevista, o narrador expõe suas percepções e reconstituições de um passado tendo em mente aquele que pergunta. A relação que mantém com o pesquisador é crucial para entendermos como se constitui uma fonte oral.

Em vistas dessas questões, aquilo que foi narrado por José Silvestre, foi sendo reformulado, escondido, velado e até silenciado. Principalmente no tocante a questões sensíveis do que era considerado ilegal ou ilegítimo pelo entrevistado. Nesse sentido, essas camadas das trocas nos barracões surgem de maneira pouco visível.

No entanto, essas trocas têm sua camada visível, e até regularizada, mesmo que de maneira informal. Esta esfera foi apreendida pela linguística dos alistados como “fazer o macaco”: vender os alimentos recebidos nos fornecimentos para os outros alistados ou até para o que José Silvestre chamou de atravessadores. Quando se tinha alguma mercadoria que não queria, podia trocar por outra ou até mesmo vendê-la. Assim era possível arranjar dinheiro para obter o gênero ou outras mercadorias desejadas.

O alimento aqui se torna uma moeda de troca. Ele não representa para os alistados apenas um item que irá nutri-los, mas algo que pode ser permutado para obtenção de outro produto, seja mercadoria ou dinheiro. O uso original daquele alimento é modificado dentro do processo de apropriação dos sujeitos.

Podemos olhar para estes usos acionando o conceito de práticas desenvolvido por Michel de Certeau. Segundo este, em seu texto *A invenção do cotidiano* (1994), as práticas são movimento gerado pelo consumo cultural dos dominantes pelos dominados, que não tem possibilidades de rejeitar por completo a ordem, mas modificam os resultados esperados por ela (CERTEAU, 1994).

O alimento que foi distribuído dentro de uma lógica limitadora para os alistados. E foi aceito por estes e teve seu sentido e uso modificado. O alimento aqui não era apenas para se comer, como no cálculo inicial projetado pelas instâncias oficiais, mas para se trocar e

sentidos”. Os significados de tais posturas são difíceis de serem definidos sem uma avaliação do contexto e a posição daquele indivíduo sobre o tratado. Contudo, é possível que o entrevistado não queira falar sobre os temas ou assuntos que decorrem na entrevista, ou que tenha receio de expor problemas sobre o questionado. A autora ainda lembra que neste ponto o entrevistador deve explicar toda a situação da entrevista, deixar nítido o que será perguntado para que o entrevistado busque se sentir à vontade, tornando o momento da entrevista o mais confortável possível.

vender. O sentido é transformado e reconfigurado dentro da ótica dos alistados. A esfera do consumo passava, portanto, a ser produtora de novos sentidos.

A personagem Dona Zefinha utilizou a troca para conseguir fubá e assim então fazer seus alimentos para vender no café. O fubá, para Dona Zefinha, poderia ser o feijão para o menino José Silvestre, ou a farinha para José Lídio. Os alistados faziam essa intensa movimentação de mercadorias para conseguirem melhorar as suas condições, que eram precárias nos barracões, visto a falta de gêneros e o preço exorbitante dos alimentos nos fornecimentos.

É interessante notar que essa rede de mercadorias era ampla, extrapolando os próprios limites das obras de emergência, envolvendo terceiros, pessoas que não eram alistadas, não eram encarregadas e nem tinham familiares em nenhum desses grupos. O mundo dos barracões se conectava com o mundo externo. Uma forma de circulação, que se estendia para além da organização empreendida pelos encarregados nas obras de emergência. Se os alistados queriam vender, existiam pessoas, alistadas ou não, que poderiam comprar aquelas mercadorias. José Silvestre os denomina de atravessadores, dando a entender, que eram sujeitos que pegavam os gêneros alimentícios e vendiam em outros locais, como os centros urbanos.

Luciano Barreira, em “Os Cassacos”, apresenta indícios sobre a presença desses comerciantes nos espaços das obras ao falar sobre um caminhão carregado de gêneros alimentícios, que passava toda semana nos barracões vendendo, comprando e trocando mercadorias com os alistados. O veículo era de propriedade de um armazenista da cidade, um comerciante, que buscava tirar proveito da situação dos alistados.

Em 1958 os alimentos apresentaram uma alta nos preços do comércio regular. No dia 17 de março o jornal cearense O Povo noticiava que pela “perspectiva de seca”, gêneros de primeira necessidade como feijão, milho e arroz tiveram seus preços aumentados no mercado atacadista de Fortaleza - CE.²⁰³ Os principais compradores desse comércio eram pequenos e médios comerciantes da capital e do interior. A subida do preço nos mercados atacadistas da capital acentuava a majoração dos valores nas bodegas, mercantis e pequenos armazéns.

Os dados apurados pelo jornal mostravam que a saca de arroz tivera um aumento de até 60 cruzeiros em comparação aos meses anteriores. O feijão apresentou uma variação enorme no seu valor. A saca de 60 kg poderia ser encontrada por 650 cruzeiros ou até 1.100

²⁰³ O POVO. Fortaleza: ano XXXI, n. 9337, 17 de março de 1958, p.1.

cruzeiros. A explicação dada pelo jornal era que existia o risco da falta desse produto no mercado, pois dependia da quadra chuvosa durante o ano.

O preço também aumentou em algumas cidades no interior do estado. As notícias que chegavam de Icó no dia 18 de março de 1958 era que os gêneros de primeira necessidade vinham subindo “assustadoramente” nos últimos dias. Por esse agravamento na vida dos sertanejos, a cidade se encontrava ocupada por uma série de indivíduos pedindo alimento e assistência das autoridades locais.²⁰⁴

Comprar alimento dos alistados poderia ser uma forma de baratear a mercadoria e lucrar mais com a venda de alimentos adquiridos por menores preços e vendidos mais caros. Não conseguimos mapear até onde ia essa rede de venda e compra de alimentos, mas é possível perceber uma relação entre os gêneros alimentícios das obras de emergência e o comércio regular nas cidades e pequenos centros urbanos e rurais por meio desses atravessadores.

No mesmo trecho da entrevista com José Silvestre foi lembrado outra característica dessa venda a terceiros. Segundo ele a venda era realizada geralmente mais barata: “você vende perdendo. Oh (olha) um cassaco já ganha uma mixaria”. Além de terem dificuldades para comprar alimentos nos fornecimentos, a venda deles ainda tinha um ganho menor para o alistado. A situação de coerção em que os trabalhadores se encontravam no momento da compra limitada de gêneros nos fornecimentos era explorada pelos atravessadores, que propunham compras mais baratas. No entanto, era tudo uma negociação do que era necessário pelo que era adquirido.

Esse mercado de compra e venda de mercadorias não ficava restrito ao espaço dos barracões apenas pela presença de atravessadores. Nem sempre esses compradores de gêneros alimentícios buscavam os alimentos nas frentes de serviço. Eles poderiam comprar de outra forma. Luiz do Norte, o vaqueiro de Quixeré-CE e que foi alistado nas obras da construção da estrada que liga Aracati-CE a Mossoró-RN, lembrou da seguinte situação:

Luiz do Norte – Não, ia se trabalhar a semana. Quando era na sexta feira, na sexta feira a gente recebia as compras. Pagava em compras dois quilos de arroz ou dois quilos e açúcar.

Venâncio de Oliveira – Eles “davam” compras para vocês?

Luiz do Norte – Aí vinha e deixava nós de novo em Russas, e nós ia de pé para Quixeré. Sabe que horas? Se chegava nove horas na sexta feira, aí cada um vinha trazendo dezoito, vinte quilos de mercadoria. Aí levava de pé. Eu tinha

²⁰⁴ O POVO. Fortaleza: ano XXXI, n. 9338, 18 de março de 1958, p.1

conhecimento com um homem no mercado de Russas, e ele deixava lá, o comércio dele era aberto até as dez horas da noite. Aí se chegava, vendia os quilos de mercadorias o jeito que for, se vendia dois, três quilos.

Venâncio de Oliveira – E se vendia a mercadoria?

Luiz do Norte – Se vendia para chegar em casa com dinheiro.²⁰⁵

Luiz do Norte fazia uma longa caminhada de volta para sua casa nos finais de semana. Durante este percurso era feita uma pausa em Russas para vender os alimentos a um dono de estabelecimento comercial na cidade. Em vez da existência de um atravessador, aqui o alistado vendia diretamente os alimentos recebidos para o comerciante. A venda se tratava de um acordo prévio firmado entre as partes. Luiz do Norte vendia aqueles dois quilos ou três de alimentos para obter dinheiro, enquanto o comerciante comprava as mercadorias mais baratas.

Na narrativa de Luiz do Norte é possível notar uma organização nessa circulação de alimentos. O carro que trazia os alistados chegava na cidade às nove horas da noite da sexta-feira. A parada do carro em Russas independia dessa compra, era um roteiro feito todas as semanas. Já sabendo da circulação de alistados pela região, e preparado para a compra de mercadorias a baixo do preço, o comerciante mantinha seu estabelecimento aberto até às dez horas. Dessa forma era possível fazer negócio.

A motivação de Luiz do Norte para venda de mercadorias era a obtenção da moeda corrente: “se vendia, para chegar em casa com dinheiro”. Isto possui similitude com aquilo que foi narrado por José Silvestre. No entanto, no momento em que o alistado nos falou sobre as mercadorias recebidas foi expresso um desprezo pelo pagamento, como se o recebido não fosse muita coisa e nem algo, que era pretendido. Mesmo assim, em sua avaliação mnemônica, era melhor conseguir o dinheiro do que necessariamente ficar com os quilos de arroz ou açúcar.

Essas trocas e vendas do pagamento das obras de emergência eram uma maneira dos alistados amenizarem as perdas tidas nos fornecimentos. A compra nestes armazéns particulares era limitada. Além disso, a situação dos alimentos e sua variedade eram determinadas por questões circunstanciais do sistema de abastecimento. A falta de alguns gêneros, alimentos estragados ou a pouca variedade destes eram aspectos, que impulsionavam os alistados para a realização das vendas, para “fazerem o macaco”.

²⁰⁵ NORTE. José L José Luis do Norte: entrevista [maio de 2015]. Entrevistadores: Elaine Cristine de Oliveira e Venâncio de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC), p. 9.

James Scott (2013), na sua caracterização sobre a resistência dos grupos que se encontram em situação de subalternidade, aborda que estas ações são elaboradas visando reverter apropriações materiais realizadas pelos grupos dominantes. Segundo o autor:

As relações entre senhores e escravos, ou entre brâmanes e intocáveis, não são um simples confronto de ideias sobre a dignidade ou o direito de governar; mas, antes de mais, um processo de subordinação firmemente alicerçado em práticas materiais. As práticas de dominação pessoal estão quase sempre intimamente associadas a um processo de apropriação.²⁰⁶

A preocupação de James Scott é mostrar que as formas de dominação não são estruturadas apenas em uma questão simbólica de disputa de forças, mas em uma apropriação material. Dessa forma, as maneiras como os sujeitos se encontram em uma relação de subalternidade também agem a partir de signos, costumes e na tentativa de restituir o que se é perdido ou tirado. Isso significa que a resistência não visa necessariamente uma modificação estrutural da condição em que os subalternizados se encontram, mas agir dentro de uma luta material concreta com os grupos dominantes.

Os alistados ao trocarem os alimentos não buscavam uma quebra do sistema de fornecimento ou a saída dos encarregados de seus postos. A troca ou venda de alimentos poderia representar uma forma de restituir as perdas materiais no pagamento das obras. O trabalho que não lhes era pago de forma correta, segundo os preceitos morais e éticos desses sujeitos.

As obras de emergência significavam uma medida de garantias. Eram promessas dirigidas às populações empobrecidas durante a seca. As frentes de serviço, ao invés de assistirem esses sujeitos, exploravam a sua mão de obra. Tentavam enquadrar os trabalhadores em uma disciplina e não lhes garantia alimentos e boas condições de vida.

O que eles queriam com os alimentos ou a função dada ao dinheiro não pode ser firmado por este pesquisador. Eles poderiam “fazer o macaco” para comprar alimentos, que eram do seu gosto, para ter um maior poder de escolha sobre o que comer, ou até mesmo trocar por outros produtos não vendidos nos fornecimentos ou que estavam em falta. Pode ser tudo isso ou muito mais. Ventilamos algumas possibilidades dentro deste texto.

Nessa acepção, o importante de ser notado é a criação dessas autonomias dentro de um sistema, que explorava e tentava limitar rigidamente a vida dos alistados. Apesar disso, esses faziam o uso dos alimentos, que lhes convinha e achavam pertinentes.

²⁰⁶ SCOTT, 2013, p.259.

4.3.1 Bares, bodegas e a venda de bebidas alcoólicas nas obras

É verdade que não existia a proibição por parte dos encarregados dessas vendas e trocas de gêneros alimentícios realizados pelos alistados. “Fazer o macaco” não era uma atividade ilegal diante daquelas autoridades. No entanto, existiam tentativas de controle sobre a utilidade e circulação de outras mercadorias recebidas nos fornecimentos. A escolha do que se era vendido já demonstrava a limitação de alguns produtos para os trabalhadores, como é o caso das bebidas alcoólicas.

Nas obras de emergência de 1932 foram pensadas ações de controle sobre as práticas realizadas pelos alistados vistas como indevidas pelos chefes do então IFOCS. Segundo Fernanda Lucheci (2017) foram impostas medidas moralizantes sobre os acampamentos, centros agrícolas e campos de concentração, tais como: a proibição de bebidas alcoólicas, porte de arma, jogos e itens, que pudessem gerar perturbação. Existia receio e preocupação com possíveis confusões e conflitos nos barracões. Restringir esses atos mediante a proibição da circulação de armas e consumo de bebidas alcoólicas funcionaria como prevenção para qualquer eventualidade do tipo.

Essa visão de controle sobre práticas tidas como desviantes está muito arraigada com uma visão moralizante sobre as classes empobrecidas daquele momento. Os pobres, os retirantes nos períodos de seca, eram vistos como sujeitos sujos, perigosos, e vetores de doenças. Nessa direção, era necessário o controle dessa população, tanto no sentido de cercar o seu trânsito e impedir o seu acesso aos centros urbanos, como, pela sua situação considerada ociosa, evitar práticas tidas viciosas, violentas e perigosas.²⁰⁷

Como em 1932, no ano de 1958 também existia a proibição de bebidas alcoólicas nas obras de emergência. Manuel dos Santos lembrou dessa restrição em um dos momentos de nossa entrevista:

Venâncio de Oliveira – Em algumas entrevistas que eu fiz falava que o pessoal nem tocava no dinheiro, em dinheiro, em 58 (1958)...

²⁰⁷ CÂNDIDO, Tyrone A. P. A violência como método: Conflitos relacionados a pagamentos aos operários das secas no Ceará (1877-1920). Em debate com Sidney Chaloub (1996), o autor aborda a noção de “classe perigosas” ao tratar os conflitos existentes entre retirantes e administradores de armazéns e fornecimentos em obras de socorros públicos na virada do sec. XIX para o sec. XX. Para Cândido, os retirantes eram vistos por vários prismas: alguns observavam como vítimas da seca que sofreriam pela condição da fome e a truculência policial nesses embates. Alguns observava-os como sujeitos repletos de vícios, e que a qualquer momento podiam usar violência desmentida ao se lançarem a saques, seriam “classes perigosas”. O trabalho seria uma forma de condicionar esses indivíduos. Isso dialoga com o debate já feito das obras como forma de absorver uma mão-de-obra ociosa em período de seca.

Manuel dos Santos – Não porque o...

Venâncio de Oliveira – Aí, eu não entendi direito como é que funcionava.

Manuel dos Santos – Que era assim o, o, é o, era uma seca quase catar o pessoal, tinha a mercadoria dos fornecimento pra você comprar, aí eles num tinha aquele dinheiro, que tinha muito “pinguço”²⁰⁸ junto de todo canto.

Venâncio de Oliveira – Ai, era? Em 58 (1958)?

Manuel dos Santos – Era, aí se cê desse o dinheiro, pegava o dinheiro ia, bebia de cachaça e a família ficava morrendo de fome. Aí eles inventaram isso pra... Num tinha dinheiro não. Tinha a mercadoria.

Venâncio de Oliveira – A mercadoria?

Manuel dos Santos – É! Num vendia, num tinha negócio de bebida. Aqui num vendia uma dose de cana (aguardente). Aqui na área do DNOCS.

Venâncio de Oliveira – Aí não vendia, não?

Manuel dos Santos – Não, era proibido.²⁰⁹

A conversa no alpendre de sua casa fluía sobre os fornecimentos. Manuel dos Santos em sua cadeira de balanço verde falava sobre as cadernetas e o barro que era “doado” por sua família para construção das casas durante as obras. Na pergunta sobre a falta de dinheiro, o entrevistado justificou a ausência não por uma falha estrutural da administração do serviço, ou por uma questão emergencial como era defendido pelas autoridades encarregadas²¹⁰, mas sim por uma escolha baseada em uma moral antialcoólica de controle dos encarregados sobre os alistados.

Em sua lembrança é possível, portanto, observar mais uma função ou significado atribuído ao sistema de vales. Não se tratava apenas de impedir o endividamento dos alistados, mas controlar o que se era distribuído para eles. Para Manuel dos Santos, a causa da utilização de cadernetas era a bebida alcoólica, vista como algo pernicioso para o pobre que se alistava nas obras. Estas funcionavam como uma tentativa de impedir, que se fosse feito “qualquer coisa” com o pagamento recebido. O domínio disciplinar das obras se estendia para a vida privada dos sujeitos.

Nesse ponto é interessante notarmos os vários sentidos atribuídos às cadernetas pelos sujeitos, que conviveram com a realidade dos barracões. A narrativa de Manuel dos Santos não expressou unicamente como eram realizados o controle e a restrição de bebidas

²⁰⁸ Expressão utilizada para pessoa que bebe em excesso.

²⁰⁹ SANTOS. Manuel B. Manuel Batista dos Santos: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 8.

²¹⁰ DNOCS, *Relatório*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 1, setembro de 1960, p.23.

alcoólicas nas obras, mas expôs suas apreensões sobre essa estrutura disciplinar do pagamento com vales.

Como lembra Alessandro Portelli (1997), as fontes orais não abordam apenas o que um povo fez, mas “o que queria fazer, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p.31). No caso em estudo, é uma avaliação do nosso entrevistado justificando o uso das cadernetas, baseados em seus preceitos morais e éticos.

Para nosso entrevistado, em retrospecto, impedir o acesso à bebida se tornava algo necessário. O alistado é visto aqui como um sujeito em processo de degradação pelo consumo de álcool. É aquele que gasta de forma irresponsável, que perde valores éticos e familiares em virtude do vício, representado por Manuel dos Santos pela figura do “pinguço”.

Em outro trecho da entrevista o entrevistado abordou mais a questão da bebida nas obras. O assunto era a função dos apontadores para as turmas:

Manuel dos Santos – É, pra apontar, porque muito bem eu chegar lá no serviço você num tá, eu ia, eu botar seu dia. Tinha que ser uma pessoa de responsabilidade.

Venâncio de Oliveira – De reponsabilidade?

Manuel dos Santos – É, assim é muito bom! Cê chegar lá no serviço de manhazinha, dia de segunda-feira, uma parte deles “melado”²¹¹, num ia pro serviço. Eu chegava lá botava o seu dia em x. [ironia]²¹²

Manuel dos Santos foi apontador nas obras de emergência em 1970. A dinâmica destes serviços era diferente de seu predecessor em 1958, mas ainda permaneceram alguns métodos e cargos usados em obras anteriores, como é o caso da divisão de turmas em apontadores e feitores.

Como apontador, nosso entrevistado explicava o quanto era importante ser responsável para assumir o serviço. Não podia deixar de ter atenção com os alistados, pois tinha que marcar os dias de trabalho de forma correta e sem tolerância com deslizes dos trabalhadores. Uma destas faltas era chegar “melado” na segunda-feira, ou seja, ir trabalhar bêbado ou de ressaca.

Nesse trecho existe um conflito entre o consumo de bebidas alcoólicas e o trabalho. Os dois não se misturavam na visão de Manuel dos Santos. Além de aspectos de degradação do caráter, as bebidas representavam o espaço do ócio, da não produção, isso as

²¹¹ Embriagado, bêbado.

²¹² SANTOS. Manuel C. Manuel Correia dos Santos: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p.6.

tornava completamente oposta à percepção moral do trabalho. O serviço era edificante, moldava o sujeito. Ser um sujeito trabalhador era importante para a reprodução social desses indivíduos.

Esse local de afirmação do sujeito trabalhador é comum nas narrativas de vários dos nossos entrevistados. Surge, quando estes falam sobre suas infâncias, percorrem o pequeno espaço da juventude em suas memórias e é local de legitimação para a vida adulta destes.

Manuel dos Santos não se limitou a falar apenas sobre as obras de emergência de 1958 e 1970, mas sim sobre o quanto tinha trabalhado na sua vida. Tomar esse papel de responsabilidade era importante para o nosso entrevistado. E como um apontador, não poderia tolerar desvios como as bebidas alcoólicas, tampouco em suas memórias:

Manuel dos Santos – É, 58 (1958). É, agora não tinha negócio de dinheiro, devido esse movimento, problema de, de, da bebida.

Venâncio de Oliveira – Da bebida, né?

Manuel dos Santos – É, [...] essa seca de 58 (1958) foi essa emergência grande, só pra escapar o pessoal, pra escapar o pessoal. Aí já de lá pra cá, a pessoa, as outras emergências que houve, aí não, você que arranjava fornecimento nas bodega por aí. Que nem ele aí, já trabalhou em emergência, já.²¹³

A moral empregada às bebidas alcoólicas legitimava para Manuel dos Santos a sua proibição nas obras de emergência. Ademais, as pessoas empobrecidas, os retirantes não deveriam ter acesso a tais bebidas, pois poderiam ser vetores para vícios, promiscuidades e desvios morais, como a violência e o roubo. Entramos em uma discussão sobre o que poderia ser ou não assistido para os alistados.

Tal pensamento encontra correspondência nas teorias antialcoólicas difundidas nas primeiras décadas do século XX em Fortaleza. O historiador Raul Max Lucas da Costa (2009) analisa as várias tentativas de restringir o uso de bebidas alcoólicas, principalmente para os trabalhadores empobrecidos da cidade de Fortaleza. Segundo ele, uma série de ações “formativas” foram realizadas por médicos e sanitaristas como as semanas antialcoólicas promovidas pelas Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

Conforme Raul Costa (2009), um dos discursos, que legitimavam a existência das semanas antialcoólicas era de que o trabalhador pobre não poderia gastar todo seu dinheiro com bebida e deveria aprender sobre os seus malefícios. Era preciso uma reeducação desse

²¹³ SANTOS. Manuel C. Manuel Correia dos Santos: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 10

indivíduo, nesse sentido, se observa o caráter formativo. Como o foco das semanas antialcoólicas era dado aos trabalhadores, entidades de classes como círculos operários participavam e promoviam esse evento.

Durante a seca, a noção era de que os alimentos eram necessários para os sujeitos, não permitiria, que morressem de fome. A bebida alcoólica além de dispensável para a vida era causadora de problemas para aqueles, que a consumiriam e os que estavam ao seu redor. Para Manuel dos Santos as obras de emergência de 1958 eram apenas para “escapar o pessoal”, dar garantias para a sobrevivência desses. A visão assistencial das obras aparece nitidamente aqui. Todavia, essa assistência observava de perto limites morais e éticos sobre o consumo dos alistados e empobrecidos na seca.

Falar sobre a proibição de bebidas alcoólicas não significa afirmar, que elas não estavam presentes no cotidiano dos alistados. O consumo desse tipo de produto era realizado nos barracões. E é o próprio Manuel dos Santos, que nos comunica sobre isto:

Manuel dos Santos – Era, era fechado como era, aí do DNOCS ali, era cercado, pra você entrar pra dentro, na época, tinha os guardas no, no, tinha os mata-burro²¹⁴, cê tinha... chegava uma pessoa de fora tinha que saber quem era que, às vezes queria falar com o chefe, tinha que saber quem era a pessoa, era. Mas de, de, na, na área que tem o DNOCS é daquele riacho circulando aqui, o riacho aqui, é DNOCS, pra lá é particular. Na área que pertencia o DNOCS não tinha o direito de vender bebida, a bebida cê só tinha direito se você fizesse uma barraca lá na área particular. Aí tinha que nem a, a, tinha dois que vendia, que era: Maria Marco, vei, aquele vei João, João vei, um tal de João “perna-dura”, a perna é meio dura. Pois bem, mas era terreno particular, mas na área do DNOCS, não...

Venâncio de Oliveira – E, e, essa Maria Marta e o João, eles vendiam bebida?

Manuel dos Santos – É, já morreram. É, é, vendiam. Vendiam (por)que num era no terreno do DNOCS, particular.

Venâncio de Oliveira – Mas eles eram daqui?

Manuel dos Santos – Era daqui.

Venâncio de Oliveira – Eles eram daqui.

Manuel dos Santos – Mas é porque o DNOCS proibia, nesse tempo existia lei, hoje num tem mais a lei, as lei hoje tá tudo absurda.²¹⁵

Manuel dos Santos aborda outra característica da disciplina imposta nas obras de emergência no Bonhu: o controle espacial do que era domínio do DNOCS. Esta era uma área

²¹⁴ Construção que fica localizada na entrada de propriedades que tem como objetivo impedir a entrada de animais.

²¹⁵ SANTOS, Manuel C. Manuel Correia dos Santos: entrevista [julho de 2018]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira. 1 arquivo. Entrevista concedida a Venâncio Sousa de Oliveira, p. 9.

regida por uma série de regras e restrições, incluindo a proibição da venda e do consumo de bebidas alcoólicas. As obras de emergência foram adequadas à estrutura do posto agrícola de Santo Antônio de Russas. Este era cercado por uma longa extensão de muros. As entradas de saídas daquela área federal eram vigiadas e controladas para barrarem qualquer tipo de vendedor de bebidas alcoólicas.

Por conseguinte, a venda de bebidas alcoólicas era feita de forma improvisada. Maria Marco e João “perna dura”, os dois bodegueiros lembrados por Manuel dos Santos, comercializavam seus produtos etílicos por meio de barracas construídas fora da área de controle do DNOCS, em propriedade particular. O cheiro forte da cachaça se misturava com a palha das barracas nesses locais. As pequenas barracas serviam como local de suprimentos dos trabalhadores alistados depois, durante, ou antes, de um longo dia de trabalho.

Ferreira (2016) observa a existência desses botequins em formas de barracas ao redor dos acampamentos de alistados em 1958 no Ceará. Segundo a historiadora a existência de uma obra de emergência aumentava a demanda por locais de comércio dos mais diferentes tipos na região.

Isso porque, além do aumento da circulação de pessoas à procura de alistamento, também existiam os trabalhadores fixos do DNOCS, engenheiros, técnicos e outros operários transitando pela região. Esse processo aproximava pequenos bodegueiros e outros empreendimentos para os arredores das obras. Castro ainda observa que não só existiam locais, onde eram vendidas bebidas para os trabalhadores alistados, mas cabarés, que os alistados costumavam ir frequentemente.

O dinheiro obtido pelos alistados “fazendo o macaco” poderia ser usado para gastar com bebida alcoólica ou qualquer outro tipo de atividade mercantil, que era situada dentro e nos arredores dos barracões. Para a personagem Zefinha de “Os cassacos”, era necessário o fubá para a sua venda de café.

Para Luiz do Norte, devido a pouca variedade de mercadorias recebidas, era importante chegar com dinheiro em casa. Fazer o macaco estava longe de ser uma prática rígida de trocas de mercadorias. Era baseada nas necessidades dos trabalhadores e no sistema coercitivo imposto pelos fornecimentos. De todo modo, era uma forma de resistência daqueles indivíduos, da criação de autonomias em um ambiente disciplinador e precário como os barracões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa a ideia era analisar a alimentação dos alistados em obras de emergência no Médio e Baixo Jaguaribe e todas as problemáticas, que circundavam esse tema: o sistema de distribuição dos víveres, a interação dos alistados com os fornecedores e trabalhadores do comércio, os aspectos alimentares daquela população, a experiência da fome e escassez de alimentos, e a forma que os camponeses se apropriaram dos alimentos recebidos como pagamento nas obras.

Ao passo que os meses de estudos foram passando, e como é de costume de uma pesquisa historiográfica que perdura um certo tempo, outras demandas e temáticas foram surgindo e problemáticas sendo repensadas. A alimentação dos trabalhadores, que ora era o ponto central da discussão, se tornou mais um dos problemas a serem analisados na experiência camponesa em uma obra de emergência.

Esse movimento investigativo ocorreu principalmente por escolhas realizadas a partir do trato com as fontes, e como documento principal de indagação, as entrevistas ganharam centralidade nos rumos, que a dissertação tomou até aqui.

O historiador inglês Edward Palmer Thompson na sua obra “A miséria da teoria ou um planetário de erros (1981)” apresenta a alegoria de um marceneiro produzindo uma mesa para explicar o *metier* do historiador na lida com suas fontes. De acordo com o historiador inglês um marceneiro necessita de habilidades técnicas e instrumentais para feitura de uma boa mesa. Precisa de conhecimento, experiência, além de ferramentas de qualidade, que ajudem o profissional a realizar procedimentos específicos na madeira. Um bom martelo, serra, variedades de formões e lixas.

Do outro lado, o tipo de madeira impõe determinada técnica e a forma de manuseio, que o marceneiro virá a ter em sua labuta. Características físicas, morfológicas como a dureza da madeira, o tempo de crescimento do caule e a coloração fazem com que o marceneiro pense qual a melhor ferramenta que deve usar, qual parte da mesa ou objeto ele pode fazer e qual a técnica é necessária para obter o melhor aproveitamento daquela matéria-prima.

Fazendo um paralelo com o trabalho do historiador e suas fontes, E. P. Thompson acredita que, assim como o marceneiro, o historiador deve possuir conhecimento técnico, sendo amparado por uma teoria para conseguir lançar questões e analisar suas fontes. No entanto, pensando nas fontes como uma madeira, que o marceneiro manuseia, estas também

impõem certo trato e conteúdo, que determinam, que tipo de inquirição o historiador deve adotar. Ainda que seja de uma tipologia específica, elas podem abranger diversas formas narrativas e questionamentos até então pouco visíveis.

As entrevistas em nossa pesquisa são observadas como essa madeira a ser trabalhada pelas mãos de um marceneiro na alegoria apresentada por E. P. Thompson. As fontes orais, assim como a madeira pediam um trato diferente de outras documentações analisadas na dissertação: relatórios e boletins do DNOCS, periódicos e obras literárias. Além da questão metodológica na lida com elas, escolhemos pensar os pontos de inflexão da dissertação a partir de temáticas apresentadas nas fontes orais. Não foi o nosso único guia, mas um dos rastros seguidos com mais afinco durante os anos de nosso trabalho.

É neste momento que alguns problemas devem ser apontados. Trilhar o caminho de fontes orais pode levar ao pesquisador a percursos sinuosos. Por mais sedutoras que possam parecer, as narrativas que perfazem uma entrevista devem ser problematizadas como outra tipologia de fonte. O que é narrado, exposto, performado pelo locutor a partir da sua gestualidade²¹⁶ não pode ser levado em consideração sem o mínimo de criticidade. Eventos, situações e trajetórias coletivas ou individuais narrados em entrevistas são revestidos de signos da tradição oral, da história, ficção, literatura e memórias cruzadas de outros indivíduos.

Isso não significa dizer que o historiador deve resgatar uma “verdade” naquilo que foi exposto. Janaina Amado (2003) lembra que as entrevistas dizem sobre a forma como aquele indivíduo questionado reconstrói um passado pela memória, envolto nas experiências vividas. As entrevistas “não lançam luz sobre os fatos, mas permite compreender os diversos significados, que os indivíduos e grupos sociais conferem as expectativas que têm”²¹⁷. Nesse sentido, a dimensão simbólica de uma entrevista é importante para percebemos os sentidos imbuídos pelos entrevistados às obras de emergência de 1958.

Ao passo que uma entrevista é transcrita, e seu conteúdo é avaliado, o pesquisador busca signos e flexões interpretativas. A narração, como lembra a historiadora Cléria Botelho da Costa (2014), é um exercício interpretativo do narrador sobre acontecimentos passados. O pesquisador em seu processo analítico lança interpretações sobre o que foi falado, sendo estas, por vezes, distintas da intencionalidade do próprio narrador.

²¹⁶ ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2002: O autor entende que o diálogo é construído por signos que vão além da oralidade. A postura do outro e os gestos são observados como forma de linguagem. Dessa forma, não apenas o narrado, o oralizado pode ser observado em uma entrevista, mas o conjunto de expressões que são percebidas no momento em que se comunica.

²¹⁷ AMADO, 2003, p. 32

Isso não significa dizer que não é possível utilizar fontes orais ou que toda interpretação está fadada ao erro. O ponto de discernimento que o pesquisador deve ter é do seu papel ativo no processo de construção e análise das fontes orais. Existe a necessidade da interpretação baseada em artifícios que vão além do escrito, do narrado, dos gestos.

O historiador deve mobilizar conhecimento teórico e materiais distintos: documentos, referências bibliográficas, outras fontes orais. Deve saber que mesmo, quando sua matéria parece inerte, quando é transcrita, engessada, quando ganha materialidade no papel, na tinta ou nas telas de computadores e celulares, ela é uma fonte que no processo de análise e interpretação se mantém móvel, é dinâmica.

Seguindo os caminhos das memórias de nossos entrevistados, começamos a notar aspectos da estrutura disciplinar das obras de emergência em 1958 no Baixo e Médio Jaguaribe: o controle do alistamento, horários de trabalho, distribuição de alimentos, sistema de pagamento, hierarquia entre cassacos, os técnicos e encarregados do DNOCS. Tudo isso era repleto de fraturas e impregnado com ações e relações, que dissimulavam e suspendiam a própria ordem balizada ali.

Os sentidos imbuídos de esperteza, de inteligência, de dissimulação nas entrevistas se tornaram indícios para perscrutarmos um pouco mais de tais arranjos. Tentamos expor em nossa dissertação, que esses atos não eram situações inéditas ou excepcionais em um único relato, mas eram alicerçadas em experiências coletivas de anos na lida com as obras e a seca.

As narrativas sobre o “fugir para os carrascos”, os “filhos de viúvas”, as trocas e vendas de alimentos, as ajudas mútuas para permanência no serviço, as formas de solidariedade, que de início surgiram nas entrevistadas, foram percebidas em outros documentos, enquanto vestígios de práticas rotineiras nos canteiros de obras na seca de 1958.

Tentamos conceituar tais práticas com o apoio de historiadores e intelectuais, que buscaram compreender as ações de populações, que se encontravam em situação de subalternidade, de empobrecidos do campo e da cidade, de trabalhadores formais e informais, de camponeses e operários.

Os escritos de James Scott foram fundamentais para a pesquisa. Os conceitos de resistência, discursos ocultos e públicos, a compreensão da infrapolítica dos grupos subordinados, ajudaram a observar a atmosfera de sentidos e práticas desenvolvidas pelos alistados no seu cotidiano.

Entendemos que as experiências dos camponeses nos canteiros de obras estavam de acordo com a situação de subalternidade que estes se encontravam. A todo momento aqueles indivíduos dialogavam com a realidade imposta, tentando adentrar nas brechas, que a lógica das obras criava ou que eles mesmos construíam.

Nesse sentido, os alistados se constituíram enquanto sujeitos daquele processo, não eram levados ou determinados pela estrutura e as ordens dos encarregados, engenheiros e chefes de serviço. Pelo contrário, quando necessário subvertiam a lógica, mentiam, saqueavam, furtavam, faziam uso dessas práticas, que na ótica de James Scott são consideradas como formas de resistência.

Daqueles que imersos em uma lógica de subordinação e exploração, sendo esta simbólica e material, desenvolvem para recuperar seus direitos e/ou reestabelecer uma ordem que para eles era justa. Como é o caso da distribuição de alimentos no serviço.

Como organização metodológica e organizativa de tais temas, separamos nossa dissertação em três grandes reflexões e circunstâncias nas obras de emergência de 1958 no Baixo e Médio Jaguaribe: migração, trabalho e alimentação. Cada capítulo foi pensado para abarcar de maneira qualificada cada conteúdo. A temporalidade dos temas em questão não seguiu necessariamente uma ordem cronológica. Contamos sobre essas experiências tentando ao máximo intercalar situações, que construíssem uma lógica narrativa histórica.

Considereei a migração dos camponeses para as obras de emergência pelo seu caráter não linear. Foi ampliado os sentidos e o curso de tais mobilidades partindo do conceito de trajetórias migratórias. Nesse sentido, os percursos trilhados por migrantes ocorreram de forma difusa. Para Marilda Aparecida de Menezes (2012) cada trajetória, seja esta individual ou coletiva, passa por intercursos no meio do caminho, sendo o próprio processo migratório construído no momento em que é realizado. Essa visão foi base para nosso primeiro capítulo.

O desejo pelo alistamento narrado pelos entrevistados nem sempre foi concretizado na primeira obra procurada. O próprio emprego nos canteiros de obras se tornava uma possibilidade em meio às escolhas que eram abertas no percurso migratório. A todo momento, os indivíduos negociaram com a realidade para manterem seus projetos ativos. Nesse ponto, realizamos debate com Gilberto Velho (2003) em sua teoria sobre os projetos e suas metamorfoses.

A realidade da migração às vezes era permeada por circunstâncias difíceis, decisões familiares, relações de amizade e tramas políticas. Percebemos que as eleições de 1958 influenciaram a forma de como as obras ocorreram e como as trajetórias migratórias

foram sendo constituídas. Caminhões, paus de arara, tratores fizeram parte de acordos partidários realizados para a manutenção e o reforço de grupos políticos locais. Ao mesmo tempo, os camponeses se apropriaram dessas medidas para obterem assistência e aumentarem a possibilidade migratória.

As obras, além de colocaram sujeitos com experiências distintas em contato, também foi espaço de confluência entre lógicas de reprodução sociais diferentes. As dimensões do trabalho nos canteiros de obras expõem isso. As temporalidades do trabalho no campo, regido por princípios familiares, e um modelo hierarquizado e disciplinador das obras de emergência ora se cruzaram e ora se interpuseram.

Foi notado que essas temporalidades surgiam de maneira conflituosa. A lógica do serviço não era sempre aceita entre os camponeses. Da mesma forma, as relações familiares e de amizade eram diluídas nas ordenanças hierárquicas e disciplinares por meio de acordos entre os trabalhadores e os próprios chefes do serviço. Dessa maneira, os primeiros conseguiam se manter no trabalho e melhoraram suas condições de vida.

Tentamos mostrar que a alimentação além de ser um fator importante para os alistados nos seus ditames nutricionais, morais e simbólicos, fazia parte do mosaico de exploração dos alistados pelos fornecedores e os indivíduos, que circundavam os fornecimentos. Explicamos o “salário da fome”, o enriquecimento dos encarregados por aqueles armazéns, o usufruto de verbas e políticas públicas para fins privados.

Tais temáticas abordadas mostraram o quão complexas eram as tramas, que circundavam os fornecimentos. Levando até aos debates públicos no meio político e o acionamento de entidades comerciais e seus respectivos representantes.

No chão dos barracões, as trocas de alimentos surgiram como maneiras de subverter o que estava imposto pela precariedade cotidiana. Obter víveres diferentes que não possuíam nos fornecimentos – como é o caso de bebidas alcoólicas – e/ou dinheiro em espécie expõem problemas estruturais do próprio sistema de vales. Levaram-nos a pensar os limites da prática assistencialista estatal em períodos de seca: o alimento entregue aos alistados nos fornecimentos era realmente o que eles queriam?

O desejo se torna um fator importante a ser observado. Marginalizados em condições precárias, os alistados não eram vistos como detentores de escolhas e vontades. O desejo desses indivíduos se torna nulo na reflexão e elaboração das obras. A máxima que parece ter existido para encarregados, chefes de serviços, engenheiros e fornecedores, é que o povo pobre naquele momento poderia comer qualquer coisa que fosse distribuída, ainda que

esta seja estragada. Esta é uma reflexão que infelizmente não foi respondida em nossa dissertação, mas cabe apresentarmos ao leitor tais problemáticas.

A abrangência de temáticas em nosso texto foi costurada pela linha de raciocínio de que a experiência camponesa foi relevante para a trajetória dos nossos entrevistados nas obras de emergência de 1958. Observamos que os alistados já tinham experiências anteriores com as frentes de trabalho em períodos de seca. Essas foram construídas tanto pelos próprios indivíduos que foram ouvidos nas entrevistas, como pela oralidade transmitida através de familiares, vizinhos e membros das comunidades rurais, que viviam.

As expectativas narradas pelos entrevistados e o fazer-se nas obras eram imersos em signos, que compunham seus modos de vida. O senso de responsabilidade com suas famílias no ato de migrar, a forma em que esta era reproduzida dentro da lógica hierárquica dos barracões, nas divisões de trabalho, a ajudas mútuas realizadas entre parentes e amigos da mesma comunidade ou de sítios vizinhos.

Essas duas lógicas de reprodução (a das obras e a camponesa) também se chocavam nas dimensões do trabalho. A lembrança, neste ponto, colocou marcos de diferenciação entre o trabalho das obras e o trabalho realizado nos seus sítios: o que era aceito ou não aceito dentro da perspectiva do trabalho de crianças nas turmas de alistados, a racionalidade de enquadramento disciplinar a que estavam submetidos, no que era justo ou não de ser realizado nas obras, visto a situação de precariedade em que esses se encontravam.

Tentamos fugir de generalizações sobre como ocorreu os arranjos e acordo executados pelos alistados em suas experiências nos barracões. A gama de indivíduos diferentes, que se encontravam ali, tanto em suas caracterizações de origem, como de modos de vida, não impediu o contato ou foi entrave para o desenvolvimento de formas de resistência e solidariedade entre os alistados. Eram sujeitos que se encontravam em situações semelhantes, se constituíam a partir de aproximações identitárias e/ou do entendimento de indivíduos responsáveis pela sua condição de precariedade no chão dos barracões.

Dito isso, considerando todos os pontos discutidos em nossa pesquisa, acreditamos na necessidade de ir além dos barracões. Existe a tentativa de mostrar que os alistados no ato de se tornarem alistados, no processo de atravessar fronteiras – sejam estas geográficas ou sociais – o que constitui o sujeito: suas experiências, expectativas e projetos não são abandonados. Existe uma transformação das práxis, da maneira de agir, no trato com o concreto, com o real no cotidiano dos canteiros de obras. No entanto, seu modo de vida atravessou os barracões nos vários aspectos, que constituam esses espaços.

Se nos é permitido – para pensarmos todo o processo de escrita da dissertação – utilizarei como Edward Palmer Thompson usa o marceneiro, a metáfora do trabalho de um pedreiro. Esse profissional tem no seu cotidiano de trabalho uma série de materiais necessários para o manuseio de suas obras.

Neste momento abandono as regras formais de normatização acadêmica e peço permissão ao leitor para a modificação do pronome de tratamento utilizado até agora “nós” para o “eu” nestes últimos parágrafos. Dessa forma me corporifico no texto.

Como filho de pedreiro e agricultor, me comparo ao *métier* de meu pai na construção de uma casa. Este, desde o início, nos rabiscos tortos de uma planta, na escolha dos produtos necessários, na primeira pá que perfurou o chão para a construção do alicerce, teve contato com diversas formas de materiais. Cada uma delas demandava uma maneira de agir, uma ação, uma técnica, uma ferramenta específica.

No trabalho de escrever uma dissertação, me vi imerso em uma série de documentos, arquivos, literatura e tipologias de fontes distintas. Como o trabalho de um pedreiro, tais materiais também demandaram técnica, teoria e metodologia de ação. Foi a partir desse aparato, ou melhor, do confronto e confluência de documentos e literatura, que pude desenvolver este texto dissertativo. Espero que, assim como meu pai, que construía casas e igrejas bem arquitetadas e firmes, meu texto tenha alcançado as expectativas dos leitores, que o tem em mãos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Diego G.; VIANA JUNIOR, Mário M. Conflitos pela memória no semiárido cearense: Relações entre as comunidades rurais do Tabuleiro de Russas e o DNOCS. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 54, p. 85-114, jan./jun. 2016.
- AMADO, Janaina. AMADO, Janaína. O grande mentiroso. O Cervantes de Goiás. **Nossa História**, São Paulo, p. 28-33, dez. 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006.
- CÂNDIDO, Tyrone A. P. A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do séc. XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 149-164, jan./jun. 2016.
- CÂNDIDO, Tyrone A. P. A violência como método: Conflitos relacionados a pagamentos aos operários das secas no Ceará (1877-1920). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.11, p.317-341, 2016.
- CÂNDIDO, Tyrone A. P. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho**. 2014. 354 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAVES, José Olivenor S. **Atravessando os sertões: memória de velhas e velhos camponeses do Baixo Jaguaribe**. 2002. 340 p. Tese (Doutorado em história) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- COSTA, Cléria B. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral: dossiê**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014

COSTA, Raul M. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935):** trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. 209 p. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DUQUE, José G. **O Nordeste e as lavouras xerófilas.** 4. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FARIAS, Airton. As esquerdas e o golpe militar de 1964 no Ceará: análises de um estudo de caso. **Contraponto**, Teresina, v. 9, n. 1, p. 789-809, jan./jun. 2020.

FERREIRA, Lara Vanessa de C. **Cassacos:** trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempo de seca (Ceará, 1950). 2016. 240 p. Tese (doutorado em história) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo:** trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945/1966). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

GUERRA, Paulo de B. **Civilização da seca.** Fortaleza, DNOCS, 1981

JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LIMA, Adriana R. **Trabalhadores da carnaúba:** paisagem cultural e modo de vida dos camponeses em Russas-CE na primeira metade do século XX. 2007. 129 p. Dissertação (mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LIMA, Idelfonso R. **Escrita subversiva:** O democrata (1946-1947), 2006. 283 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LIMA, Solange F.; CARVALHO, Vânia C. Fotografias: usos sociais e historiográficos. *In:* PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia R. (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-60.

LUCCHESI, Fernanda. **O feiço de Zé Américo:** Terra, trabalho e deslocamento nas políticas contra as secas, o caso Curemas. 2017. 397 p. Tese (doutorado em antropologia social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MARQUES, Martha Inez M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2012.

MARTINS, José de S. **Camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014.

MENEZES, Marilda A.; THIBES, Mariana Z.; SANTOS JR. Jaime (org.). **Famílias, trabalho e migrações**. 1. d. São Paulo: Annablume, 2017

MENEZES, Marilda A; SILVA, Marcelo S. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 279-310.

MENEZES, Marilda A. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. *In*: TEIXEIRA, Paulo E; BRAGA, Antônio M. da C; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-40.

MENEZES, Marilda A. Memória de infância de mulheres e homens camponeses. **Trajetos: revista de História da UFC**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 185-207. 2002.

MONTEIRO, Renata F. **Deslocados da seca: o cotidiano dos flagelados na hospedaria Getúlio Vargas e a migração para diversas paragens (1943-1959)**, *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUH-Brasil, 2019. Tema: História e o futuro da educação no Brasil.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360. 1998.

NEVES, Frederico C. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico C. Economia moral *versus* moral econômica: (ou o que é economicamente correto para os pobres). **Proj. História**, São Paulo, n. 16, p. 39-57, fev. 1998.

PINTO, Júlio P. Os muitos tempos da memória. **Proj. História**, São Paulo, n. 17, p. 203-211, nov. 1998.

PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **História da educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção ideias).

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p.25-39, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIOS, Kênia S. **Engenhos da memória**: narrativas da seca no Ceará: Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RIBEIRO, Guilherme L.; MENDES, José T. “O nacional-desenvolvimentismo em debate: a participação dos deputados udenistas na frente parlamentar nacionalista durante o governo JK (1956-1961). **E-Legis. Câmaras dos Deputados**, Brasília, DF, v. 9, n. 21, p. 62-84, set./dez. 2016.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCHWARZ, Alf. Lógica do Desenvolvimento do Estado e Lógica Camponesa. **Tempo social**: revista de sociologia, São Paulo, v.1, p. 75-114, 1 sem. 1990.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. v. 1.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Maneguello, Paulo Fontes: São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

WOOTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Tempo Brasileiro**, Brasília, v.12, p. 11-73, 1990.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

APÊNDICE A – FONTES

Entrevistas.

Antônio Lima (Entrevista realizada em 30/05/2015) *

Francisco Mendes Nogueira (Entrevista realizada em 31/05/2015) *

Francisco Pereira de Almeida (Entrevista realizada em 25/08/2016) *

José Luis do Norte (Entrevista realizada em 30/05/2015) *

José Silvestre Batista (Entrevista realizada em 20/07/2018) **

José Lídio de Sousa (Entrevista realizadas em 22/07/2018) **

José Vidal Chaves Pitombeira (Entrevista realizada em 21/07/2018) **

Manuel Batista dos Santos (Entrevista realizada em 21/07/2018) **

Maria Gomes da Silva (Entrevista realizada em 25/04/2015) *

Ramiro Patrício de Moura (Entrevista realizada em 26/08/2016) *

Rosa Saraiva de Sousa (Entrevista realizada em 21/07/2018) **

Tereza Ferreira da Silva (Entrevista realizada em 20/07/2018) **

* Entrevistas realizadas pelo Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais – COMTER. Projeto de extensão “Memória das Comunidade Impactadas pelos Perímetros de Irrigação no Ceará.” Disponível no acervo de fontes orais do COMTER.

** Entrevistas realizadas em julho de 2018 no distrito Bonhu em Russas-CE por Venâncio Sousa de Oliveira. São entrevistas produzidas objetivando a dissertação.

Documentos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

DNOCS. Boletim. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, vol. 18. n2, nov., 1958. *

DNOCS. Boletim. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 19, n. 3, fevereiro de 1959. *

DNOCS, Relatório. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 1, setembro de 1960. *

DNOCS. Folha de Pagamento do Serviço Agroindustrial. Fortaleza: DNOCS/ MVOP/ Delegacia Fiscal. MVOP, 1958. **

DNOCS, Relatório do Serviço Agroindustrial de 1957. Fortaleza: DNOCS/MVOP, 1957. **

DNOCS, Relatório do Serviço Agroindustrial de 1958. Fortaleza: DNOCS/MVOP, abril de 1959. *

DNOCS. Folha de Pagamento do Serviço Agroindustrial, Delegacia Fiscal. MVOP, 1958. ***

DNOCS, Frentes de Serviço: estudo socioeconômico da população atingida pela seca de 1970. Fortaleza: DNOCS/MINTER. 1971. *

*Documentos disponíveis na Biblioteca Central do DNOCS localizada em sua sede na Av. Duque de Caxias, 1700 – Centro, Fortaleza - CE.

**Documentos disponíveis no Acervo Documental do DNOCS Casa Amarela, Rua Padre Mororó, 1290 - Centro, Fortaleza - CE

***Documentos disponíveis no Acervo do DNOCS, Rua Pernambuco – PICI, Fortaleza - CE.

Documentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

SUDENE: Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe: Aspectos socioculturais. SUDENE/MINTER/GVJ. Vol. 9, 1967. *

* Documento disponível no Acervo do DNOCS, Rua Pernambuco – PICI, Fortaleza - CE.

Periódicos.

Correio da Manhã – RJ (maio de 1958 a março de 1963): Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Link: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Correio do Ceará – CE (janeiro a dezembro – 1958): Disponível na Hemeroteca da Associação Cearense de Imprensa (ACI) José Oswaldo de Araújo.

O Jaguaribe – CE (janeiro a junho – 1958): Disponível em Hemeroteca Online da Casa da Cultura de Aracati. Link: <http://www.casadaculturade aracati.org.br/hemeroteca.html>

O Poti – RN (setembro – 1956): Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Link: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Povo – CE (janeiro a agosto – 1958): Disponível na Hemeroteca da Associação Cearense de Imprensa (ACI) José Oswaldo de Araújo.

Obras literárias e relatórios diversos.

BARREIRA, Luciano. Os Cassacos. 2º ed. Brasília: Horizonte, 1979.

GUERRA, Paulo de B. Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, maio de 1959

TRE-CE. Eleições 1958: Resultado. Fortaleza: Tribunal Regional Eleitoral-CE, 2001

RAMAGEM, Cel. Orlando. Relatório Ramagem, 1959.

Leis.

BRASIL, 1.522, de 26 de dezembro de 1951. Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro – RJ. 1951: disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19501969/L1522.htm#:~:text=LEI%20No%201.522%2C%20DE%2026%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201951.&text=Autoriza%20o%20Gov%20C3%AArno%20Federal%20a,necess%20A1rios%20ao%20consumo%20do%20povo

Portais consultados.

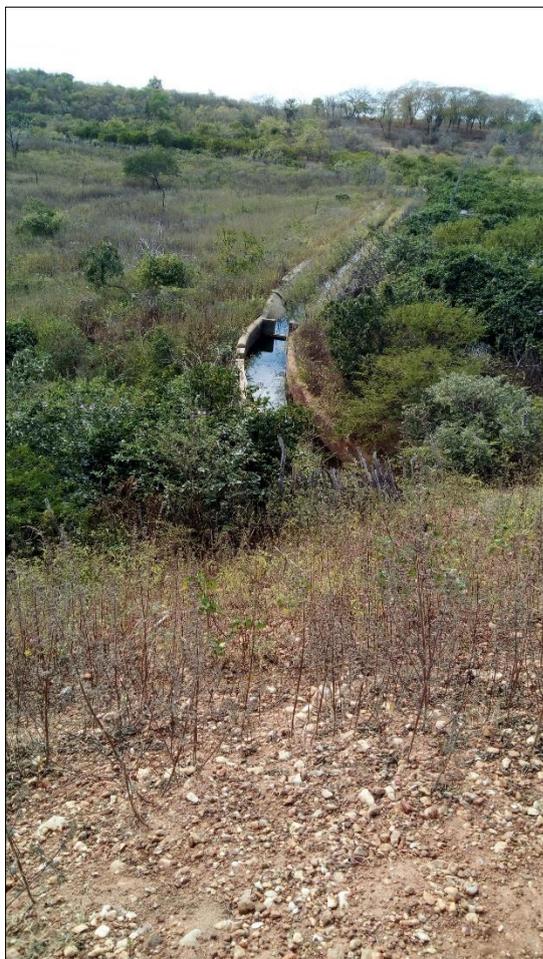
Portal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), aba *Eleitor eleições/Resultados*. Disponível em <http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados>.

Dicionário Jurídico / Direito.Net. Link: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/419/Peculato#:~:text=%C3%89%20um%20crime%20cometido%20pelo,em%20proveito%20pr%C3%B3prio%20ou%20alheio>.

Dicionário online Michaelis: significado de “refacção”. Link: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=e3wlX>

ANEXOS A – CANAIS DE IRRIGAÇÃO DO POSTO AGRÍCOLA SANTO ANTÔNIO DE RUSSAS

Figuras 7I e 8 – Canais de irrigação do Posto Agrícola Santo Antônio de Russas – 2018.²¹⁸



Fonte: acervo pessoal do autor. (fotos retiradas em 21 de julho de 2018)

²¹⁸ Na figura VIII é presente Silvesre Batista dos Santos, antigo alistados nas obras de emergência em 1958.

ANEXO B – ÁREAS DE PLANTIO DO POSTO AGRÍCOLA SANTO ANTÔNIO DE RUSSAS

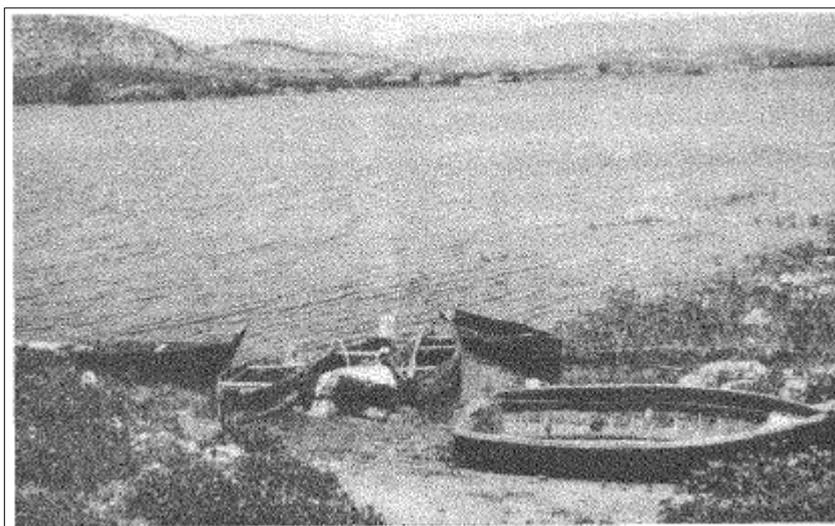
Figura 9 – Pomar de laranjas do Posto Agrícola Santo Antônio de Russas (1957).



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, maio de 1959, p. 478.

ANEXO C – AÇUDE DO MUNICÍPIO DE IRACEMA - CE

Figura 10 e 11 – Açude Ema, 1957 (Iracema – CE)



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, maio de 1959, p. 291.